

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(FDS)**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

ABRIL/2015

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(FDS)**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DN TCU nº 134/2013, nº139/2014, nº 140/2014, nº 143/2015, da Portaria TCU nº 90/2014, e da Portaria CGU nº 522/2015.

Brasília, abril de 2015.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO FDS	8
1.1 Identificação do FDS	8
1.2 Finalidade e competências institucionais do FDS	10
CAPÍTULO II – INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	12
2.1 Estrutura de governança	12
2.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos	16
CAPÍTULO III – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	22
3.1 Acesso às informações do FDS	22
3.2 Medidas relativas à acessibilidade.....	22
CAPÍTULO IV – PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	23
4.1 Planejamento do FDS	23
4.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	28
4.3 Informação sobre indicadores de desempenho operacional	38
4.4 Informação sobre custos de produtos e serviços.....	41
CAPÍTULO V – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	42
5.1 Programação e execução das despesas	42
CAPÍTULO VI – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	50
6.1 Estrutura de pessoal do FDS.....	50
CAPÍTULO VII – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	56
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	56
CAPÍTULO VIII – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	57
8.1 Conformidade contábil	57
8.2 Demonstrações contábeis e notas explicativas	57
8.3 Relatório de Auditoria Independente sobre as demonstrações contábeis	58
CAPÍTULO IX – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	59
9.1 Informações relevantes no desempenho da gestão no exercício.....	59
CAPÍTULO X – RESULTADOS E CONCLUSÕES	64
CAPÍTULO XI – ANEXOS	65
11.1 Anexo I – Avaliação do sistema de controles internos do FDS.....	65
11.2 Anexo II – Distribuição de Cotas do FDS por Instituição Financeira.....	67
11.3 Anexo III – Demonstrações contábeis e financeiras.....	68
11.4 Anexo IV – Relatório da Auditoria Independente	68
11.5 Anexo V – Avaliação Atuarial	68

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 1 – Seleção Complementar – PMCMV-E	38
Gráfico 2 – Série Historica DFI - PCS	43
Gráfico 3 – Série Histórica DFI – PMCMV-E	44
Gráfico 4 – Série Historica MIP – PCS	45
Gráfico 5 – Série Historica MIP – PMCMV-E	45
Gráfico 6 – Série Historica Custas e Emolumentos – PMCMV-E.....	46
Gráfico 7 – Subsídio – PMCMV-E	47
Quadro 1 – Princípios do modelo de gestão	23
Quadro 2 – Elementos do modelo de gestão	23
Quadro 3 – Força de trabalho do FDS	50
Quadro 4 – Distribuição da Lotação Efetiva	51
Quadro 5 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	52
Quadro 6 – Qualificação da Força de Trabalho Dedicada ao FDS	52
Quadro 7 – Demonstrativo de capacitação das equipes dedicadas ao FDS – 2014.....	53
Quadro 8 – Custo com pessoal	54
Quadro 9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da CAIXA.....	54
Quadro 10 – Avaliação do sistema de controles internos do FDS	65
Tabela 1 – Destinação dos Recursos - PMCMV-E	29
Tabela 2 – Distribuição dos Recursos por Região Geográfica - PMCMV-E.....	29
Tabela 3 – Novo Orçamento após Remanejamento - PMCMV-E	29
Tabela 4 – Execução Orçamentária PCS	30
Tabela 5 – Execução do Orçamento - PMCMV-E	31
Tabela 6 – Propostas Selecionadas em 2014 - PMCMV-E.....	31
Tabela 7 – Propostas contratadas por região geográfica - PMCMV-E	32
Tabela 8 – Resultado das Aplicações do FDS - PCS - Resultado das Aplicações do FDS - PCS	32
Tabela 9 – Recursos Financiados e Desembolsados – PCS	33
Tabela 10 – Propostas Selecionadas - PMCMV-E.....	33
Tabela 11 – Propostas Contratadas - PMCMV-E.....	34
Tabela 12 – Resultado das Aplicações do FDS - PMCMV-E.....	34
Tabela 13 – UH Concluídas por Região – PCS.....	35
Tabela 14 – Situação dos contratos – PCS	35
Tabela 15 – Situação dos Contratos - PMCMV-E	36
Tabela 16 – Inadimplência PCS	37
Tabela 17 – Inadimplência PMCMV-E.....	37
Tabela 18– Taxa de Administração AF - PMCMV-E.....	42
Tabela 19 – Patrimônio FDS	48
Tabela 20 – Disponibilidade FDS - Outros Recursos.....	48
Tabela 21 – Taxa de Administração do AO	49
Tabela 22 – Hipóteses e premissas utilizadas no cálculo atuarial	62

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AF	Agente Financeiro
AO	Agente Operador
AUDAE	Auditoria Nacional Atividades Especializadas
AUDAT	Auditoria Nacional de Produtos do Governo e Atividades Delegadas
AUDES	Auditoria Nacional Negócios, Logística e Unidades
AUDIT	Auditoria Nacional Processos e Tecnologia da Informação
AUDIR	Auditoria Regional
AUDRE	Auditoria Nacional Integração e Responsabilidade
AUDTI	Auditoria Nacional Processos e Tecnologia da Informação
AVCAIXA	Sistema de Avaliação de Resultados das Unidades da CAIXA
BACEN	Banco Central do Brasil
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CCFDS	Conselho Curador do FDS
CEFUS	Centralizadora Nacional de Fundos Sociais
CETIP	Mercados Organizados (companhia de capital aberto que oferece serviços de registro, central depositária, negociação e liquidação de ativos e títulos)
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria-Geral da União
CIWEB	Crédito Imobiliário Web
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Economicas
COOPERCASA	Cooperativa Habitacional dos Servidores públicos, municipais, estaduais e federais do estado da Paraíba
COOPERPROGRESSO	Cooperativa Mista Habitacional e Serviços LTDA
DEFUS	Diretoria de Fundos de Governo
DFI	Danos Físicos no Imóvel
DN	Decisão Normativa
EO	Entidade Organizadora
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FEGAM	Federação Gaúcha de Associações de Moradores
FEULB	Federação das Entidades Comunitárias e União das lideranças do Brasil
GECTC	Gerencia Nacional de Contabilidade de Terceiros
GEORC	Gerencia Nacional de Orçamento
GEFUS	Gerencia Nacional de Administração de Fundos Garantidores e Sociais
IIA	The Institute of Internal Auditors
IIA BRASIL	Audidores Internos do Brasil
IN	Instrução Normativa
INAD	Indicador de inadimplência
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOCO	Indicador de desempenho das operações contratadas sobre o orçamento
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRCF	Indicador de Rentabilidade das Cotas do Fundo - FDS
LOA	Lei Orçamentária Anual

MCidades	Ministério das Cidades
MF	Ministério da Fazenda
MIP	Morte e Invalidez Permanente
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
OCC	Valor das Operações de Crédito Contratadas no Programa no Exercício
OGU	Orçamento Geral da União
PCS	Programa Crédito Solidário
PF	Pessoa Física
PFG	Plano de Funções Gratificadas
PJ	Pessoa Jurídica
PMCMV-E	Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades
PSIC	Programa de Seleção Interna por Competência
SAC	Serviço de Atendimento ao Cliente
SELIC	Taxa referencial de juros da economia brasileira, determinada pelo comitê de política monetária do BACEN. A taxa é resultante do cálculo da taxa média ajustada dos financiamentos diários, lastreadas em títulos públicos federais, cujas operações são registradas e liquidadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFC	Sistema Federal de Controle Interno
SIACI	Sistema Integrado de Administração de Créditos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPF	Sistema de Acompanhamento dos Programas de Fomento
SICOF	Sistema de Contabilidade de Entidades Sociais Administradas
SIFDS	Sistema do FDS
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISFIN	Sistema de Administração Financeira
SISMN	Sistema de Manual Normativo
SM	Salário Mínimo
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUFUS	Superintendência Nacional de Fundos de Governo
TCU	Tribunal de Contas da União
UH	Unidade habitacional
UJ	Unidade Jurisdicionada
VOA	Valor orçado anual para a contratação de operações de crédito no Programa
VIFUG	Vice Presidência de Fundos de Governo e Loterias

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão do FDS apresenta-se em conformidade com as normas gerais editadas pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010, e com as orientações da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014 e da Portaria CGU nº 650/2014.

Em observância ao que preconizam as mencionadas normas, este Relatório estrutura-se em onze capítulos cujo encadeamento demonstra o desempenho do FDS no exercício de 2014 frente às responsabilidades institucionais.

Os itens do Anexo II da DN TCU nº 134/2013 que não se aplicam à realidade do FDS, uma vez que não se relacionam à natureza jurídica do FDS, são:

- Ambiente de atuação;
- Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário;
- Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental.

O item ‘Atendimento de demandas de Órgão de Controle’ do Anexo II da DN TCU nº 134/2013, não apresentam conteúdo a ser informado, embora aplicáveis à natureza do Fundo, tendo em vista que, no exercício de 2014, não houve recomendações e nem há recomendação pendente de atendimento ao TCU e CGU.

Entre as realizações do FDS em 2014, ressaltam-se:

- revisão do PMCMV-E, por meio da publicação da Resolução CCFDS nº 200, de 2014, com o intuito de dar maior celeridade aos processos e garantir a melhor aplicação dos recursos na execução dos empreendimentos;
- redução do valor de prestação dos contratos do PMCMV-E assinados até 26.08.2012, determinada pela Portaria Interministerial MCidades/MF/MPOG nº 237, de 2014, beneficiando 4.091 famílias;
- realização de videoconferências entre o AF e AO, EO e MCidades, para acompanhamento e proposição de ações para retomada das obras dos empreendimentos paralisados, no PCS e PMCMV-E;
- conclusão de 9 empreendimentos contratados no âmbito do PCS e outros 17 no PMCMV-E, totalizando 1.575 UH;
- contratação dos primeiros empreendimentos do PMCMV-E no estado do Ceará, o que beneficiará 1.760 famílias;
- execução da garantia por evento de MIP, a qual beneficiou 43 famílias, sendo 18 no PCS e 25 no PMCMV-E;
- concessão de garantia para 303 imóveis com ocorrência de DFI, recuperando 33 imóveis financiados no âmbito do PCS e 270 no PMCMV-E;
- aumento do retorno dos financiamentos que em 2014 foi de R\$ 11.405.974,10 para o PCS e R\$ 2.615.836,82 para o PMCMV-E.

A Resolução CCFDS nº 200/2014, introduziu as seguintes mudanças nas regras do PMCMV-E:

- alteração dos limites de produção de UH por empreendimento, observando-se o porte e o déficit habitacional do município;
- facultar à EO a contratação da etapa de obras diretamente com os beneficiários ou como substituta temporária destes;
- possibilitar a aplicação de eventual saldo remanescente da etapa de projetos na construção, ampliação e/ou melhorias de equipamentos comunitários do empreendimento;
- despesas de custas judiciais e extrajudiciais nos casos de notificações decorrentes de destinação do imóvel diversa da prevista no Programa ou outras ações pertinentes, bem como despesas relativas à retomada do imóvel devido execução de garantia pelo AF, serão assumidas pelo FDS;
- concessão de aporte de recursos para retomada das obras dos empreendimentos em que houve substituição da EO.

A IN MCidades nº 39, de 2014 regulamentou o PMCMV-E e incluiu o item “segurança” como despesa de custo direto do PCS. O valor para essa despesa será autorizado pelo MCidades aos empreendimentos em fase de produção que apresentem obras paralisadas, não concluídas e passíveis de ocupação, invasão e/ou depredação, mediante justificativas do AF e AO.

As principais dificuldades para a realização dos objetivos no exercício de 2014 foram:

- contingenciamento de aporte de recursos OGU, o que provocou atrasos no pagamento de parcelas de obra executadas e na contratação de propostas selecionadas;
- aumento significativo da quantidade de empreendimentos do PMCMV-E, em fase de projetos, que extrapolam o prazo regulamentado para conclusão dessa etapa;
- conclusão de obras no PCS, cujos empreendimentos em construção estão, em sua maioria, atrasado ou paralisados.

CAPÍTULO I

IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO FDS

1.1 Identificação do FDS

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades		Código SIORG: 042672	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundo de Desenvolvimento Social			
Denominação Abreviada: FDS			
Código SIORG: não se aplica	Código LOA: 28.845	Código SIAFI: não se aplica	
Natureza Jurídica: Fundo		CNPJ: 11.455.963/0001-04	
Principal Atividade: Concessão de financiamento para produção, aquisição e requalificação de imóveis, na área de habitação popular, para beneficiários organizados em entidades sem fins lucrativos, e concessão de garantia para cobertura de MIP e DFI.			
Código CNAE: 64.70-1-01			
Telefones/fax de contato:	(061) 3521-8004	(061) 3521-8060	(061)3521-8043
Endereço eletrônico: gefus@caixa.gov.br; sufus@caixa.gov.br			
Página na Internet: www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: Caixa Econômica Federal VIFUG - Vice-Presidência Fundos de Governo e Loterias DEFUS - Diretoria Executiva Fundos de Governo SUFUS - Superintendência Nacional Fundos de Governo GEFUS - Gerência Nacional Administração de Fundos Garantidores e Sociais Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 10º andar – Ed. Sede III - 70070-030 - Brasília – DF			
Ministério das Cidades SNH – Secretaria Nacional de Habitação Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lote 1/6 – Bloco H, 11º Andar – Sala 1.101 Edifício Telemundi II – 70070-010 – Brasília - DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação do FDS			
– Decreto nº 103, de 22.4.1991, ratificada pela Lei nº 8.677, de 13.6.1993; – Decreto nº 1.081, de 08.03.1994, alterado pelo Decreto nº 3.097, de 04.09.2011;			
Outras normas relacionadas à gestão e estrutura do FDS			
– Resolução Banco Central nº 2.183, de 21.07.1995; – Resolução CCFDS nº 118, de 13.12.2007; – Portaria Interministerial nº 464, de 30.09.2011 – Dispõe sobre as operações com recursos transferidos ao FDS; – Portaria Interministerial nº 237, de 05.05.2014 – Dá nova redação aos arts. 2º, 4º e 8º da Portaria Interministerial nº 464;			

Programa Crédito Solidário

- Resolução CCFDS nº 121, de 09.1.2008 - Confere nova disciplina ao PCS criado pela Resolução CCFDS nº 93, de 28.04.2004;
- Resolução CCFDS nº 137, de 09.4.2009 - Estabelece os critérios para a renegociação do saldo devedor,
- Resolução CCFDS nº 156, de 08.4.2010 - Altera a Resolução CCFDS nº 121 para efeitos da transferência dos recursos alocados na Carteira Subsídios do FDS à conta específica do FDS;
- Resolução CCFDS nº 158, de 08.4.2010 - Inclui a alínea “o.1” no item 11 da Resolução CCFDS nº 121 e altera o Art. 18 da Resolução CCFDS nº 137;
- Resolução CCFDS nº 163, de 14.7.2010 - Altera alínea “b” do subitem 9.2 da Resolução CCFDS nº 121;
- Resolução CCFDS nº 164, de 14.7.2010 - Altera o Art. 14 da Resolução CCFDS nº 137;
- Resolução CCFDS nº 175, de 05.5.2011 - Altera a Resolução CCFDS nº 137e inclui prerrogativa de prorrogação automática do prazo de carência;
- Resolução CCFDS nº 179, de 15.6.2011 - Altera a Resolução CCFDS nº 121 no que se refere à autorização para prorrogar ou conceder novo prazo de carência;
- Resolução CCFDS nº 180, de 15.6.2011 - Altera a Resolução CCFDS nº 121 quanto à manutenção do registro das operações no CADMUT e CADÚNICO; e as de nº 137.2009 e 175.2011, quanto à renegociação das dívidas;
- Resolução CCFDS nº 181, de 15.6.2011 - Altera a Resolução CCFDS nº 121 quanto ao fluxo de liberação de parcelas;
- Resolução CCFDS nº 186, de 29.5.2012 – Altera a taxa de administração paga ao AF no PCS para R\$ 22,06;
- Resolução CCFDS nº 187, de 29.5.2012 – Altera a Resolução CCFDS nº 121 quanto aos limites do valor do financiamento unitário;
- Resolução CCFDS nº 189, de 24.7.2012 – Autoriza o recebimento, pelo FDS, da cessão de créditos oriundos dos contratos de financiamento aos beneficiários finais firmados nas condições previstas na Resolução CCFDS nº 093;
- Instrução Normativa MCidades nº 14, de 25.3.2008 – Regulamenta a Resolução CCFDS nº 121 e confere novas regras ao processo de seleção e contratação de projetos;
- Instrução Normativa MCidades nº 15, de 03.4.2008 - Altera o item 2, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 14;
- Instrução Normativa MCidades nº 38, de 06.8.2008 – Altera a alínea "b" do subitem 6.4, o subitem 7.1, subitem 7.2 e subitem 10.1 do Anexo I; inclui os subitens 10.7, 10.8 e 10.9, no Anexo I da Instrução Normativa nº 14;
- Instrução MCidades nº 6, de 10.2.2009 - Altera o subitem 10.1, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 14;
- Instrução Normativa MCidades nº 039, de 19.12.2014 – Altera o item 6.1 e inclui o subitem 6.1.1, do Anexo I da Instrução Normativa nº 14.

Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

- Lei nº 12.424, de 16.06.2011 - Altera a Lei nº 11.977, de 07.07.2009;
- Decreto nº 6.962, de 17.09.2009 - Regulamenta as Seções I, II, III e IV do Capítulo I e o Capítulo II da Lei nº 11.977 e dá outras providências;
- Decreto nº 7.499, de 16.06.2011 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977 que dispõe sobre o PMCMV, e dá outras providências;
- Resolução CCFDS nº 200, de 11.08.2014 – Altera as condições do PMCMV-E e revoga a Resolução CCFDS nº 194;

<ul style="list-style-type: none"> – Instrução Normativa MCidades nº 038, de 19.12.2014 – Dispõe sobre o orçamento referente ao exercício de 2014; – Instrução Normativa MCidades nº 039, de 19.12.2014 – Regulamenta o PMCMV-E e revoga a Instrução Normativa nº 014; – Portaria MCidades nº 107, de 26.02.2013 – Estabelece diretrizes gerais e o cronograma para habilitação de Entidades Organizadoras para o FDS; – Portaria MCidades nº 169, de 15.04.2013 – Dá nova redação a Portaria MCidades nº 107; – Portaria MCidades nº 595, de 18.12.2013 – Dispõe sobre os critérios de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do programa; – Portaria MCidades nº 247, de 06.05.2014 – Estabelece as condições gerais para habilitação e requalificação de entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito dos programas de habitação de interesse social; – Portaria Interministerial nº 340, de 30.09.2014 – Dispõe sobre a meta para produção, aquisição, requalificação e reforma de UH do PMCMV; – Portaria MCidades nº 829, de 30.12.2014 – Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do PMCMV.
Manuais e publicações relacionadas às atividades do FDS
<ul style="list-style-type: none"> – Manuais Normativos de Fundos e Programas nº 134, 188 e 273. – Norma Setorial de Fundos e Programa nº 261
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas ao FDS
Não se aplica

1.2 Finalidade e competências institucionais do FDS

O FDS é um fundo contábil de natureza financeira, com prazo indeterminado de existência. Sua instituição foi autorizada pelo decreto nº 103, de 1991, estando sob a regência da lei nº 8.677, de 1993.

Os recursos do FDS são provenientes:

- da aquisição compulsória de quotas de sua emissão pelos fundos de aplicação financeira, na forma da Resolução BACEN nº 2.183, de 21.07.1995, alterada pela Resolução BACEN nº 3.334, de 22.12.2005;
- da aquisição voluntária de quotas de sua emissão por pessoas físicas e pessoas jurídicas;
- do resultado de suas aplicações financeiras;
- do aporte de recursos pela União, para viabilizar as operações habitacionais no âmbito do PMCMV-E.

A missão institucional do FDS é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio de financiamentos de projetos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infraestrutura, bem como equipamentos comunitários, desde que vinculadas aos programas de habitação.

Para atender o objetivo do FDS, foi criado em 2004, o PCS e em 2009 o PMCMV-E.

Os Programas habitacionais lastreados com recursos do FDS visam:

- proporcionar o acesso à moradia regular, à população de baixa renda que não tem capacidade de poupança, mediante crédito com condições especiais e subsidiadas;
- contribuir efetivamente para a redução do déficit habitacional, atingindo famílias de baixa renda;
- estimular o regime de cooperativismo habitacional e o princípio de ajuda mútua, garantindo a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns, observadas as necessidades, características, usos e costumes locais.

CAPÍTULO II

INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de governança

As instâncias que constituem a estrutura de governança interna do FDS são (i) o CCFDS e (ii) o MCidades, no âmbito da gestão do Fundo. No âmbito de Governança CAIXA: (iii) o Conselho de Administração, (iv) o Conselho Diretor, (v) o Conselho Fiscal, (vi) o Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, (vii) o Comitê de Auditoria, (viii) o Comitê de Risco, (ix) o Comitê de Pessoas, (x) o Comitê de Tecnologia Interna, (xi) a Auditoria Interna e (xii) demais unidades de controle interno, , na esfera da administração do FDS, e (xiii) a Auditoria Independente, de forma externa.

O CCFDS, órgão colegiado que exerce gestão sobre o FDS, foi instituído pelo decreto nº 103, de 1991, com nova redação dada pela lei nº 8.677, de 1993 e regulamentado pelo decreto nº 1.081, de 1994, alterado pelo decreto nº 3.907, de 2001.

O CCFDS tem como atribuição principal definir as diretrizes a serem observadas na concessão de empréstimos e financiamentos com recursos do FDS, bem como seus respectivos retornos. É composto pelo Secretário Executivo do CCFDS e um representante de cada órgão e entidade indicados a seguir:

- Ministério das Cidades;
- Secretaria-Executiva do CCFDS;
- Ministério da Fazenda;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Caixa Econômica Federal;
- Banco Central do Brasil;
- Confederação Nacional das Instituições Financeiras;
- Confederação Nacional do Comércio;
- Confederação Nacional da Indústria;
- Confederação Geral dos Trabalhadores;
- Central Única dos Trabalhadores;
- Força Sindical; e
- Social-Democracia Sindical.

O Regimento Interno do CCFDS, aprovado pelo decreto nº 1.081, de 1994, alterado pelo decreto nº 3.907, de 2001, e Resolução CCFDS nº 86, de 2002, estabelece a sua composição e suas atribuições.

As matérias submetidas à deliberação do CCFDS são anteriormente discutidas no Grupo Técnico de Apoio Permanente ao Conselho Curador, constituído por representantes de todas as entidades que integram aquele Colegiado.

O MCidades é o Gestor das aplicações dos recursos do FDS, nos termos da lei nº 10.683, de 2003, e tem como competências:

- estabelecer critérios, procedimentos e parâmetros básicos para análise, seleção e contratação com recursos do FDS;
- acompanhar e avaliar os projetos a serem financiados;
- acompanhar e avaliar permanentemente as ações desenvolvidas para a implementação dos Programas e os resultados obtidos na aplicação dos recursos;
- classificar e selecionar as propostas de financiamento;
- gerir a aplicação dos recursos do FDS.

A CAIXA, de acordo com o decreto nº 1.081, de 1994, alterado pelo decreto nº 3.907, de 2001, atua como AO dos recursos do FDS e tem como competências:

- praticar todos os atos necessários à operação do FDS, de acordo com as diretrizes, os programas e as normas estabelecidas pelo CCFDS e pelo órgão gestor;
- realizar, quando for o caso, o credenciamento dos agentes promotores e dos agentes financeiros, em conformidade com o disposto na legislação em vigor e demais diretrizes e critérios emanados do CCFDS e regulamentados pelo órgão gestor;
- adquirir, alienar, exercer os direitos inerentes aos títulos integrantes da carteira do FDS, praticando todos os atos necessários à administração da carteira;
- analisar, emitir parecer a respeito dos projetos apresentados e aprová-los, enviando todos os pareceres ao órgão gestor, inclusive os não-aprovados;
- acompanhar, fiscalizar e controlar os empréstimos e financiamentos, buscando assegurar o cumprimento dos memoriais descritivos e cronogramas aprovados e contratados;
- elaborar os balancetes mensais e os balanços anuais do FDS, submetendo-os à aprovação do CCFDS; os balanços anuais serão acompanhados de parecer de auditoria independente;
- cumprir as atribuições fixadas pelo Conselho Curador.

A GEFUS, pertencente à estrutura da SUFUS, vinculada à DEFUS e VIFUG, atua como AO do FDS. Subordinada à GEFUS está a CEFUS, incumbida das atividades operacionais relativas à análise da documentação para contratação, acompanhamento da liberação de parcelas conforme cronograma e acompanhamento dos contratos no período de carência e de retorno.

A GEFUS conta ainda com a assessoria de 5 Gerências Nacionais que atuam em áreas específicas, tais como auditoria, contabilidade, finanças, orçamento, gestão de ativos de terceiros, para auxiliar no processo de operacionalização do Fundo.

No âmbito da administração, o FDS utiliza-se do Sistema de Governança da CAIXA preconizado no Estatuto da CAIXA – aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 2014, e adota os princípios de responsabilização, simplicidade e integração, definidos no Modelo de Gestão da CAIXA, conforme manual normativo ‘Modelo de Gestão – CAIXA’.

Não obstante o compartilhamento desse sistema, a governança do FDS apresenta-se de forma segregada, na medida em que adota os princípios de responsabilidade social empresarial e da administração direcionada pelo gerenciamento de risco, mas com a utilização de instrumentos que

inibem o conflito de interesses entre o Fundo e o AF CAIXA, haja vista a necessária distinção de papéis entre a CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, e o AO.

Ao Conselho de Administração, na qualidade de órgão de orientação geral dos negócios e serviços da CAIXA, responsável pela definição das diretrizes, desafios e objetivos corporativos e pelo monitoramento e avaliação dos resultados, compete estabelecer e aperfeiçoar o sistema de governança corporativa, autorizar a contratação de auditores independentes e a rescisão dos respectivos contratos, fiscalizar a execução da política geral dos negócios, manifestar-se acerca das ações a serem implantadas para correções tempestivas de eventuais deficiências de controle e de gerenciamento de riscos e deliberar, com base em Relatório da Auditoria Interna, do Parecer da Auditoria Independente, e considerando manifestação do Conselho Fiscal, sobre as demonstrações financeiras dos fundos administrados pela CAIXA, conforme Estatuto da CAIXA.

O Conselho Diretor, órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CAIXA, tem como atribuição a deliberação, previamente à aprovação do Conselho de Administração, acerca das demonstrações contábeis e das propostas orçamentárias e respectivos acompanhamentos mensais de execução dos fundos administrados pela CAIXA, consoante Estatuto da CAIXA.

Ao Conselho Fiscal compete, com base em parecer da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, examinar as demonstrações financeiras de encerramento do exercício social dos fundos administrados pela CAIXA, conforme Estatuto da CAIXA.

Ao Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à administração de fundos instituídos pelo Governo Federal, cabe aprovar as políticas de atuação da Vice-Presidência responsável pela administração dos fundos instituídos pelo Governo Federal, fixar alçadas no âmbito da atuação dessa Vice-Presidência, examinar os relatórios de auditorias interna e externa e opinar sobre a contratação de Auditoria Independente, conforme Estatuto da CAIXA.

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário regulamentado pelo CMN, que tem por finalidade acompanhar e fortalecer as atividades de auditorias interna e externa e de controles interno e externo, reportando-se ao Conselho de Administração em consonância com a legislação vigente, nos termos do Estatuto da CAIXA e de seu Regimento Interno, conforme normativo interno - Comitê de Auditoria, possui, entre outras, as seguintes atribuições:

- revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- avaliar a efetividade das auditorias independente e interna;
- avaliar o cumprimento, pela administração da CAIXA, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais, de normativos, de regulamentos e de normas internas aplicáveis à CAIXA, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- recomendar ao Conselho Diretor correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- comunicar ao BACEN e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das demonstrações contábeis.

O Comitê de Riscos, órgão de caráter propositivo e deliberativo, tem a finalidade de deliberar sobre as políticas de risco da CAIXA, previamente à aprovação do Conselho Diretor, decidir sobre a matriz de riscos globais e cenários econômicos, avaliar os níveis de exposição a risco e decidir sobre os modelos para mensuração de riscos, na forma disposta no Estatuto da CAIXA.

O Comitê de Pessoas, órgão de caráter deliberativo e propositivo, vinculado ao Conselho Diretor, ao atuar a partir da gestão por consequência e do modelo de avaliação de empregados e metas, tem como objetivo a eficácia da gestão da cultura e da saúde organizacional, e possui, entre outras, as seguintes atribuições, conforme manual normativo interno ‘Funcionamento dos Comitês’:

- definir critérios de avaliação e indicadores de desempenho da atuação dos administradores;
- subsidiar o Presidente da CAIXA na avaliação anual do desempenho dos Diretores Executivos e do Diretor Jurídico;
- avaliar as regras gerais para concessão e destituição de funções;
- gerir talentos, cultura, saúde organizacional e relacionamento com sindicatos;
- orientar a Comissão de Negociação da CAIXA;
- monitorar indicadores organizacionais relacionados à gestão de pessoas, tais como, de ações de melhoria de clima organizacional, de desempenho e rotatividade e de capacitação de empregados.

Ao Comitê de Tecnologia da Informação, órgão de caráter deliberativo e propositivo, vinculado ao Conselho Diretor, cumpre a finalidade de garantir a aderência da TI à estratégia e aos negócios da CAIXA, de modo a alinhar e priorizar as iniciativas de TI com as estratégias e necessidades do negócio, definir a estratégia de longo prazo de TI e avaliar as implicações para o negócio, conforme normativo interno ‘Funcionamento dos Comitês’

O Comitê de Tecnologia da Informação, possui, entre outras atribuições, conforme normativo interno ‘Funcionamento dos Comitês’:

- garantir a aderência da TI à estratégia e aos negócios da CAIXA;
- definir critérios e priorização de iniciativas interunidades;
- definir o planejamento anual de TI com base nos planos e demandas dos negócios e realizar as respectivas revisões;
- aprovar e monitorar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, baseado em diretrizes previamente estabelecidas, e submetê-lo à apreciação do Conselho Diretor;
- resolver temas emergenciais de execução de ações de TI;
- aprovar e monitorar o Plano de Continuidade Operacional de TI;
- estabelecer diretrizes e propor políticas para riscos e segurança de TI;
- monitorar, nos limites de sua atuação, sobre os projetos corporativos de TI e os projetos de sistemas estratégicos, os indicadores de satisfação das áreas-clientes e qualidade operacional, os resultados dos acordos operacionais e projetos, a conformidade da TI quanto aos apontamentos e recomendações das Auditorias Internas, Independentes, dos Órgãos Reguladores e dos Conselhos Estatutários.

A Auditoria Interna, na forma do normativo interno 'Auditoria Interna', vincula-se ao Conselho de Administração por força do Estatuto da CAIXA, relaciona-se com o Comitê de Auditoria na forma da regulamentação do CMN e se sujeita às orientações e determinações dos órgãos federais de controle e de fiscalização conforme legislação específica.

Com vistas a propiciar o alcance dos objetivos traçados para as atividades administradas/geridas pela CAIXA, a Auditoria Interna desenvolve atividade independente, disciplinada pela IN nº 01, de 2001 da SFC que regulamentou a Lei nº 10.180, de 2001 e legislação complementar, voltada para avaliar a qualidade do desempenho administração/gestão e a adequação, eficiência e eficácia dos processos de gestão de riscos, de controle e governança corporativa.

Para a Administração do FDS, a Auditoria Interna, de forma sistemática, apresenta plano anual de auditoria que pode abranger, além da auditoria de processos, a avaliação da gestão da Administradora do Fundo sob a ótica da qualidade dos negócios, riscos envolvidos e observância aos princípios de controle, bem como dos sistemas, da gestão dos processos e recursos de tecnologia da informação, da eficiência e da eficácia da gestão financeira e da conformidade das demonstrações contábeis às normas e legislação pertinentes e se refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e econômica do Fundo.

Quanto às demais unidades de controle interno, a CAIXA, para avaliar a exposição ao risco e à eficiência do gerenciamento de risco operacional, dispõe de Vice-Presidência específica, bem como de normativo interno da 'Política de Gerenciamento de Risco Operacional da CAIXA' que estabelece diretrizes, princípios, premissas, valores, regras e responsabilidades necessárias à identificação, à mensuração, à avaliação, ao monitoramento, ao controle, à mitigação e ao *reporte* do risco operacional.

Cabe ressaltar que a estrutura de gerenciamento de risco operacional está sujeita à revisão independente, realizada por auditores internos e/ou externos, de forma a se estabelecer garantias de isenção no processo de avaliação dessa estrutura. As funções de gerenciamento do risco operacional são independentes das funções de gerenciamento de produto, atividade e serviço.

2.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

O AO do FDS, de modo a assegurar a eficiência e a eficácia das operações do Fundo ante os objetivos traçados em cada exercício, adota sistema de controles internos atualizado, de forma contínua, que observa a segurança das informações financeiras produzidas, a obediência às leis e aos regulamentos pertinentes e a adequada utilização dos recursos do Fundo, conforme demonstrado nos subitens a seguir e no quadro 10 - Avaliação do Sistema de Controles Internos do FDS - anexo I deste Relatório.

A estratégia adotada para a emissão de opinião acerca dos diversos componentes da avaliação disposta no quadro 10 consiste na atribuição de valor, em função do nível de sistematização de cada elemento do sistema de controle aplicado ao FDS.

2.2.1 Ambiente de Controle

A alta administração da CAIXA, em face da necessidade de garantir a consecução dos objetivos do FDS, fomenta a sistematização dos controles internos por meio da avaliação, da fiscalização e do monitoramento contínuos dos resultados apresentados pelo Fundo, bem como do

oferecimento das ferramentas requeridas ao estabelecimento e ao aperfeiçoamento do sistema de governança corporativa a partir do que preceitua o Plano Estratégico da CAIXA.

Para avaliar a exposição ao risco e à eficiência do gerenciamento de risco operacional, a CAIXA dispõe de Vice-Presidência específica, bem como do normativo interno da 'Política de Gerenciamento de Risco Operacional da CAIXA' que estabelece diretrizes, princípios, premissas, valores, regras e responsabilidades necessárias à identificação, à mensuração, à avaliação, ao monitoramento, ao controle, à mitigação e ao reporte do risco operacional.

A comunicação das informações do FDS segue o modelo de gerenciamento de riscos da CAIXA, tratados em função do grau de gravidade por nível hierárquico específico, quais sejam, Gerências Executivas, Gerência Nacional, Superintendência Nacional, Diretoria Executiva e Vice-Presidência.

O AO do FDS utiliza o Código de Ética da CAIXA que se apresenta pautado no Código de Conduta do Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, anexo do Decreto nº 1.171, de 1994, em formato de normativo interno que possui Termo de Ciência com assinatura eletrônica anual obrigatória para todos os empregados.

Os procedimentos e as instruções operacionais do FDS são padronizados por meio dos manuais normativos internos do FDS que segregam, por Gerências, as rotinas e atividades do Fundo, elaboradas em consonância com os normativos externos do FDS.

Os procedimentos e rotinas operacionais do FDS, o Código de Ética e Código de Conduta da CAIXA apresentam-se normatizados na forma de manuais normativos internos que obedecem aos padrões de *compliance* no processo de elaboração e publicação de normativos, inclusive para aqueles que necessitam de qualificação e/ou validação de diversas áreas envolvidas por meio de Roteiro Padrão, mecanismo que assegura às áreas envolvidas no processo a participação das equipes na elaboração da norma.

As delegações de autoridade estão previstas nos manuais internos da CAIXA que regulam as atribuições das funções gratificadas, normativos internos 'Gestão de Competências CAIXA' e 'Estrutura de Funções Gratificadas'.

A segregação de função apresenta-se estruturada na forma do PFG, instrumento de gestão de pessoas composto pelo conjunto de funções gratificadas com descrições, especificações, níveis remuneratórios, condições de acesso e movimentação, conforme normativo interno 'Estrutura de Funções Gratificadas'. Diante disso, e considerando que os manuais normativos internos do FDS segregam as rotinas do Fundo por Gerências, inexistente conflito de funções entre setores e/ou empregados.

Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos objetivos do FDS na medida em que realizam a mensuração e a avaliação dos riscos operacionais a fim de estabelecer métricas para modelar o comportamento histórico dos eventos de risco operacional, de projetar o comportamento futuro desses eventos e definir os dados necessários à base de dados de perdas efetivas e potenciais, de prevenção e identificação das ocorrências suscetíveis ao risco.

2.2.2 Avaliação de risco

Os mecanismos utilizados pelo AO do FDS para avaliar o perfil de decisão crítica, de modo a verificar, em nível estratégico, a ocorrência de eventual discrepância, consistem em

avaliações regulares dessas decisões em face dos relatórios de controle de risco produzidos em consonância com a política de gerenciamento de risco operacional, a qual se estrutura de acordo com o Plano Estratégico da Empresa, a regulamentação interna e externa e as boas práticas de governança corporativa.

Destacam-se nessa estrutura o Sistema de Controles Internos – conjunto permanente de componentes compostos de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela CAIXA para o alcance de seus objetivos, manutenção e fornecimento consistentes de informações gerenciais e financeiras, de atividades realizadas de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis, políticas e procedimentos estabelecidos e redução do risco de danos a sua imagem e os Relatórios de Controles Internos que consubstanciam as atividades relativas aos Controles Internos desenvolvidas no âmbito da CAIXA e do Gestor do FDS.

O FDS não apresenta perdas em face de fragilidades nos processos internos da unidade, entretanto eventuais ocorrências de fraudes e ou desvios são passíveis, para efeito de ressarcimento ao Fundo, de instauração de sindicância para apuração de responsabilidade na forma definida em normativo interno ‘Recuperação de danos ou prejuízos causados à CAIXA’.

As atividades de guarda, estoque e inventário dos documentos pertencentes ao FDS, com vistas a dotar de efetividade organizacional o processo de arquivamento do Fundo, seguem as diretrizes do normativo interno ‘Gestão documental – guarda e recuperação de documentos e informação’ que trata da promoção, do controle, da guarda e da recuperação de documentos produzidos e recebidos pelo Fundo, bem como da racionalização da produção, do fluxo documental, da avaliação e da destinação final de documentos.

2.2.3 Procedimentos de Controle

O AO do FDS, em conformidade com as diretrizes da CAIXA e com o normativo interno ‘Política de Gerenciamento de Risco Operacional da CAIXA, avalia, de forma preventiva, os eventos de risco operacional de acordo com a seguinte classificação: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição; riscos que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas em sistemas de tecnologia da informação; falhas na execução; cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

Para (i) identificar e prever e (ii) reagir, de forma sistêmica e a longo prazo, os riscos operacionais, o Gestor do FDS dispõe, respectivamente, dos seguintes instrumentos: (i.a) monitoramento dos processos do FDS pelo Gestor do Fundo, auditorias interna e independente, com a finalidade de propor a política de risco da CAIXA, decidir sobre a matriz de riscos globais e cenários econômicos, avaliar os níveis de exposição a risco da CAIXA e decidir sobre os modelos para mensuração de riscos.

Para mitigar os riscos identificados no Relatório de Avaliação dos Riscos Operacionais da Administradora do FDS e nas ocorrências de auditoria, implantou e adota os seguintes procedimentos:

- orientação à equipe para realização de cursos, na Universidade Caixa, de segurança da informação, de continuidade dos negócios, de prevenção à fraude documental e à lavagem de dinheiro;

- para prevenir fraudes internas a AO adota mecanismos como: a supervisão contínua das ações adotadas nas análises dos processos; o estabelecimento rigoroso da segregação de papéis entre empregados/funções e orientações/reuniões regulares às equipes do FDS, com vistas à incorporação da prática cotidiana dos valores éticos que fundamentam o Código de Ética da Caixa e o Código de Conduta;
- as contas e subcontas do Fundo são conciliadas mensalmente;
- a autoavaliação para composição de Relatório de Avaliação dos Riscos Operacionais do AO e as revisões internas ocorrem anualmente e ações de auditoria interna no controle interno possuem periodicidade trimestral;
- as situações de exceção são tratadas em colegiado interno com a participação da Superintendência Nacional, da Gerência Nacional, das Gerências Executivas e Equipe Técnica do Produto;
- o processo de produção de reportes para os casos de desvio de performance e falhas de controle interno realiza-se de acordo com o normativo interno da Política de Gerenciamento de Risco Operacional da CAIXA – PO 019 que estabelece diretrizes, princípios, premissas, valores, regras e responsabilidades necessárias à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional.

Os custos com as atividades de controle adotadas para o FDS apresentam-se apropriados aos benefícios derivados de sua aplicação em face do volume de recursos que envolvem as operações do FDS e do fato de que a administração do Fundo utiliza-se da estrutura instalada pela CAIXA para tratamento de risco.

As atividades de controle adotadas para o FDS são abrangentes e razoáveis, na medida em que, com o objetivo de minimizar eventual dano financeiro ou de imagem, abarcam, além do tratamento de riscos identificados pelos órgãos fiscalizadores, pelas auditorias interna e independente e pelo mapeamento de riscos, a revisão dos principais processos e serviços relacionados ao FDS, de modo a detectar e corrigir eventual inconsistência ou evento que se configure como risco operacional, erro e ou falha que, de acordo com a natureza e gravidade, recebe tratamento imediato pelo Gestor do Fundo para avaliação.

2.2.4 Informação e Comunicação

O tratamento das informações relevantes para o FDS ocorre por meio dos canais de veículos de informações da CAIXA, formalizados e com a identificação do ato e dos agentes envolvidos, na forma do normativo interno ‘Comunicação Administrativa’, que padroniza, por meio de um conjunto de atos normativos, a comunicação administrativa na Empresa.

Para assegurar a tomada de decisão gerencial adequada, as informações do FDS são instruídas de posicionamento técnico pautado nas normas que regem o Fundo.

Com vistas a apresentar as informações do FDS às unidades internas da CAIXA envolvidas no o processo do Fundo de forma apropriada, tempestiva, precisa e acessível, as informações são formalmente reportadas às partes interessadas em tempo hábil por meio de instrumentos/expedientes internos e externos, quais sejam, comunicações eletrônicas, comunicações internas, ofícios, relatórios e Circulares CAIXA, publicadas no Diário Oficial da União e no sítio da CAIXA, e disponibilizadas por meio de arquivos na área de *downloads* do sítio da CAIXA, além de publicação na página da intranet da CAIXA e da realização de treinamentos específicos do FDS e de *workshop* com as equipes.

2.2.5 Monitoramento

A AUDIT é a unidade responsável pela atividade de auditoria interna na CAIXA e do relacionamento com órgãos externos de controle e de fiscalização, gestão do processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil e fiscalizações acordadas com o AO do FDS.

A AUDIT também observa as normas do IIA, representado no Brasil pelo IIA Brasil, e, no que forem aplicáveis, as normas e procedimentos de auditoria do CFC.

A AUDIT está vinculada ao Conselho de Administração por força do Estatuto da CAIXA, relaciona-se com o Comitê de Auditoria na forma regulamentada pelo CMN e se sujeita às orientações e determinações dos órgãos federais de controle e de fiscalização, conforme legislação específica.

Estrutura da AUDIT:

A Auditoria Geral é composta por cinco auditorias nacionais e doze auditorias regionais, cujos objetivos são:

- a) AUDAÉ – gerir as atividades de auditoria na gestão de riscos e controles internos, nas áreas de recuperação de crédito, jurídica e de administração de ativos de terceiros, em participações, na entidade patrocinada e de auditorias financeira e contábil na CAIXA, exceto em fundos e programas de governo.
- b) AUDAT – gerir as atividades de auditoria, nos aspectos operacional, contábil, financeiro e ambiental, em produtos e atividades do Governo Federal delegados à CAIXA, como fundos, programas, seguros sociais, transferência de recursos públicos, loterias e promoções comerciais, além daqueles voltados ao atendimento a políticas públicas governamentais de desenvolvimento urbano – crédito imobiliário, saneamento e infraestrutura.
- c) AUDES – gerir as atividades de auditoria no crédito comercial pessoa física e jurídica, no agronegócio, nas atividades de logística, marketing, gestão de pessoas e relacionamento institucional, na unidade Ouvidoria, no atendimento e gestão dos canais parceiros e gerir as atividades de fiscalização de unidades lotéricas.
- d) AUDRE – gerir o processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil, apoiar os conselhos disciplinares na matriz e coordenar, acompanhar e orientar as unidades da CAIXA no atendimento às demandas oriundas dos conselhos estatutários da empresa, dos órgãos de controle e de fiscalização e da auditoria independente.
- e) AUDTI – gerir as atividades de auditoria em tecnologia da informação, em certificação digital e apoio de TI à auditoria, inclusive auditoria eletrônica.
- f) AUDIR – localizadas em Brasília (2 unidades), Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo - executar as atividades programadas pelas auditorias nacionais e representar a AUDIT no âmbito de suas atuações.

A Auditoria interna acompanha sistematicamente todos os processos que envolvem o FDS, emitindo pareceres e relatórios cujas constatações e recomendações são devidamente tratadas e ou justificadas, permitindo a mitigação dos riscos identificados.

A periodicidade de avaliação da Auditoria Interna de Avaliação do Controle Interno ocorre semestralmente e, eventualmente, à critério da Alta Administração da CAIXA.

O sistema de controle interno aplicado ao FDS, em face das avaliações a que foi submetido, apresenta-se adequado e efetivo na medida em que tem propiciado a atuação preventiva da gestão e administração do Fundo na detecção de desvio de *performance* e inobservância às ações de mitigação de risco.

O processo FDS é acompanhado, de forma sistemática, pelos órgãos de controles internos e externos, bem como pela Auditoria CAIXA que certifica a eficiência e a eficácia dos instrumentos de acompanhamento e controles. Cabe ressaltar que a estrutura de gerenciamento de risco operacional está sujeita à revisão independente realizada por auditores internos e ou externos, de forma a se estabelecer garantias de isenção no processo de avaliação dessa estrutura. As funções de gerenciamento do risco operacional são independentes das funções de gerenciamento de produto, atividade e serviço.

O sistema de controle interno adotado para o FDS contribui para a melhoria do desempenho do FDS na medida em que procura atender aos objetivos das diversas etapas do processo Fundo que se encontram alinhados aos objetivos estratégicos da Administração do Fundo na CAIXA.

CAPÍTULO III

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Acesso às informações do FDS

As informações do FDS úteis à sociedade, a exemplo da Prestação de Contas do Fundo, do Relatório de Gestão e do Relatório de Auditoria Independente, apresentam-se, em observância ao princípio constitucional da publicidade, acessíveis ao público em geral, conforme disposto na página da CAIXA na internet, item ‘Processo de Contas Anuais’ em <http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>.

Com vistas à ampliação das medidas de transparência no âmbito da CAIXA, o acesso a informações do FDS também ocorre, em obediência à Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 2011, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC do sítio da CAIXA no endereço <http://www.caixa.gov.br/acesso-a-informacao/Paginas/default.aspx#sic>, bem como dos serviços de SAC e Ouvidoria em <http://www.caixa.gov.br/atendimento/Paginas/default.aspx>.

Ressalta-se que não são passíveis de fornecimento as informações classificadas nas hipóteses legais de sigilo, entre as quais, fiscal e bancário, e aquelas genéricas, desproporcionais ou desarrazoadas, ou que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência da CAIXA, conforme normativo interno ‘Lei de Acesso à Informação no Âmbito da CAIXA’.

3.2 Medidas relativas à acessibilidade

O FDS, ao utilizar as instalações da CAIXA, beneficia-se das medidas adotadas pela Empresa com vistas a garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade preconizadas na Lei nº 10.098, de 2000, no Decreto nº 5.296, de 2004 e nas normas técnicas da ABNT.

Essas medidas consistem, sobretudo, no estabelecimento de padrões e procedimentos para instalações de itens de acessibilidade, atendimento prioritário e mobilidade reduzida nas unidades CAIXA, bem com elaboração de *leiaute*, projetos de arquitetura e engenharia, adaptação de edificações destinadas ao público interno e externo, com observância dos preceitos de Responsabilidade Social Empresarial nas relações com a sociedade e o mercado, conforme disposto no normativo interno ‘Infraestrutura – Padrões de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência’.

De acordo com esse normativo, as ações de implantação e alteração de *leiaute* das Unidades CAIXA somente ocorrem nos casos de cumprimento às demandas corporativas, devidamente aprovadas pela alta direção da Empresa, e em consonância com o Caderno Padrão de Acessibilidade, instrumento cujo conteúdo é indissociável e complementado pela legislação e pelas Normas Brasileiras, destinado às adaptações de edificações de uso coletivo, que estabelece os critérios e parâmetros técnicos de promoção da acessibilidade.

CAPÍTULO IV

PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 Planejamento do FDS

As diretrizes estratégicas do FDS apresentam-se no contexto do planejamento do MCidades, gestor do Fundo, e da CAIXA cujo Plano Estratégico, fixado para o período de 2012 a 2022, contou com a participação de todas as áreas da Empresa para assegurá-la no papel de agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado Brasileiro.

Para alcançar a visão de futuro e cumprir a missão da empresa, elaborou-se mapa estratégico, abrangendo objetivos empresariais, com indicadores e metas, bem como iniciativas com a finalidade de orientar a organização na busca de resultados sustentáveis nas dimensões ‘Aprendizado e Crescimento’, ‘Processos Internos’, ‘Mercadológica’, ‘Econômico-Financeira, Social e Ambiental’.

Em abril de 2013, em continuidade às ações implantadas em 2012, inicia-se a segunda etapa do Movimento Caixa+10 que estabeleceu, de forma sistematizada, ajustes no Modelo de Gestão da CAIXA, de modo a conferir mais agilidade e competitividade aos negócios da Empresa.

Em 2014, com vistas a alavancar os objetivos estratégicos da CAIXA, realizou-se novo ajuste desse modelo, o qual passa a contar com a sistemática ‘Visto CAIXA’ que, pautada nas premissas de ‘Desenvolvimento de líderes’ e de ‘Identificação e formação proativa de talentos’, contribui para a consolidação da meritocracia na cultura da Empresa.

Os objetivos estratégicos do FDS apresentam-se vinculados aos princípios e elementos do modelo de Gestão da CAIXA, relacionados nos quadros 1 e 2 a seguir:

Quadro 1 – Princípios do modelo de gestão

Princípios	Definição
Sinergia público/comercial	Desempenho financeiro em prol de desenvolvimento econômico e social
Foco no cliente	Criação de valor para o cliente
Responsabilização	Empregados comprometidos com o resultado de suas atividades
Simplicidade	Redução da burocracia, minimizando etapas, interfaces e níveis de aprovação
Integração	Maior colaboração e coordenação entre unidades
Eficiência	Maior atenção à produtividade e controle de custos
Ganho em escala	Capacidade de absorver crescimento sem inviabilizar o modelo de gestão

Quadro 2 – Elementos do modelo de gestão

Elementos	Definição
Estrutura	Unidades de negócios e unidades funcionais
Governança	Decisões mais ágeis
Estratégia	Planejamento integrado à avaliação de desempenho
Processos	Produtividade e eficiência
Cultura Organizacional	Desenvolvimento de líderes e de talentos

Esse modelo, ancorado em princípios que nortearão a CAIXA na concretização de sua visão de futuro, objetiva ampliar, qualitativa e quantitativamente, a gestão de negócios e resultados da Empresa.

No nível tático, as ações implantadas no âmbito do AO do FDS estão vinculadas, eminentemente, a duas dimensões estratégicas da CAIXA:

- (i) Processos Internos
- (ii) Aprendizado e Crescimento

Os principais objetivos estratégicos vinculados a essas dimensões são: (i.a) Ter processos eficientes; (i.b) Ter excelência no atendimento e relacionamento; (ii.a) Ter cultura organizacional voltada para o resultado estratégico e (ii.b) Ser equipe de alta performance.

Com relação a ‘Processos Internos’, o objetivo estratégico ‘Ter processos eficientes’ assegura que os processos operacionais sejam ágeis, simples, racionais e com melhor custo benefício e que agreguem valor na visão dos clientes, ao passo que ‘Ter excelência no atendimento e relacionamento’ procura atender ao cliente com transparência, ética, equidade, cortesia e atenção, orientando-o sobre suas necessidades e gerando negócios.

Na dimensão ‘Aprendizado e Conhecimento’, destacam-se o objetivo ‘Ter cultura organizacional voltada para o resultado estratégico’ que busca construir um ambiente orientado para a criação e disseminação da cultura de resultados sustentáveis, com vistas a alcançar de forma continuada seus objetivos estratégicos e ‘Ser equipe de alta *performance*’ que consiste em ser equipe com cultura voltada para o resultado estratégico, tendo as competências demandadas pela estratégia asseguradas e lideranças que mobilizem a mudança.

Na sistemática de avaliação de desempenho das unidades da CAIXA para o exercício, a SUFUS e a GEFUS receberam o selo de ‘Equipe de Alta *Performance*¹’ ao alcançarem patamar superior a 100 para as notas representativas dos indicadores do ‘AvCAIXA’ – instrumento de gestão que permite visão sistêmica do desempenho das unidades ante as diretrizes institucionais e os processos inerentes a cada área da Empresa.

Para atuar na promoção de processos operacionais eficientes, são estabelecidas ações voltadas para (i) padronização dos procedimentos e nivelamento do conhecimento nas análises das demandas requeridas pelo AF e EO; (ii) otimização do sistema interno SIFDS para acompanhamento das parcelas de obra efetivadas e previstas, por meio de emissão de relatórios mensais e (iii) revisão da rotina mensal de envio de informações à área contábil, de modo a automatizar a rotina.

Com vistas a promover a melhoria dos processos de atendimento e relacionamento, foram realizadas (i) reuniões periódicas com representantes do MCidades, AF e EO para esclarecimentos e proposição de ações para a retomada de empreendimentos paralisados e (ii) revisão geral dos normativos internos, com vistas a aprimorar as rotinas operacionais, bem como dar ampla divulgação às áreas envolvidas.

Para o desenvolvimento de uma cultura voltada para o resultado estratégico, adota-se revisão periódica das rotinas operacionais, com vistas a dar maior celeridade e eficiência aos

¹ Na sistemática de avaliação de desempenho das unidades da CAIXA, a SUFUS e GEFUS, foram classificadas como “Equipe de Alta Performance”, por ter alcançado nota superior a 100 no conjunto de indicadores “AvCAIXA” que compreendem as dimensões (i) Resultado Negocial, (ii) Itens Prioritários, e (iii) Gestão, no conjunto são mais de 20 indicadores de avaliação.

processos internos. Como exemplo cita-se a alteração das rotinas relativas à autorização para prorrogação dos prazos de carência e de contratação, que ficaram a cargo do AF, sem necessidade de anuência do AO, o que simplificou e desburocratizou as rotinas de alterações de prazo, dando maior celeridade ao processo, sem perder o foco da conformidade.

Na promoção de processos voltados para a melhoria da *performance* das equipes dedicadas ao FDS, destaca-se a ação de aperfeiçoamento do desempenho das equipes por meio da realização de treinamentos específicos acerca do FDS e de cursos que, direta ou indiretamente, contribuem para a ampliação da qualidade da prestação dos serviços realizados pelo Operador do Fundo.

Na consecução dos objetivos estratégicos do FDS, as estratégias adotadas em 2014 para tratamento dos riscos inerentes à gestão/administração do Fundo, relacionadas abaixo, visam o aprimoramento e transparência dos processos.

O aperfeiçoamento da rotina de envio de informações para registro contábil das responsabilidades do FDS confere maior transparência na demonstração das contas do Fundo, uma vez que as informações passam a ser apresentadas de modo analítico, ou seja, considerando-se os contratos individuais de financiamento e, não somente, as informações relativas aos empreendimentos.

O aprimoramento do sistema interno SIFDS, no que concerne à rotina de geração de relatório, com as demonstrações das parcelas de desembolso, deu maior celeridade ao levantamento de informações que visam subsidiar o pedido de aporte de recursos ao MCidades e STN.

Para possibilitar a redução dos riscos inerentes ao processo de produção de UH no PMCMV-E, aprimorou-se a rotina de liberação de recursos, com a padronização de procedimentos na análise dos pedidos de adiantamentos/liberações de parcela, a fim de evitar as dívidas da EO relativas ao pagamento de tributos e despesas de ordem trabalhista, as quais poderiam ser imputados, futuramente, ao FDS. Tal medida se deu em razão da constatação de que há empreendimentos que apresentam dívidas de INSS e IPTU, principalmente.

A realização de reuniões para tratar sobre os empreendimentos paralisados no PCS e PMCMV-E, em conjunto com o MCidades, AF, EO e representantes dos beneficiários, permitiu identificar as principais causas de paralisação ou atraso nas obras, as dificuldades encontradas pelas EO no gerenciamento dos empreendimentos, bem como desenvolver/propor ações conjuntas para a retomada das obras e para a solução de problemas pontuais de cada empreendimento. Ressalta-se também que, a partir das reuniões, buscou-se estimular uma maior participação e envolvimento dos beneficiários nas decisões relativas aos empreendimentos e nas ações a serem efetivadas.

Para minimizar os riscos de paralisação das obras e contratação de novos empreendimentos, procedeu-se à readequação dos procedimentos operacionais do AO para solicitação de aporte de recursos, bem como para a prestação de informações aos órgãos responsáveis pelo repasse, utilizou-se recursos onerosos do PCS e parte do saldo da conta gráfica de retorno da prestação do PMCMV-E para efetuar os pagamentos de desembolsos deste programa. Tais medidas foram necessárias tendo em vista que, a partir de 2014, o aporte de recursos OGU para o PMCMV-E começou a ser repassado mensalmente, após prestação de informações sobre os valores previstos para cada período, com expectativa de pagamento das parcelas de obra às EO somente após o recebimento do aporte, o que gerou atrasos no desembolso de recursos aos empreendimentos, impactando diretamente na evolução das obras.

Em 2015, no âmbito dos Programas PCS e PMCMV-E serão adotadas ações de cobrança, objetivando a redução da inadimplência, bem como a execução de contratos inadimplentes do PCS, além do acompanhamento e regularização das obras atrasadas ou paralisadas.

4.1.1 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

4.1.1.1 Programa Crédito Solidário – PCS

O PCS foi criado e regulamentado pela Resolução CCFDS nº 93, de 2004. Em 2008, o Programa foi reformulado com o objetivo de obter melhores resultados na gestão dos recursos do FDS e desde então é regido pela Resolução CCFDS nº 121, de 2008.

O Programa visa atender as necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, possibilitando a produção e a aquisição de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física, em áreas urbanas e rurais em todo território nacional.

O PCS tem como público alvo as famílias, organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até R\$ 1.125,00, admitindo-se o atendimento à famílias com renda entre R\$ 1.125,01 e R\$ 1.900,00, cabendo ao Gestor Operacional definir o percentual desse atendimento. O financiamento é realizado em condições de contratações especiais e subsidiadas:

- dispensada a cobrança de taxa de juros;
- dispensada a cobrança de atualização monetária no período de execução da obra;
- desconto de 10% no valor da prestação paga até a data de vencimento;
- pagamento à entidade associativa de 5% do valor da prestação, se o grupo estiver 100% adimplente;
- dispensado o pagamento de prêmio de seguro de MIP e DFI, sendo que no caso de evento de morte ou invalidez permanente a dívida é assumida pelo FDS a título de subsídio;
- permitida a contratação de financiamento ao beneficiário final maior de 60 anos de idade, limitada a 5% do total de unidades financiadas no Programa.

Os recursos do Programa são oriundos do FDS, previstos no Plano Anual de Contratações e Metas Físicas aprovado pelo CCFDS, limitados à capacidade de assunção pelo Fundo do aporte à Conta Equalizadora e ao pagamento da taxa de administração ao AF com os recursos da Carteira Subsídios do FDS.

Em caráter complementar aos recursos do FDS, é previsto o aporte por parte dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do investimento a ser realizado.

Para atender os subsídios do Programa, foi constituída a Conta Equalizadora com aporte pelo FDS dos seguintes valores:

- recurso oneroso - constituído do percentual de 20% do valor de financiamento concedido ao beneficiário final;

- recurso da Conta Subsídios do FDS - percentual variável em função do prazo de amortização e carência, limitado a 30% do valor de financiamento e retorno do financiamento pago pelo beneficiário final.

No ato da contratação do financiamento com o beneficiário final, os recursos do FDS são depositados na Conta Equalizadora, remunerados à taxa de juros básica (SELIC) e movimentados, exclusivamente, nas seguintes situações:

- retorno da prestação mensal dos recursos onerosos do FDS;
- retorno à Conta Subsídios do FDS de eventual saldo remanescente ao final do prazo da operação;
- retorno à Conta Subsídios do FDS de recursos excedentes, após avaliação anual do AO.

4.1.1.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV-E

O PMCMV-E ao amparo da lei nº 11.977, de 2009, foi instituído pela Resolução CCFDS nº 141, de 2009 e, atualmente, é regido pela Resolução CCFDS nº 200, de 2014.

O Programa tem por objetivo atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda de áreas urbanas, por intermédio da concessão de financiamentos às pessoas físicas organizadas de forma associativa por uma EO, cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e a aquisição de novas habitações, observadas as modalidades operacionais, e atendendo aos padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

Os recursos do Programa são oriundos de aporte de recursos OGU realizados ao FDS, no âmbito do PMCMV, de acordo com os artigos 2º, inciso II e 82-B da lei nº 11.977, de 2009 e alterações posteriores.

É previsto o aporte por parte dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do investimento a ser realizado, em caráter complementar aos recursos do FDS.

O Programa tem como público alvo as famílias organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até R\$ 1.600,00, em condições de contratação, especiais e subsidiadas:

- isenção de cobrança de taxa de juros;
- dispensada a cobrança de atualização monetária no período de execução da obra;
- subvenção econômica concedida nas prestações do financiamento, ao longo de 120 meses;
- em caso de MIP, a dívida remanescente é amortizada pelo FDS, observando-se o percentual de renda pactuado;
- assunção pelo FDS das despesas com recuperação dos imóveis na ocorrências de DFI;
- pagamento pelo FDS das despesas de custas e emolumentos cartorários;
- pagamento à EO de 5% do valor da prestação, se o grupo estiver 100% adimplente.

O Programa prevê que, entre os beneficiários, terão prioridade as famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

O Programa possibilita ainda a contratação direta da EO como substituta temporária dos beneficiários.

Importa destacar que a lei nº 11.977, de 2009 estabeleceu que a concessão da subvenção econômica dar-se-ia no ato da contratação. Com a publicação da lei nº 12.424, de 2011, a subvenção econômica passou a ser concedida na prestação do financiamento habitacional, ao longo de 120 meses.

Por sua vez, o decreto nº 7.795, de 2012, determina que os beneficiários assumam responsabilidade contratual pelo pagamento de 120 prestações mensais, correspondentes a 5% da renda bruta familiar mensal, com valor mínimo fixado em R\$ 25,00. O valor resultante da diferença entre o valor pago pelo imóvel no âmbito do PMCMV, com recursos do FDS, e o valor presente do financiamento ao beneficiário final é assumido pelo FDS como subsídio, o qual é concedido ao beneficiário final no início da fase de retorno do contrato.

Com a publicação da Portaria Interministerial MCidades/MF/MPOG nº 237/2014, as regras do decreto nº 7.795, de 2012 foram aplicadas para as parcelas vincendas dos contratos assinados anteriormente a 27 de agosto de 2012.

O valor desembolsado pelo FDS para as operações do PMCMV-E compreende os custos necessários à produção da UH, a subvenção econômica concedida ao beneficiário e as despesas referentes à concessão de garantia por DFI, pagamento de custas e emolumentos e de taxa de administração ao AF.

4.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

A distribuição dos recursos orçamentários é efetuada pelo MCidades - gestor dos recursos do PCS e do PMCMV-E, de acordo com o déficit habitacional de cada região do território nacional.

A distribuição orçamentária é divulgada no Plano de Metas e Diretrizes Gerais para FDS, publicado anualmente pelo MCidades por meio de Instrução Normativa ou Resolução.

4.2.1 Programa Crédito Solidário – PCS

Em 2014, o MCidades não estabeleceu Plano de Metas e Diretrizes Gerais para o PCS, tendo em vista que não houve demanda por parte das EO para contratação de novas operações de financiamento.

Ressalta-se que a falta de interesse das EO pelo PCS surgiu após o advento do PMCMV-E, uma vez que este programa apresenta condições mais vantajosas de financiamento, tais como subvenção econômica, valor maior de financiamento e menor prazo de amortização.

4.2.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

O Plano de Metas e as Diretrizes Gerais destinados à aplicação dos recursos alocados ao FDS, para o exercício de 2014, no âmbito do PMCMV-E, foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº 199, de 2013, no valor total de R\$ 1.168.144.012,13, considerando o valor médio da unidade habitacional de R\$ 55.000,00 e distribuído conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Destinação dos Recursos - PMCMV-E

Finalidade	Valor R\$
Financiamento e descontos concedidos ao beneficiário final	1.100.000.000,00
Despesas com DFI	13.200.000,00
Custas e emolumentos	22.000.000,00
Taxa de administração do AF	32.944.012,13
Total de Alocação de Recursos OGU	1.168.144.012,13

Fonte: Resolução CCFDS nº 199.2013

O montante de R\$ 1,1 bilhão destinado à contratação das operações de financiamento habitacional foi distribuído por região geográfica, alocados em conformidade com o déficit habitacional de cada região, conforme discriminado a seguir:

Tabela 2 – Distribuição dos Recursos por Região Geográfica - PMCMV-E

Distribuição Recursos FDS.PMCMV-E por Região Geográfica			
UF	Quantidade UH	%	Orçamento Destinado R\$
Norte	1.914	9,57	105.270.000,00
Nordeste	6.016	30,08	330.880.000,00
Sudeste	8.302	41,51	456.610.000,00
Sul	2.088	10,44	114.840.000,00
Centro-Oeste	1.680	8,40	92.400.000,00
TOTAL	20.000	100,00	1.100.000.000,00

Fonte: Resolução CCFDS nº 199.2013

No decorrer de 2014, verificou-se crescimento maior da demanda nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. Visando dar efetividade na execução orçamentária e o cumprimento da função social do fundo, o AO solicitou ao MCidades o remanejamento de recursos entre as regiões do País, o que foi aprovado por meio da IN MCidades nº 38 de 2014, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3 – Novo Orçamento após Remanejamento - PMCMV-E

Novo Orçamento após o Remanejamento - PMCMV-E			
UF	Quantidade UH	%	Orçamento destinado R\$
Norte	2.710	13,55	149.050.000
Nordeste	6.188	30,94	340.340.000
Sudeste	6.565	32,83	361.075.000
Sul	2.467	12,33	135.685.000
Centro-Oeste	2.070	10,35	113.850.000
TOTAL	20.000	100,00	1.100.000.000

Fonte: IN MCidades nº 38.2014

Com isso, a execução orçamentária da região Norte passou de R\$ 105 milhões para R\$ 149 milhões e da região Sul passou de R\$ 114 milhões para R\$ 135,6 milhões. Por sua vez, o orçamento previsto para o Centro-Oeste saltou de R\$ 92,4 milhões para R\$ 113,8 milhões.

4.2.3 Execução do orçamento distribuído nos programas do FDS

4.2.3.1 Programa Crédito Solidário – PCS

Não houve novas contratações no PCS em 2014, no entanto, ocorreram suplementações de recursos para empreendimentos já contratados, tendo em vista a defasagem dos valores previstos para alguns empreendimentos.

Nesse sentido, a execução orçamentária do PCS em 2014 refere-se aos desembolsos para pagamento de obras contratadas em exercícios anteriores, suplementação de recursos para 2 empreendimentos, bem como despesas do Fundo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 4 – Execução Orçamentária PCS

Execução Orçamentária - PCS	
Tipo de Despesa	Valor R\$
Pagamento de obra executada	2.187.753,82
DFI	116.246,68
Suplementação de recursos	827.245,14
Taxa de Administração do AF	340.352,59
Total	3.471.598,23

Fonte: SIAPF/SISFIN

4.2.3.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV-E

A LOA de 2014, no Programa 2049 – Moradia Digna, objetivo 0383, iniciativa 015S – Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado, ação 00CY – Transferência ao FDS, tendo o MCidades como unidade orçamentária, empenhou o valor de R\$ 100.000.000,00 e o montante de R\$ 542.014 mil encontra-se registrado no SIAFI como “RESTOS A PAGAR” do exercício de 2014.

Importa destacar que o FDS utilizou durante o ano de 2014 R\$ 27 milhões dos recursos onerosos do PCS para efetuar os pagamentos de desembolsos do PMCMV-E, considerando que o aporte de recursos OGU no referido período foi insuficiente para honrar todos os compromissos assumidos pelo PMCMV-E. Deste montante, somente R\$ 5 milhões foi devolvido ao Fundo. Além disso, utilizou-se também 2,2 milhões da conta gráfica de retorno do PMCMV-E, para atendimento aos pedidos de liberação de parcelas dos empreendimentos, em virtude do atraso no aporte de recursos OGU.

Nesse sentido, o FDS tem direito a ser ressarcido pela União da respectiva quantia dos recursos onerosos PCS que foi utilizada nas operações do PMCMV-E, atualizada pela taxa SELIC, consoante prevê o Art 82-A da Lei nº 11.977, de 2009.

No que concerne ao cumprimento da meta prevista para 2014, a tabela 5 demonstra os montante de recursos a serem aplicados em cada região e o respectivo percentual de participação, o valor de orçamento dos contratos assinados, bem como o percentual de realização da referida região. Ressalta-se que o valor do orçamento refere-se ao valor da proposta selecionada pelo MCidades, abrangendo a fase de projetos e de construção dos empreendimentos.

Verifica-se que 87,72% da meta foi realizada, com destaque para a região Sudeste que ultrapassou os 100% de participação, e para as regiões Nordeste e Sul que registraram mais de 80% de realização.

Tabela 5 – Execução do Orçamento - PMCMV-E

Execução do Orçamento - PMCMV-E do exercício 2014				
Regiões	Distribuição orçamentária dos recursos em 2014 (a)	% Participação no orçamento	Propostas Selecionadas e contratadas em 2014(b)	% de realização [(c=b/a)]
Norte	149.050.000	13,55	99.388.413,00	66,68
Nordeste	340.340.000	30,94	284.555.290,61	83,61
Sudeste	361.075.000	32,83	384.842.899,69	106,58
Sul	135.685.000	12,33	111.723.225,39	82,34
Centro-oeste	113.850.000	10,35	84.363.138,50	74,10
Total	1.100.000.000,00	100,00	964.872.967,19	87,72

Fonte: SUFUS.GEFUS

Em comparação a 2013, as regiões Norte, Sudeste e Sul apresentaram aumento no percentual de realização da meta. As regiões Centro Oeste e Nordeste, no entanto, apresentaram redução no percentual de contratações em relação à meta prevista.

4.2.4 Processo de seleção e hierarquização das propostas

4.2.4.1 Programa Crédito Solidário – PCS

No exercício de 2014 não houve seleção de proposta no PCS, pelo fato de o CCFDS não disponibilizar recursos orçamentários para contratação neste programa, face o direcionamento das contratações no âmbito PMCMV-E, cujas condições de financiamento são mais favoráveis para o beneficiário final.

4.2.4.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCM-E

Em 2014 foram selecionadas 140 propostas, sendo que deste total, 12 propostas foram canceladas, 86 contratadas em 2014 e 42 poderão ser contratadas até o primeiro trimestre de 2015.

Excetuando-se as propostas canceladas, a tabela 6 apresenta o quantitativo de UH, e respectivo valor das propostas selecionadas pelo Programa no exercício de 2014, contratadas no próprio exercício e aquelas com possibilidade de contratação em 2015:

Tabela 6 – Propostas Selecionadas em 2014 - PMCMV-E

Situação	Propostas Selecionadas PF			Propostas Selecionadas PJ			Total		
	Quantidade	Valor da Proposta	UH	Quantidade	Valor da Proposta	UH	Quantidade	Valor da Proposta	UH
Selecionadas e contratadas 2014	31	106.041.870	2.031	55	858.831.097	13.100	86	964.872.967	15.131
Selecionadas 2014 a contratar 2015	19	37.106.148	708	23	211.198.488	3.558	42	248.304.636	4.266
Total	50	143.148.018	2.739	78	1.070.029.586	16.658	128	1.213.177.604	19.397
% Participação no total	39%	12%	14%	61%	88%	86%	-	-	-

Fonte: SUFUS.GEFUS

Das propostas selecionadas em 2014, 78% foram contratadas ainda em 2014, sendo que 10% refere-se a contratações com o beneficiário final e 68% refere-se a contratações diretas com a

EO. Do total de UH selecionadas, somente 22% têm previsão de contratação em 2015, em virtude da Seleção das Propostas ter ocorrido em 30.12.2014, não havendo tempo hábil para efetivar a contratação no mesmo ano.

Cabe destacar que, do total de propostas selecionadas, 86% concentram-se na modalidade contratação direta com a EO como substituta temporária dos beneficiários e apenas 14% das contratações foram realizadas diretamente com o beneficiário final.

Em comparação ao exercício anterior, houve redução de 18% no quantitativo de UH contratadas e de 16% no volume de recursos aplicados pelo FDS no PMCMV-E. Entretanto, é importante ressaltar que as propostas selecionadas em 2014 e que ainda não foram contratadas, poderão alterar esse percentual, tendo em vista que se todas as propostas forem assinadas, haverá um incremento de 6% no quantitativo de UH e no volume de recursos contratados, em relação a 2013.

Observa-se, ainda, que as contratações no âmbito do Programa estão concentradas nas regiões Sudeste e Nordeste, conforme resumido na tabela 7.

Tabela 7 – Propostas contratadas por região geográfica - PMCMV-E

Região	Contratação PF		Contratação PJ		Total UH	Total Valor
	UH	Valor	UH	Valor		
Norte	47	2.303.000,00	1.610	97.085.413,00	1.657	99.388.413,00
Nordeste	173	9.542.726,50	4.586	275.012.564,11	4.759	284.555.290,61
Sul	408	20.926.116,56	1.525	90.797.108,83	1.932	111.723.225,39
Sudeste	170	8.329.167,00	5.044	376.513.732,69	5.214	384.842.899,69
Centro Oeste	1.233	64.940.860,00	335	19.422.278,50	1.568	84.363.138,50
Total	2.031	106.041.870,06	13.100	858.831.097,13	15.131	964.872.967,19

Fonte: SUFUS.GEFUS

4.2.5 Resultado das aplicações nos programas com recursos do FDS

4.2.5.1 Programa Crédito Solidário – PCS

O resultado das aplicações dos recursos do FDS no PCS entre os anos de 2005 a 2014 está consolidado na tabela 8:

Tabela 8 – Resultado das Aplicações do FDS - PCS

Resultado das Aplicações do FDS - PCS							
Até 2014	Recursos Onerosos do FDS	Desembolsado	Moradias construídas	Valor médio por Unidade habitacional	Empregos gerados	População beneficiada ¹	Renda média familiar
			UH				
Total	433.913.357,97	362.382.437,15	21.187	20.480,17	45.004	85.595	1,44

Fonte: SIAPF.SIACI

¹A população beneficiada foi apurada considerando a família com 4,04 pessoas.

O PCS atingiu seu objetivo quanto ao atendimento ao público alvo, uma vez que consegue atender a famílias com renda média de aproximadamente 1,44 salários mínimos, ao custo médio de R\$ 20.480,17.

A tabela 9 apresenta informações consolidadas referentes aos recursos financiados e desembolsados no PCS no período compreendido entre 2005 a 2014:

Tabela 9 – Recursos Financiados e Desembolsados – PCS

Recursos Financiados e Desembolsados - PCS				
2005.2014	Obra	Fundo Garantidor	Conta Equalizadora (20%)	Total
Financiado	362.259.417,93	917.411,33	70.736.528,71	433.913.357,97

Fonte: GEFUS

O valor total desembolsado representa o volume de recursos onerosos que já foram destinados à execução de obras e à Conta Equalizadora.

4.2.5.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV-E

A tabela 10 apresenta informações consolidadas referentes ao resultado das aplicações de recursos do FDS no PMCMV-E, no período de 2009 a 2014.

As informações estão agrupadas de acordo com o ano da Seleção da Proposta, sendo que as contratações podem ter ocorrido no mesmo ano da Seleção ou no ano posterior, tendo em vista que as regras do Programa prevê que o AF e a EO têm 60 dias para efetivar a contratação das propostas selecionadas, prorrogáveis por mais 30 dias.

A coluna “Propostas Selecionadas UH” apresenta o montante de UH selecionadas pelo MCidades, com o respectivo valor de financiamento previsto para a execução do empreendimento, de acordo com o ano orçamentário, incluindo os valores de complementação autorizados por meio de seleção complementar. Ressalta-se que as operações podem ser realizadas em duas fases: elaboração de projetos e construção das UH.

Para fins de valor contratado, informa-se somente o montante previsto para a fase efetivamente contratada até o exercício. No que se refere ao valor desembolsado, informa-se o valor liberado para os respectivos empreendimentos e, por fim, a coluna “UH Selecionadas” apresenta a quantidade de UH a serem construídas, de acordo com as propostas apresentadas ao MCidades.

Considerando que as contratações são realizadas em fases, na coluna “Propostas Selecionadas” consta o valor integral do empreendimento e na coluna “Valor Contratado” consta o montante relativo somente à fase contratada. Sendo assim, o valor correspondente à diferença será contratado na fase de construção.

Tabela 10 – Propostas Selecionadas 2009 a 2014 - PMCMV-E

Propostas Selecionadas e Contratadas – 2009 a 2014				
Ano da Seleção	Propostas Selecionadas R\$	Propostas Selecionadas UH	Valor Contratado R\$	Valor Desembolsado R\$
2009	75.372.922,52	1.547	75.372.922,52	49.754.872,70
2010	285.331.726,57	7.412	235.651.165,28	217.422.388,73
2011	96.675.256,20	2.218	83.264.383,26	69.910.294,52
2012	490.114.371,26	8.336	377.158.790,40	176.734.466,53
2013	1.145.035.622,62	18.418	486.670.601,35	261.535.808,81
2014	964.872.967,19	15.131	422.779.745,96	64.166.651,68
Total	3.057.402.866,36	53.062	1.680.897.608,77	839.524.482,97

Fonte: GEFUS

Depreende-se da tabela 10 que, cerca de 56% das UH selecionadas e contratadas, já entraram em fase de construção. Além disso, do valor contratado, 50% já foi desembolsado até 2014.

A tabela a seguir apresenta informações considerando o ano de Seleção e o ano da contratação da proposta. As contratações podem ocorrer no mesmo ano da Seleção ou no primeiro trimestre do ano posterior.

Tabela 11 – Propostas Contratadas 2009 a 2014 - PMCMV-E

Propostas Contratadas - PMCMV-E						
Ano da Seleção	Proposta Contratada no mesmo ano da Seleção			Proposta Contratada no ano seguinte		
	Valor Contratado	Valor Desembolsado	UH	Valor Contratado	Valor Desembolsado	UH
2009	11.951.358,99	10.940.779,16	309	63.421.563,53	38.814.093,54	1.238
2010	198.126.990,75	180.425.793,94	6310	37.524.174,53	36.996.594,79	1.102
2011	70.617.839,29	67.653.662,61	1.997	12.646.543,97	2.256.631,91	221
2012	308.244.251,93	154.966.622,52	7.306	68.914.538,46	21.767.844,01	1.030
2013	415.563.817,32	223.780.382,97	14.481	71.106.784,03	37.755.425,84	3.937
2014	422.779.745,96	64.166.651,68	15.131	-	-	-
Total	1.427.284.004,24	701.933.892,88	45.534	253.613.604,52	137.590.590,09	7.528

Fonte: GEFUS

A tabela 12 apresenta os valores contratados no Programa, considerando os contratos PJ e PF de acordo com o ano de contratação. A informação relativa a UH considera apenas os contratos que entraram em fase de construção. Já o campo “Valor médio da UH”, considera o resultado da divisão dos valores de financiamento relativos aos contratos em fase de construção e a quantidade de UH contratada.

A referida tabela apresenta, ainda, os empregos gerados e a população beneficiada por ano de contratação dos empreendimentos.

Tabela 12 – Resultado das Aplicações do FDS - PMCMV-E

Resultado das Aplicações do FDS - PMCMV-E							
Ano da Contratação	Valor do Financiamento	Valor Desembolsado	UH	Valor médio por UH¹	Empregos gerados	População beneficiada²	Renda média familiar SM
2009	11.951.358,99	10.940.779,16	309	38.677,54	1.161	1.248	1,5
2010	201.914.168,19	188.847.504,80	5.532	36.499,31	20.110	22.349	1,19
2011	96.692.392,00	94.188.147,40	2.641	36.612,03	9.930	10.670	1,14
2012	182.524.296,77	140.894.378,31	2.941	48.426,96	17.805	11.882	1
2013	406.451.445,83	252.009.062,24	5.567	56.561,19	38.736	22.491	1
2014	781.363.946,89	152.644.611,06	12.632	60.356,54	73.075	51.033	1
Total	1.680.897.608,77	839.524.482,97	29.622	46.188,93	160.817	119.673	1,13

Fonte: GEFUS

¹O valor médio da UH foi apurado excluindo os valores relativos ao financiamento direto com a.

²A população beneficiada foi apurada considerando a família com 4,04 pessoas.

4.2.6 Situação das obras contratadas nos programas com recursos do FDS

4.2.6.1 Programa Crédito Solidário

Dos 333 empreendimentos contratados no PCS, 271 foram entregues aos beneficiários com 14.204 unidades habitacionais, o que corresponde a aproximadamente 82% do total.

As regiões Sul e Centro Oeste são as que apresentam o maior percentual de empreendimentos concluídos, em relação ao total contratado na respectiva região. Por outro lado, as regiões Norte e Sudeste apresentam um percentual inferior a 50% de obras concluídas, em relação ao que foi contratado na região.

Tabela 13 – UH Concluídas por Região – PCS

Unidades Habitacionais por UF				
Região	Empreendimentos Contratados	Empreendimentos Concluídos	% Concluído por região	Quantidade de UH Concluída
Norte	14	06	43	433
Nordeste	50	30	60	2.684
Centro-oeste	65	61	94	4.880
Sudeste	41	18	44	1.762
Sul	163	156	96	4.445
TOTAL	333	271	82	14.204

Fonte: GEFUS/SIAPF

A tabela adiante apresenta a atual situação das obras dos empreendimentos contratados no Programa:

Tabela 14 – Situação dos contratos – PCS

Situação	Quantidade de empreendimentos 2005 a 2014	UH	%
Concluídas	271	14.204	82
Normal	04	371	1
Atrasadas	37	4.627	11
Paralisadas	21	1.985	6
Total	333	21.187	100

Fonte: SIAPF

O percentual de obras atrasadas e paralisadas, na posição dezembro de 2014, corresponde a 17%, em função de:

- inexistência de infraestrutura e saneamento na área de intervenção;
- falta de finalização da infraestrutura, não existindo condições de habitabilidade;
- falta de regularização junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- dificuldades para legalização do empreendimento;
- dificuldades no gerenciamento e acompanhamento das obras pelas entidades associativas;
- abandono da obra pelo responsável pela sua execução;
- não uniformidade do ritmo de execução da obra no regime de mutirão;
- problemas de abastecimento de água;
- alterações de projetos e quantitativo de materiais.

4.2.6.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

As obras das operações contratadas em 2009, ano da divulgação do programa, só foram iniciadas em 2010.

Até 2014 foram concluídas 22% das obras contratadas, beneficiando 5.364 famílias com a entrega da casa própria, sendo a região Sul a que apresenta o maior percentual de empreendimentos concluídos, em relação a quantidade de contratações na região. Em contrapartida, a região Norte é a que apresenta o menor percentual de entregas. Isso se dá em razão das contratações dessa região, que em sua maioria, foram realizadas somente a partir de 2013.

Tabela 15 – UH concluídas por Região – PMCMV-E

UH ENTREGUES 2009 A 2014				
Região	Empreendimentos Contratados	Empreendimentos Concluídos	% de empreendimentos Concluídos por região	Quantidade de UH Concluída
Norte	24	01	4	150
Nordeste	61	07	11	755
Centro-oeste	87	24	28	1.624
Sudeste	83	15	18	1.279
Sul	86	27	31	1.556
TOTAL	341	74	22	5.364

Fonte: GEFUS/SIAPF

A tabela 16 apresenta a situação das obras dos empreendimentos neste Programa, de acordo com a fase do contrato:

Tabela 16 – Situação dos Contratos - PMCMV-E

Situação	Quantidade de Empreendimentos 2009 a 2014			
	Projetos	Construção	Total	%
Normal	39	62	101	30%
Não Iniciadas	12	17	29	9%
Atrasadas	25	81	106	31%
Adiantadas	1	19	20	6%
Iniciadas sem medição	1	2	03	1%
Concluídas	8	74	82	24%
Total	86	255	341	100

Fonte: GEFUS/SIAPF

Observa-se que 30% dos empreendimentos contratados no Programa apresentam situação normal e 31% atrasadas. Os principais motivos de atraso nos empreendimentos se referem a dificuldades no gerenciamento e acompanhamento da execução das obras ou dos projetos pelas entidades associativas, alterações de projetos e quantitativo de materiais e dificuldades de legalização do empreendimento.

Verifica-se, ainda, que 9% dos empreendimentos contratados não iniciaram a execução do projeto ou obra, 1% recebeu o recurso para iniciar os trabalhos, mas não apresentou relatórios de evolução dos trabalhos e 2% já concluíram a fase de projetos, mas não formalizaram o contrato relativo à fase de construção.

4.2.7 Situação de inadimplência dos beneficiários finais nas obras contratadas

4.2.7.1 Programa Crédito Solidário

O PCS possui 333 empreendimentos contratados, constituídos por 21.187 unidades habitacionais. Deste total, 271 foram entregues e os contratos de financiamento habitacional encontra-se em fase de amortização.

Os contratos assinados após 16.05.2008, bem como aqueles que foram migrados/cedidos ao FDS, não apresentam inadimplência na Fase de construção. Atualmente, há apenas 3 empreendimentos que não foram cedidos ao Fundo, sendo devida a cobrança de encargos na Fase de construção. Entretanto, os contratos referentes a esses empreendimentos não foram cedidos devido à expectativa de serem cancelados ou migrados para o PMCM-E. Sendo assim, não são considerados nas informações referentes à inadimplência.

A tabela a seguir demonstra o universo de contratos em fase de amortização, com dívidas vencidas, por períodos:

Tabela 17 – Inadimplência PCS

INADIMPLÊNCIA POR DIA DE ATRASO						
PCS	Em dia	01 a 30	31 a 60	61 a 90	Acima 90	Total
Contratos	8.405	1.305	617	361	3.516	14.204
% Participação	59	9	4	3	25	100

Fonte: GEFUS.CIWEB

Verifica-se que, do total de contratos em amortização, cerca de 60% encontra-se adimplente e 40% apresentam dívidas vencidas. Na sua maioria, os contratos inadimplentes apresentam mais de 90 dias de atraso.

4.2.7.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

O Programa não apresenta inadimplência na fase de construção, pois não há cobrança de encargos no período de execução das obras.

Dos 5.364 contratos de financiamento em fase de amortização, em que houve entrega do empreendimento, mais de 70% encontram-se adimplentes. Os contratos que apresentam dívida vencida, na sua maioria estão inadimplentes a menos de 1 mês, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 18 – Inadimplência PMCMV-E

INADIMPLÊNCIA POR DIA DE ATRASO						
PMCMV-E	Em dia	01 a 30	31 a 60	61 a 90	Acima 90	Total
Contratos	3.846	677	122	61	658	5.364
% Participação	72	13	2	1	12	100

Fonte: GEFUS.CIWEB

4.2.8 Suplementação de recursos nos programas com recursos do FDS

4.2.8.1 Programa Crédito Solidário

O CCFDS, por meio da Resolução CCFDS nº 125, de 2008, autorizou a suplementação de recursos para os contratos do PCS, com o objetivo de permitir a conclusão das obras dos empreendimentos em que ocorreram defasagem dos valores iniciais de contratação.

Para possibilitar o andamento das obras foi necessário suplementar o valor contratado do Empreendimento Vila Barreto, localizado em São Mateus/MA, no montante de R\$ 174.025,80 e do Empreendimento Residencial Setor Leste, situado em Padre Bernardo/GO, no valor de R\$ 653.219,34, o que totalizou R\$ 827.245,14.

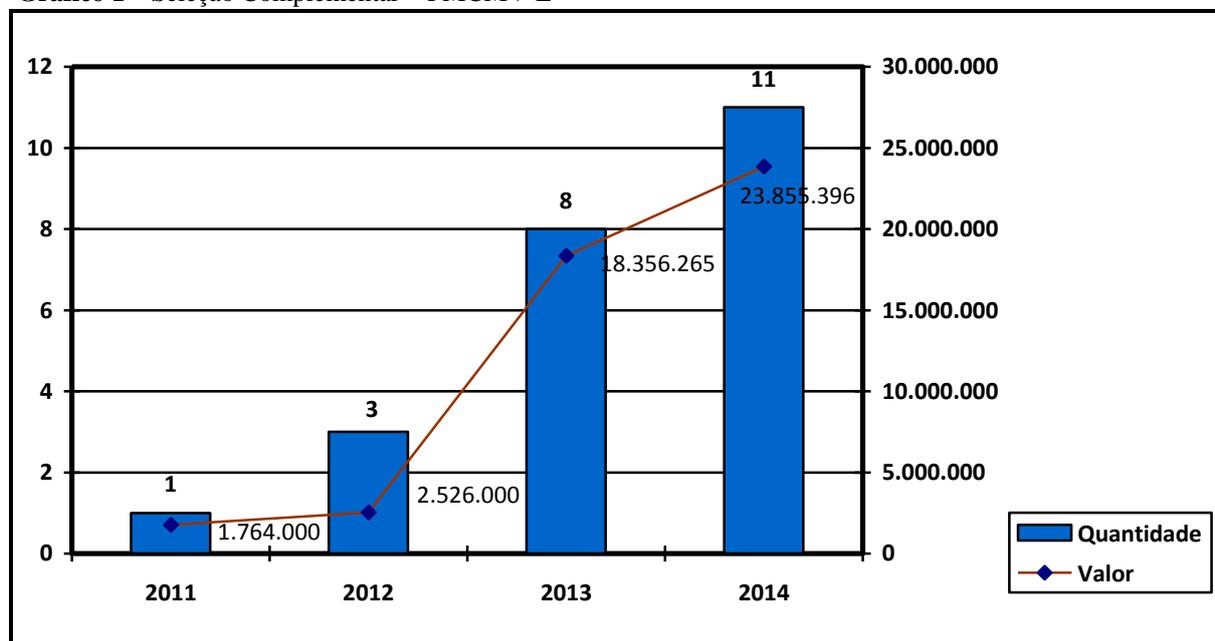
4.2.8.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

A suplementação de recursos não é prevista no PMCMV-E. Porém, a partir da Resolução CCFDS nº 183 de 2011, é prevista a Seleção Complementar, com o intuito de possibilitar a revisão e acréscimo no valor do financiamento, desde que não ultrapasse o valor máximo previsto para a localidade em que o empreendimento será implementado.

Em 2014 foi realizada Seleção Complementar para 11 empreendimentos, no montante de R\$ 23.855.396,44, com um acréscimo médio de 11% de recursos financeiros no valor final de cada empreendimento.

Em comparação aos anos anteriores, em 2014 houve aumento na quantidade de empreendimentos e no montante de recursos financeiros destinados à Seleção complementar, como poder ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Seleção Complementar – PMCMV-E



Fonte: GEFUS

4.3 Informação sobre indicadores de desempenho operacional

4.3.1 Indicador de desempenho das operações contratadas sobre o orçamento – IOCO

O IOCO mede o percentual de recursos contratados em operações de crédito no Programa em relação ao orçamento aprovado pelo CCFDS para o exercício em vigor.

Medição:	resultado da divisão entre o valor das operações de crédito contratadas no exercício sobre o valor orçado para o exercício, por programa.
Descrição:	acompanhamento das operações de crédito contratadas em relação ao orçamento do exercício por programa.
Objetivo:	acompanhar a aplicação dos recursos do FDS em habitação de interesse social por programa.
Dimensão:	Efetividade, valor
Periodicidade:	anual
Resultado:	quanto maior melhor

$$\text{IOCO}_{2014} = \frac{\text{OCC}}{\text{VOA}}$$

Onde:

IOCO =	indicador de desempenho da contratação do Programa sobre o orçamento
OCC =	valor das operações de crédito contratadas no Programa no exercício
VOA =	Valor orçado anual para a contratação de operações de crédito no Programa

No âmbito do PCS não foram alocados recursos no exercício e, assim, também não foram realizadas novas contratações.

No âmbito do PMCMV-E o resultado do indicador demonstra que foi utilizado 38% do orçamento disponibilizado para 2014, resultado superior aos 34% registrados em 2013:

$$\text{IOCO}_{2014} = \frac{422.731.322,20}{1.100.000.000,00} = 38\%$$

No valor das operações de crédito contratadas, está incluída a modalidade de contratação direta com a EO, que utilizou R\$ 316.737.875,86 do valor orçado para o Programa no exercício.

4.3.2 Indicador de Inadimplência – INAD

Medição:	resultado da divisão entre o número de contratos ativos - fase de amortização e os contratos com inadimplência acima de 90 dias.
Descrição:	acompanhamento da inadimplências nos Programas PCS e PMCMV-E.
Objetivo:	acompanhar a performance das ações de cobrança.
Dimensão:	Eficácia, valor
Periodicidade:	anual
Resultado:	quanto menor melhor.

$$\text{INAD}_{2014} = \text{QCIN} \div \text{QCAT}$$

Onde:

INAD₂₀₁₄ =	indicador de inadimplência nos programas com recursos do FDS.
QCIN =	quantidade de contratos com inadimplência acima de 90 dias com recursos do FDS no exercício.
QCAT =	quantidade de contratos ativos - fase de amortização, com recursos do FDS no exercício.

Em relação aos anos anteriores, a quantidade de dias de inadimplência foi alterado de “acima de 60” para “acima de 90”, tendo em vista que a regra padrão no mercado considera que a inadimplência é caracterizada a partir de 91 dias de atraso.

4.3.2.1 Indicador de Inadimplência PCS

$$\text{INAD}_{2014} = 3.516 / 14.204 = 24,75\%$$

Em 2014 o INAD referente às operações em fase de amortização é de 24,75%, índice superior ao aferido em 2013, tendo em vista que a quantidade de contratos ativos, adotada em 2013, abrangeu todos os contratos do Programa, inclusive aqueles que ainda estão na fase de construção. Neste exercício, considerou-se somente os contratos em fase de amortização. Esta alteração demonstra a real situação da inadimplência pois considera os contratos em que os beneficiários finais devem pagar prestações mensais, as quais são devidas após a entrega da unidade concluída ou em condições de habitabilidade.

4.3.2.2 Indicador de Inadimplência PMCMV-E

$$\text{INAD}_{2014} = 658 / 5.364 = 12,27\%$$

Houve um aumento em relação ao INAD de 2013, que foi de 3,08%, devido ao aumento das operações contratadas e o término do prazo de carências de alguns contratos. Além disso, a quantidade de contratos ativos, adotada em 2013, abrangeu todos os contratos do Programa, inclusive aqueles que ainda estão na fase de construção. Neste exercício, considerou-se somente os contratos em fase de amortização, tendo em vista que a obrigação de pagamento pelos beneficiários ocorre somente nesta Fase. Esta alteração demonstra a real situação da inadimplência pois considera os contratos em que os beneficiários finais devem pagar prestações mensais, as quais são devidas após a entrega da unidade concluída ou em condições de habitabilidade.

4.3.3 Indicador de Rentabilidade das Cotas do Fundo – IRCF

Os recursos do FDS são aplicados na proporção de 50%, no mínimo, e 90%, no máximo, em financiamentos dos projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários e 10% em reserva de liquidez, sendo 5% desses recursos em títulos públicos e 5% em títulos de emissão da CAIXA.

O Indicador mede a rentabilidade da carteira do FDS.

Medição:	resultado da divisão entre o valor da cota no final do período e o valor da cota no início do período.
Descrição:	acompanhamento da rentabilidade da carteira do FDS.
Objetivo:	medir a rentabilidade da disponibilidade da carteira do FDS.
Dimensão:	valor . financeira
Periodicidade:	Anual
Resultado:	Quanto maior o indicador melhor e o objetivo é um indicador maior que zero

$$\text{IRCF}_{2014} = \frac{\text{VCPf}}{\text{VCPi}}$$

$$\text{IRCF}_{2014} = \frac{\text{R\$ } 0,063785}{\text{R\$ } 0,061881}$$

$IRCF_{2014} = 1,030768$, equivalente a 3,0768%

Onde:

IRCF	Indicador de rentabilidade da carteira do FDS.
VCPf	Valor da cota do Patrimônio Líquido no final do período
VCPi	Valor da cota do Patrimônio Líquido no início do período.

O Indicador demonstra que houve rentabilidade da carteira do FDS no ano de 2014 de 3,0768%, ante 1,013% em 2013.

4.4 Informação sobre custos de produtos e serviços

O AO do FDS contratou a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda para prestação de serviço de cálculo atuarial, nos exercícios sociais de 2013 a 2015, por meio de Pregão eletrônico nº 234/7066-2013. O contrato nº 142/2014 foi assinado em 20 de janeiro de 2014 e tem vigência de vinte e quatro meses, podendo ser prorrogado por período igual ou inferior, até o permitido na Lei nº 8.666, de 1993.

O valor contratado pela prestação do serviço ao FDS totaliza R\$ 318.692,55.

CAPÍTULO V

TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os subitens ‘Demonstração da movimentação’ e ‘Saldos de restos a pagar de exercícios anteriores’ não apresenta conteúdo a ser informado no exercício, devido à natureza do Fundo.

5.1 Programação e execução das despesas

5.1.1 Remuneração do AF

5.1.1.1 Programa Crédito Solidário

O pagamento da taxa de administração ao AF, quando da concessão de financiamento ao beneficiário final, é realizado à vista e em espécie, com os recursos da Conta Subsídios do FDS. O valor é apurado por cada operação de crédito realizada, com base no valor presente, descontada a taxa nominal de juros de 12% a.a., considerando o prazo de carência e amortização no valor máximo de R\$ 22,06, conforme Resolução CCFDS nº 186, de 2012.

Até maio de 2008, as despesas consistiam na remuneração do AF, compreendendo a taxa de administração, taxa de equilíbrio da operação e taxa de risco de crédito.

A partir de 19.05.2008, com a operacionalização do Novo PCS, as despesas assumidas pelo FDS se referem à taxa de administração do AF e cobertura de DFI. Em relação aos eventos de MIP, não existe o desembolso de valores, em face de o Fundo deixar de receber o retorno das prestações que seriam pagas pelo mutuário.

Em 2014, as despesas relativas à Taxa de Administração do AF, pagas para os contratos que sofreram prorrogação de carência, totalizaram R\$ 340.352,59.

5.1.1.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

A taxa de administração do AF é paga à vista e em espécie com recursos do FDS. De acordo com a Resolução CCFDS 200/2014, o valor da Taxa de Administração será revisado anualmente, quando da aprovação do Orçamento pelo CCFDS.

Para os contratos efetivados diretamente com o beneficiário final, a taxa é apurada considerando-se o prazo de carência e amortização, no valor mensal de R\$ 22,06 por operação de crédito realizada, descontada a taxa nominal de juros de 12% a.a.

Para os contratos efetivados diretamente com a EO, a taxa é calculada considerando um único contrato com prazo de 120 meses, no valor mensal de R\$ 22,06, descontada a taxa nominal de juros de 12% a.a.

Tabela 19 – Taxa de Administração AF - PMCMV-E

Contratação	Quantidade de Operações	Valor
PJ	84	121.469,62
PF	66	6.723.147,96
TOTAL	150	6.844.617,58

Fonte: GEFUS.SISFIN

No exercício de 2014 foi provisionada a quantia de R\$ 8.992 mil e realizado o pagamento de R\$ 6.844 mil ao AF CAIXA, consoante tabela 21.

5.1.2 Concessão de Garantias

5.1.2.1 Garantia por DFI

5.1.2.1.1 Programa Crédito Solidário

As contratações anteriores à 16.05.2008 no PCS, previam a contratação de Apólice de Seguro pelo beneficiário, para cobertura por DFI pela Seguradora contratada.

Com a criação do Novo PCS, a Resolução CCFDS nº 144, de 2009 determinou que, para os contratos assinados a partir de 19.05.2008, as ocorrências de DFI são assumidas pelo FDS, sem exigência de pagamento pelo devedor.

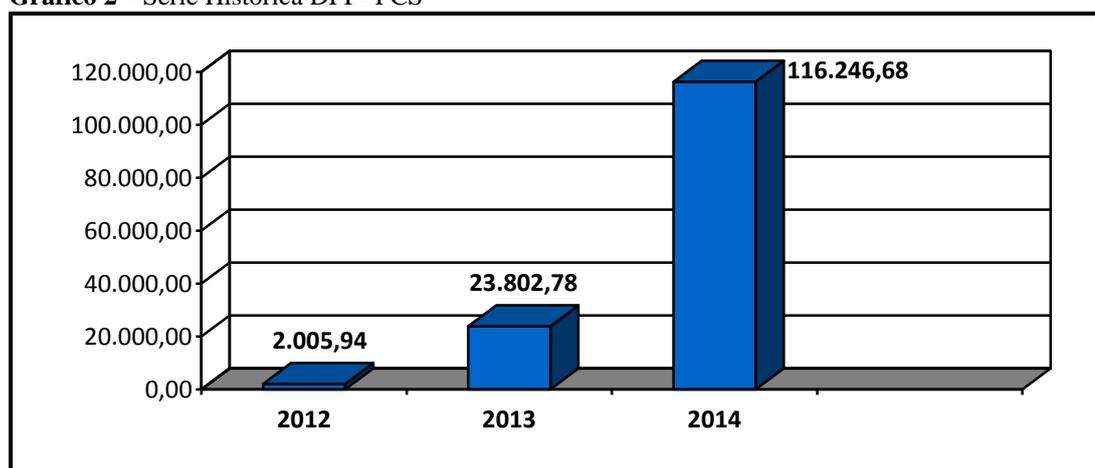
Para fazer frente às despesas com recuperação de imóveis, o AO segrega o valor correspondente à aplicação do fator de 0,0001% sobre o valor de cada financiamento concedido ao beneficiário, no prazo de amortização, em conta específica do Fundo, remunerada à taxa SELIC.

Em 2014 não foram segregados recursos, uma vez que não foram realizadas contratações no Programa.

No que se refere aos atendimentos prestados no exercício, o AO analisou 33 pedidos e deferiu 31, e estes representaram ao Fundo um custo com DFI de R\$ 116.246,68.

A série histórica dos valores relativos a concessão de Garantia DFI, está representada no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Série Historica DFI - PCS



Fonte: SISFIN

5.1.2.1.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

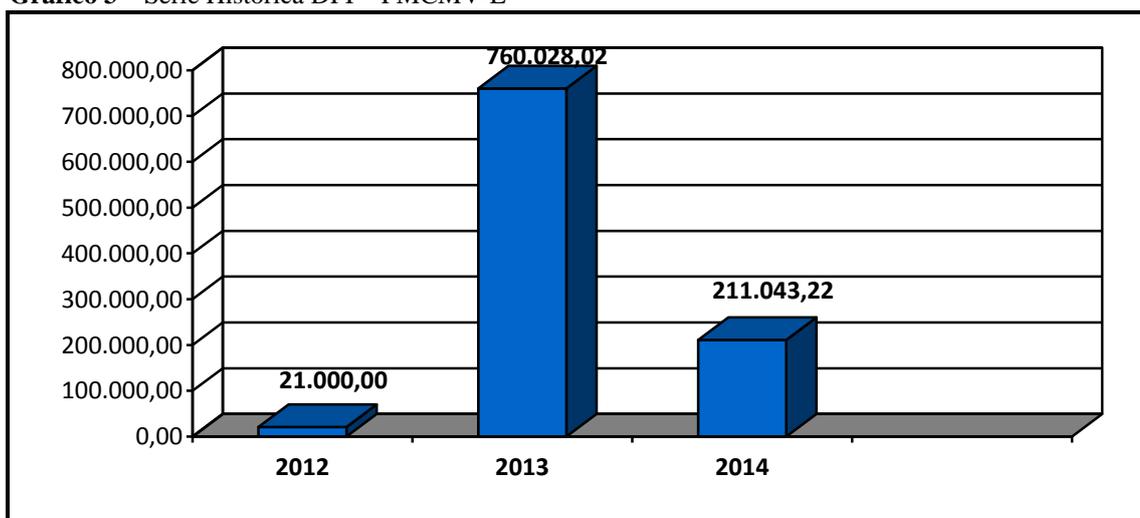
Para garantir a assunção de garantia por evento DFI no PMCMV-E, o AO segrega o valor correspondente à aplicação do fator de 0,0001% sobre o valor de cada financiamento concedido ao beneficiário final, no prazo de 120 meses, em conta específica do Fundo, remunerada à taxa SELIC.

Caso os recursos segregados para assunção das despesas não sejam suficientes, os recursos da Conta Subsídios do FDS serão utilizados para complementar os valores faltantes.

Em 2014 foram segregados R\$ 3.376.373,38 em recursos financeiros para cobertura de DFI no Programa, o que representa um crescimento de 36% em relação ao valor segregado em 2013, que totalizou R\$ 2.490.101,49.

No que se refere aos atendimentos prestados no exercício, o AO analisou 8 pedidos e deferiu 7, compreendendo 270 UH, ao custo para o Fundo com DFI de R\$ 211.043,28, bem inferior ao valor pago em 2013, como pode ser observado na série histórica a seguir:

Gráfico 3 – Série Histórica DFI – PMCMV-E



Fonte: SISFIN

5.1.2.2 Garantia por MIP

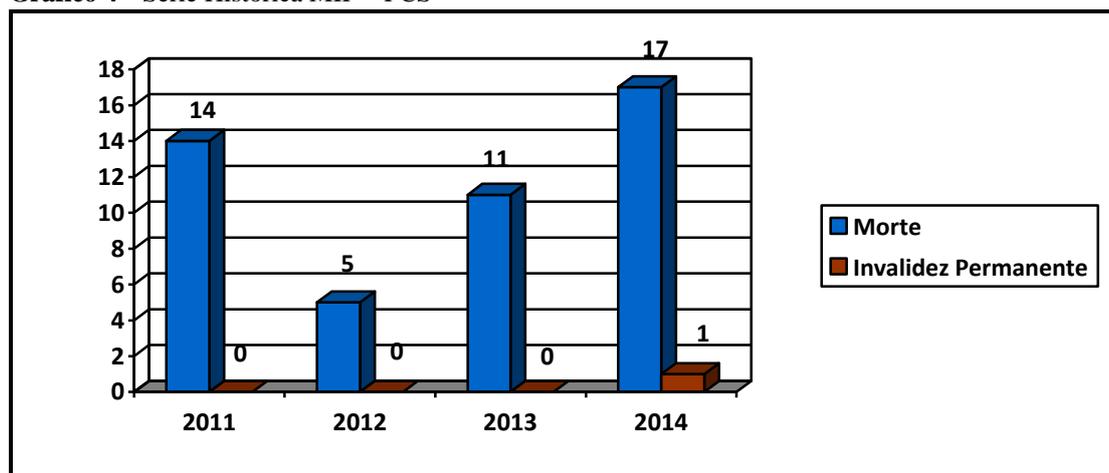
5.1.2.2.1 Programa Crédito Solidário

A partir da publicação da Resolução CCFDS nº 144, de 2009 as ocorrências de MIP são assumidas pelo FDS, sem exigência de contrapartida do devedor. Em caso da efetiva ocorrência, a dívida remanescente é liquidada ou amortizada pelo FDS a título de subsídio, observando-se o percentual de renda pactuado. Tal prerrogativa abrange também os contratos que foram migrados ou cedidos ao Novo PCS.

Em 2014, o AO analisou 19 pedidos de cobertura para MIP e deferiu 18, sendo que das ocorrências deferidas, 17 se tratavam de óbito.

A série histórica da concessão de Garantia MIP, está representada no gráfico 4. Ressalta-se que as informações apresentadas se referem somente à quantidade de contratos, tendo em vista que, para as ocorrências dessa natureza, não existe desembolso de valores pelo Fundo, mas o mesmo deixa de receber o retorno das prestações que seriam pagas pelo beneficiário.

Gráfico 4 – Série Historica MIP – PCS



Fonte: GEFUS.CEFUS

Verifica-se que em 2014 houve a primeira ocorrência de Invalidez Permanente assumida pelo FDS no Programa.

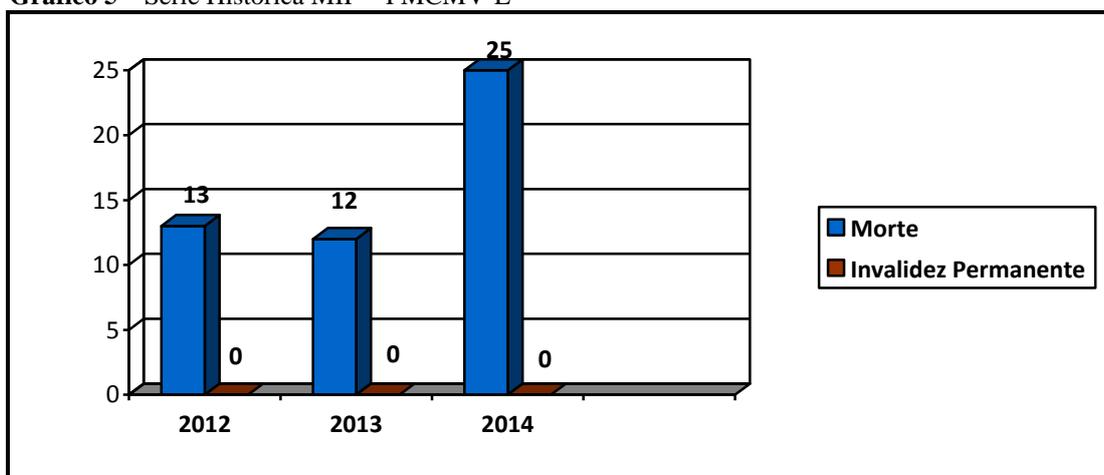
5.1.2.2.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

Desde a criação do Programa, o FDS assume a dívida remanescente dos contratos com ocorrência de MIP, a título de subsidio e observando-se o percentual de renda pactuado com o beneficiário.

Em 2014, o AO analisou 27 pedidos de cobertura para MIP e deferiu 25.

A série histórica da concessão de Garantia MIP, está representada no gráfico 5. Ressalta-se que, à exemplo do PCS, as informações apresentadas se referem somente à quantidade de contratos, tendo em vista que, para as ocorrências dessa natureza, não existe desembolso de valores pelo Fundo, mas o mesmo deixa de receber o retorno das prestações que seriam pagas pelo beneficiário.

Gráfico 5 – Série Historica MIP – PMCMV-E



Fonte: GEFUS.CEFUS

Verifica-se que no ano de 2014 houve aumento considerável na quantidade de coberturas por motivo morte e que ainda não houve cobertura de Invalidez Permanente no Programa.

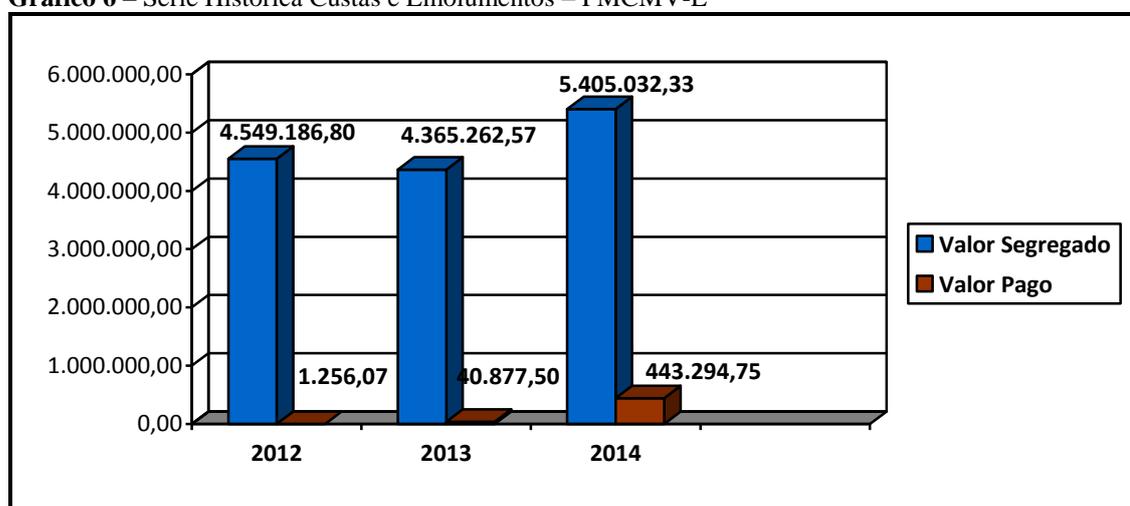
5.1.3 Custas e Emolumentos

O FDS assume as despesas cartorárias somente do PMCMV-E. Para garantir as despesas do FDS com custas e emolumentos, o AO segrega o valor correspondente à 0,02% sobre o valor de cada financiamento concedido ao beneficiário, em conta gráfica específica do Fundo, remunerada à taxa SELIC, a exemplo do que ocorre para o DFI.

Somente a partir de 2012, após a publicação da Resolução CCFDS nº 183 de 2011, iniciou-se a segregação e pagamento de recursos relativos às despesas de legalização dos empreendimentos sob responsabilidade do Fundo.

Na série histórica a seguir, apresenta-se os valores destinados à segregação e pagamento de despesas:

Gráfico 6 – Série Histórica Custas e Emolumentos – PMCMV-E



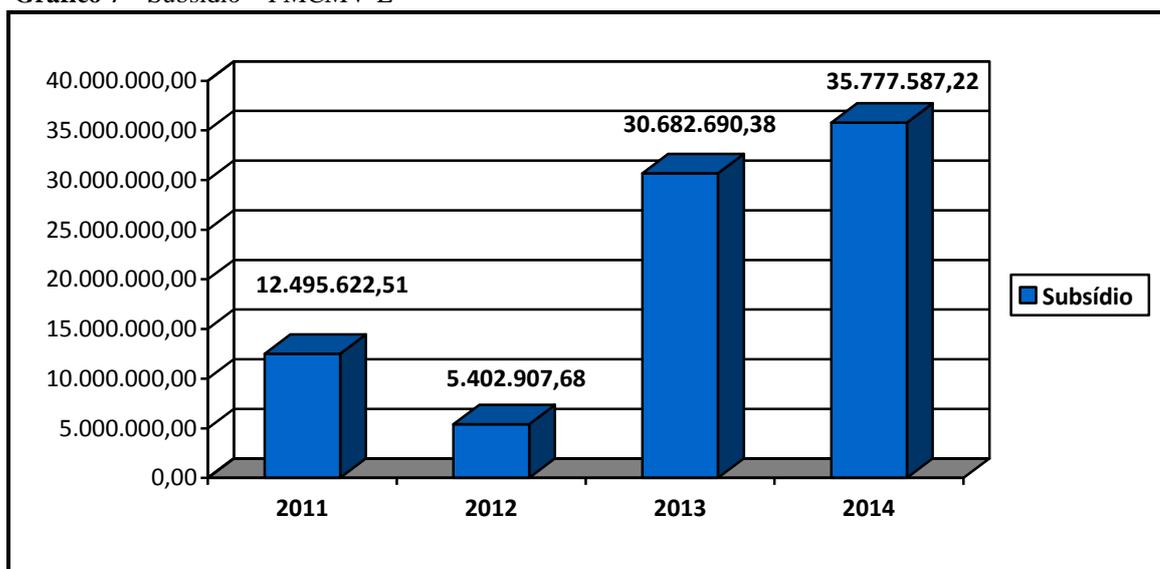
Fonte: SISFIN

A distorção entre os valores segregados e pagos, se dá em razão de a segregação do recurso ser realizada no ato da contratação com o beneficiário final, enquanto que o pagamento da despesa é efetivado somente ao término da obra, quando da legalização do empreendimento. Apesar disso, verifica-se o aumento considerável em relação aos pagamentos realizados em 2013 e 2014, devido a conclusão de empreendimentos.

5.1.4 Subvenção Econômica

A legislação vigente determina que o FDS assumira, no PMCMV-E, cerca de 95% do valor do financiamento concedido ao beneficiário final, a título de subsídio. Em 2014, o montante de recursos custeados pelo Fundo atingiu o valor de 35.777 mil, o que corresponde a um aumento em relação aos anos anteriores, como observado no gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Subsídio – PMCMV-E



Fonte: GEFUS

5.1.5 Patrimônio financeiro do FDS

Em cumprimento ao que determina a Lei nº 8.677, de 1993, a disponibilidade financeira do Fundo e o retorno dos empréstimos concedidos devem ser aplicados em títulos públicos federais e em títulos de emissão da própria CAIXA.

O patrimônio financeiro do Fundo está dividido em cotas registradas na CETIP em nome das instituições financeiras.

Encontram-se registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos o montante de 13.537.409.216,94 de cotas FDS sob a titularidade de 59 instituições financeiras, cujo total financeiro é de R\$ 863.483.646,60 posicionado em 31.12.2014.

A distribuição das cotas por instituição financeira é demonstrada no Anexo II, com os valores posicionados em 31.12.2014.

Os critérios para resgate e aquisição das cotas do FDS foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº 118, de 2007.

No exercício de 2014 não houve solicitação de resgate de cotas pelas instituições financeiras.

A tabela 20 demonstra a composição do Patrimônio do FDS, aplicada em operações de crédito e em títulos públicos:

Tabela 20 – Patrimônio FDS

Valor em R\$ Mil

Patrimônio FDS – Fundo de Investimento		
Modalidade	Saldo 31.12.2014	Participação (%)
1. Operações de Crédito	369.986,86	42,84
2. Operações Financeiras	495.784,55	57,42
2.1 Carteira Própria	47.324,89	5,48
2.2 Carteira de Terceiros	448.459,66	51,94
2.3 Ajustes ¹	-2.287,77	-
Total	863.483,64	100,00

Fonte: SISFIN. Posição: 31.12.2014

¹ A parcela relativa a “ajustes” é decorrente de arredondamento de valores, tendo em vista que o valor da cota é inferior a 1.

5.1.6 Disponibilidade FDS - Outros Recursos

O FDS possui ainda as contas abaixo, as quais são atualizadas pela SELIC:

Tabela 21 – Disponibilidade FDS - Outros Recursos

Disponibilidade FDS – Outros Recursos		
Modalidade	Saldo 31.12.2014	Participação (%)
Conta Subsídios (PCS)	72.842.104,32	19,54
Conta Equalizadora (PCS)	242.681.984,91	65,09
Conta Depósito Garantia de Risco (PCS)	6.436.337,42	1,73
Recursos União – OGU (PMCMV-E)	14.013.957,10	3,76
Conta DFI (PMCMV-E)	12.698.585,40	3,41
Conta DFI (PCS)	8.245.143,44	2,21
Conta Custas e Emolumentos (PMCMV-E)	15.931.478,55	4,27
Total	372.849.591,14	100

Fonte: SISFIN. Posição: 31.12.2014

- Conta Subsídios - suporta as despesas do PCS;
- Conta Equalizadora – suporta o pagamento mensal das prestações dos recursos onerosos do FDS no PCS;
- Conta Garantia de Risco – utilizada para o pagamento de encargos no caso de inadimplência dos beneficiários com financiamento contratado até maio de 2008 no PCS;
- Conta Recursos OGU – recebe todo o aporte de recursos da União para execução do PMCMV-E;
- Conta DFI – segregação dos valores destinado ao pagamento de despesas com eventos de danos físicos no imóvel financiado;
- Conta Custas e Emolumentos – segregação de valor destinado ao pagamento de custas e emolumentos dos contratos com beneficiários – PMCMV-E.

5.1.7 Receita financeira

As rendas auferidas com a aplicação das disponibilidades do FDS alcançaram no exercício de 2014 o montante de R\$ 38.533 mil.

5.1.8 Remuneração do agente operador – valor e fundamento legal

Conforme prevê a Resolução CCFDS nº 191, de 2012, a taxa de administração a ser percebida pelo AO é apurada com base em percentual variável aplicado sobre o montante do Ativo Total do Fundo disponível no balancete do mês anterior, conforme resumido na tabela 22.

Tabela 22 – Taxa de Administração do AO

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	SOBRE O MONTANTE DO ATIVO TOTAL FDS
2% a.a	até R\$ 1 bilhão de reais
1% a. a	de R\$ 1 bilhão de reais e até 3 bilhões de reais
0,5% a. a	a partir de 3 bilhões de reais

Fonte: Resolução CCFDS nº 191

No exercício de 2014, a taxa de administração paga ao AO totalizou R\$ 26.241.239.

CAPÍTULO VI

GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O subitem ‘Demonstração de Custos de Contratos’, embora se aplique à natureza do FDS, não apresenta conteúdo a ser informado no exercício.

6.1 Estrutura de pessoal do FDS

6.1.1 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição do FDS

A força de trabalho à disposição do FDS compõe-se de servidores do MCidades que integram a SNH e de empregados da CAIXA, lotados nas instalações do AO do FDS.

Em virtude de o pessoal da CAIXA ser admitido, obrigatoriamente, mediante concurso público, de provas ou de provas e títulos, sob regime jurídico da CLT e legislação complementar, conforme art. 54 do Decreto nº 7.973, de 2013 - Estatuto da CAIXA, e em face das especificidades da administração do FDS, os quadros deste capítulo estão adaptados à realidade da Empresa.

Nos quadros 3, 4 e 5 demonstra-se especificamente a força de trabalho de empregados da CAIXA vinculados ao AO do FDS, a correspondente distribuição da lotação efetiva e o detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.

Quadro 3 – Força de trabalho do FDS

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	não há	38	1	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	-	-	-
1.2. Empregados de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	38	1	2
1.2.1. Empregados de carreira vinculada à CAIXA	-	38	2	2
1.2.2. Empregados de carreira em exercício descentralizado	não há	-	-	-
1.2.3. Empregados de carreira em exercício provisório	não há	-	-	-
1.2.4. Servidores/Empregados requisitados de outros Órgãos e Esferas	não há	-	-	-
2. Empregados com Contratos Temporários	não há	-	-	-
3. Empregados sem Vínculo com a Administração Pública	não há	-	-	-
4. Total de Empregados (1+2+3)	-	38	1	2

Fonte: SISRH

A força de trabalho do FDS está distribuída entre a unidade da ‘área meio’ do AO, GEFUS, responsável pelo suporte técnico-administrativo à realização das atividades da ‘área fim’, CEFUS, conforme disposto no quadro 3.

Do rol de atribuições da GEFUS destaca-se:

- elaborar plano de contas, propostas orçamentárias anuais e plurianuais, balancetes mensais e demais demonstrações contábeis e submetê-los à apreciação do FDS; e cursos financeiros do FDS;

- controlar as análises de solicitações de pagamentos decorrentes da garantia prestada pelo FDS nas ocorrências de eventos de MIP, DFI e contratar perícia médica para os casos de solicitação de cobertura para sinistros de invalidez permanente;
- elaborar laudos de vistorias nos imóveis com ocorrência de sinistro de DFI;
- apurar e pagar a taxa de administração do AF;
- submeter à deliberação do CCFDS voto para inclusão/alteração/exclusão de norma pertinente ao Fundo;
- contratatar serviços de atuário para o FDS;
- avaliar os pedidos de excepcionalização e casos omissos encaminhados pelo AF e, em sendo favorável, submeter à manifestação do MCidades;
- prestar informações sobre o andamento do PCS e PMCMV-E ao MCidades;
- elaborar a prestação de contas do Fundo.

A CEFUS procede o deferimento/indeferimento para os pedidos de solicitação de cobertura de risco por MIP e DFI, bem como elabora os subsídios técnicos necessários à defesa judicial do FDS nas ações impetradas contra o Fundo.

Quadro 4 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Empregados de Carreira (1.1)	12	26
1.1. Empregados de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	12	26
1.1.2. Empregados de carreira vinculada à CAIXA	12	26
1.1.3. Empregados de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Empregados de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores/Empregados requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Empregados com Contratos Temporários	-	-
3. Empregados sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de Empregados (1+2+3)	12	26

Fonte: SISRH

A força de trabalho do FDS apresenta-se vinculada ao Plano de Cargos e Salários, aprovado pela Resolução de Diretoria nº 1.371, de 17.03.1998, e homologado pelo Ministério do Trabalho em 29.04.1998, e ao PFG, vigente a partir de 01.07.2010, aprovado pelo Conselho Diretor e homologado pelos órgãos controladores, conforme previsto no Estatuto da CAIXA.

Em conformidade com os normativos internos ‘Estrutura de Cargos Efetivos’ e ‘Estrutura de Funções Gratificadas’, esses planos contemplam, respectivamente, cargos efetivos vigentes ou em condição de extinção e o conjunto de funções gratificadas existentes na CAIXA.

O Plano de Cargos e Salários dispõe que a admissão para os cargos efetivos da parte permanente/vigente ocorre, obrigatoriamente, com a realização de concurso público, e que o provimento para aqueles em extinção encontra-se vedado quando da vacância.

Na forma do normativo ‘Estrutura de Cargos e Funções’, a designação de caráter efetivo condiciona-se ao cumprimento de todos os requisitos previstos na especificação da função gratificada objeto de provimento e à aprovação, como regra geral, em PSIC.

O AO do FDS, cujo quadro de empregados ocupantes de cargo efetivo de técnico bancário novo, desempenhando funções gratificadas efetivas, totaliza 35 pessoas, possui estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas compatível com o nível de exigência requerido às atividades do Fundo.

Quadro 5 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em comissão e das Funções Garantidas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	não há	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Empregados de Carreira Vinculada à CAIXA	-	-	-	-
1.2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores/Empregados de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	não há	35	-	2
2.1. Empregados de Carreira Vinculada à CAIXA	-	35	-	2
2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores/Empregados de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
4. Total de Empregados em Cargo e em Função (1+2)	não há	35	-	2

Fonte: SISRH

6.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho

Verifica-se a qualificação das equipes do AO tanto sob o aspecto da análise de competências e habilidades exigidas no rito de cada processo seletivo interno para efeito de provimento de cargo comissionado ou função gratificada da unidade, quanto do conhecimento pertinente às matérias técnicas do FDS.

No quadro 6 apresentam-se, por cargo comissionado/função gratificada existente no AO em 2014, a qualificação da força de trabalho das equipes ante a formação mínima requerida.

Quadro 6 – Qualificação da Força de Trabalho Dedicada ao FDS

Qualificação da Força de Trabalho Dedicada ao FDS					
Cargo/Função Gratificada	Quantidade de Cargo/Função Gratificada por Lotação Efetiva			Formação Mínima Exigida para o Cargo/Função	Atendimento à Formação Mínima no Agente Operador do FDS
	SUFUS	GEFUS	CEFUS		
Superintendente Nacional	1	-	-	Curso Superior Completo e Pós-Graduação	100%
Gerente Nacional	-	1	-	Curso Superior Completo e Pós-Graduação	100%
Gerente Executivo	1	1	-	Curso Superior Completo e Pós-Graduação	100%
Gerente de Centralizadora Nacional	-	-	1	Curso Superior Completo	100%
Coordenador de Projetos Matriz	1	-	-	Curso Superior Completo e Pós-Graduação	100%

Coordenador de Centralizadora Nacional	-	-	3	Curso Superior Completo e Pós-Graduação	100%
Assessor Executivo	1	-	-	Curso Superior Completo e Pós-Graduação	100%
Consultor Matriz	-	2	-	Curso Superior Completo e Pós-Graduação	100%
Supervisor de Centralizadora Nacional	-	-	3	Curso Superior Completo e Pós-Graduação	100%
Assistente/Agente de Conformidade	1	-	-	Curso Superior Completo	100%
Assistente Executivo Sênior	-	2	-	Curso Superior Completo e Pós-Graduação	100%
Assistente Sênior	-	-	6	Curso Superior Completo e Pós-Graduação	100%
Assistente Pleno	-	-	7	Curso Superior Completo	100%
Assistente Júnior	-	-	3	Curso Superior Completo	100%
Auxiliar Operacional	-	-	1	Curso de Nível Médio	100%
Técnico Bancário	-	1	2	Curso de Nível Médio	100%
Total	5	7	26		100%

Fonte: SISRH

As principais competências, fundamentais, específicas e de pessoas, requeridas a cada cargo/função gratificada na CAIXA são identificadas e mapeadas de modo a extrair o conjunto de qualificações e tecnologias necessárias ao alcance dos objetivos empresariais e à concretização da visão de futuro da CAIXA, e estão descritas, por grau de complexidade, no ‘Dicionário de Competências CAIXA’.

Esse Dicionário fundamenta-se no Modelo de Competências da CAIXA que tem como referência o Plano Estratégico da Empresa e os processos de trabalho, a partir dos quais são identificadas as competências corporativas e as de pessoas, conforme normativo interno ‘Modelo de Competências da CAIXA’.

Para propiciar melhoria na prestação de serviço realizada pela Administradora do FDS, fomentou-se o desenvolvimento continuado da equipe de 38 pessoas, das quais 63% são mulheres e 37% são homens, por meio da realização de treinamentos específicos do FDS, bem como de cursos na Universidade CAIXA e de outras instituições que, direta ou indiretamente, agregam qualificação e capacitação às equipes dedicadas às atividades do Fundo, totalizando 2.298 horas de estudo, conforme discriminado no quadro 7.

Quadro 7 – Demonstrativo de capacitação das equipes dedicadas ao FDS – 2014

Área de Conhecimento	Horas de Estudo por Equipe		
	SUFUS	GEFUS	CEFUS
Administração	465	147	857
Conhecimentos Bancários	26	4	160
Ciências Economicas	20	0	20
Comunicação	0	2	14
Habitação	0	0	4
Letras/Educação	48	32	118
Segurança Bancária	0	0	91
Tecnologia da Informação	4	6	198
Outros	19	0	63
Total	582	191	1.525

Fonte: Registros Universidade CAIXA

6.1.3 Custo de pessoal do FDS

Os valores pagos a título de vencimento, gratificações fixas, benefícios assistenciais e previdenciários e demais despesas variáveis apurados pela CAIXA, estão disposto no quadro 8.

Quadro 8 – Custo com pessoal

Total das despesas fixas e variáveis com Recursos Humanos	
Exercício 2014	4.447.771,74

Fonte: GEORC

6.1.4 Irregularidades na área de pessoal

6.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Com vistas a identificar eventual acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, a CAIXA condiciona a admissão de pessoas na Empresa à assinatura de Declaração de Acumulação de Cargos/Empregos e de Vínculo com empresas concorrentes ou que transacionem com a CAIXA.

Declarada a existência de acumulação de cargos, fica impedida a admissão do candidato que não se desincompatibilizar, até o momento da assinatura do Contrato de Trabalho, das atividades de outro cargo.

As demais ocorrências de acumulação de cargos, identificadas após a admissão do empregado, são reportadas à Comissão de Ética da CAIXA, órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de orientar, aconselhar, e atuar na gestão sobre a ética profissional dos dirigentes e empregados da CAIXA, e no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cabendo-lhe ainda deliberar sobre condutas antiéticas e sobre transgressões das normas da CAIXA levadas ao seu conhecimento, para avaliação da necessidade de aplicação de penalidades, entre as quais a demissão, conforme normativo interno ‘Código de Conduta dos empregados da CAIXA’.

No exercício de 2014, não há registro de acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos que se relacione à força de trabalho dedicada ao AO do FDS.

6.1.4.2 Terceirização irregular de cargos

Quadro 9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da CAIXA

Descrição dos cargos e atividades do Plano de Cargos da CAIXA em que há ocorrências de empregados terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Análise crítica da situação de terceirização na CAIXA – AO do FDS					
Em observância ao Acórdão TCU nº 2.303/2012 que, em face do disposto no subitem 9.1.2 do Acórdão nº 2.132/2010, fixa a data limite de 30.11.2012 para apresentação do plano consolidado de substituição de terceirizados irregulares nas empresas estatais, trabalham, no AO do FDS, somente empregados concursados da CAIXA.					

6.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Na gestão de pessoas do AO, identifica-se como principal risco a perda de capital intelectual, decorrente, sobretudo, de aposentadorias e de transferências de empregados para outras unidades da CAIXA face à possibilidade de ascensão funcional propiciada pelo PSIC e pelas sistemáticas de Banco de Sucessores e do Banco de Oportunidades, destinadas, respectivamente, a

identificar e desenvolver empregados com potencial nas competências requeridas para função gerencial e que atendam aos requisitos para o exercício de funções gratificadas da estrutura de cargos e funções da Empresa.

Com vistas à minimização desse risco, a CAIXA adota política de disseminação do conhecimento por meio da realização de cursos/treinamentos, conforme disposto no subitem 6.1.3 acima, e inclui, respectivamente, as normas e os procedimentos/rotinas operacionais do FDS em manuais normativos internos e normas setoriais que obedecem aos padrões de *compliance* no processo de elaboração e publicação, os quais se apresentam disponíveis na *intranet* CAIXA no SISMN, sistema que apresenta as funcionalidades de manutenção do histórico de versões e *backup* de cada norma.

6.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

O FDS beneficia-se das diretrizes da gestão do desempenho de pessoas adotadas pela CAIXA que visam fomentar a cultura de responsabilização e meritocracia, realizar gestão transparente de consequências e subsidiar as práticas de gestão de pessoas, conforme normativo interno ‘Gestão do Desempenho de Pessoas’.

A partir da avaliação dos indicadores do AvCAIXA, procura-se aferir, de acordo com a metodologia definida, o resultado das unidades, segmentos e produtos da CAIXA, mediante critérios aprovados pelo Conselho Diretor, o que permite a avaliação de resultados das unidades da CAIXA e gestão eficaz da *performance* organizacional, baseando-se na visão e estratégia da Empresa, conforme normativo interno ‘Avaliação da Gestão das Unidades da CAIXA’.

Em complemento à avaliação do AvCAIXA, a qual demonstrou que as equipes da SUFUS e da GEFUS apresentaram alta *performace* ante os desafios da Empresa em 2014, a Administradora do FDS desenvolverá para a GEFUS e CEFUS, a partir de 2015, os seguintes indicadores gerenciais afetos aos integrantes do AO do FDS:

- Índice de absenteísmo no exercício;
- Índice de licenças para tratamento de saúde no exercício;
- Índice de rotatividade da equipe no exercício.

CAPÍTULO VII

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Para a operacionalização dos recursos do Fundo e cumprimento de suas atribuições, o AO faz uso dos seguintes sistemas corporativos:

- SIAPF – ‘Sistema de Acompanhamento dos Programas de Fomento’ – processa as contratações dos empreendimentos, desembolso de parcelas, liberação de valores relativos ao pagamento de DFI e Custas e emolumentos, possibilita o acompanhamento do percentual de execução, bem como situação das obras;
- SISFIN – ‘Sistema Financeiro’ – permite o registro e controle de toda a movimentação financeira do FDS;
- SINAF - ‘Sistema de Interface da Área Financeira’- permite consulta aos valores correspondentes ao retorno do financiamento dos beneficiários e desembolso de recursos;
- SICDM – ‘Sistema do Cadastro Nacional de Mutuários’ - possibilita a identificação dos indícios de múltiplos financiamentos, contratados por um mesmo adquirente no âmbito do SFH e/ou indício de indenização por sinistro;
- SICOE – ‘Sistema de Contabilidade de Entidades Sociais Administradas’ – registra e controla as informações contábeis do Fundo;
- SIGDU – ‘Sistema de Desenvolvimento Urbano’ – possibilita a contratação de serviços de engenharia para a realização de vistorias nos imóveis quando da ocorrência de DFI;
- SIACI/CIWEB – ‘Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliária na plataforma WEB’ – possibilita a consulta da evolução da dívida dos beneficiários e da inadimplência.

Ante a necessidade de atualizações e melhorias nos processos internos e de modo a assegurar a geração de informação com agilidade, o AO do FDS procederá, em 2015, a criação de sistema departamental para a regulação de MIP e DFI, por meio de tecnologia Workflow, e para ampliar o acompanhamento dos empreendimentos contratados no âmbito do PCS e PMCMV-E.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-FDS
ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE (ANEXO II
DA DN TCU Nº 134/2013)**

O item 'Atendimento de Demandas de Órgão de Controle' do Anexo II da DN TCU nº 134/2013 não apresenta conteúdo a ser informado no exercício, visto que não houve Recomendações da CGU e TCU à CAIXA, nem há recomendações pendentes de atendimento, relativas ao FDS.

CAPÍTULO VIII

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Os subitens ‘Conformidade Contábil’ e ‘Declaração do Contador’ não integram este Relatório, haja vista que não se efetuam registros contábeis do FDS no SIAFI, pois o Fundo não é regido pela Lei nº 4.320, de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133, de 2008.

8.1 Conformidade contábil

A elaboração das demonstrações financeiras do FDS obedece as práticas contábeis adotadas no Brasil, e foram aprovadas pelos Conselhos Diretor, Fiscal e de Administração da CAIXA.

A conformidade contábil do Fundo é verificada por meio de auditorias interna e independente, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais envolvem o exame dos sistemas contábeis e da estrutura de controles internos do FDS.

No exercício não há registro de ocorrências que requeiram ajuste ou divulgação nas demonstrações financeiras ou notas explicativas.

8.2 Demonstrações contábeis e notas explicativas

Segue anexa a documentação relativa às demonstrações contábeis, composta das seguintes peças: Notas Explicativas; Balancete Mensal; Balanço Patrimonial; Demonstração de Fluxo de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração das Variações Patrimoniais; Proposta Orçamentária e Execução Orçamentária.

8.2.1 Relatório de auditoria interna sobre as demonstrações contábeis

A Auditoria Interna da CAIXA, por meio do RA Auditoria Regional Matriz/DF nº 0009/2015, atesta que não foram identificadas fragilidades ou inconformidades com grau de criticidade relevante, que possam impactar na formação dos números contábeis e na prestação dos serviços da CAIXA relativos ao FDS.

No que concerne aos apontamentos realizados no RA Auditoria Regional Matriz/DF nº 0518/2014, para o exercício de 2013, constatou-se que as ações corretivas propostas pelo AO está em fase de ajustes entre a GEFUS e a área contábil – GECTC, com a implementação a partir de janeiro de 2015. A efetividade das ações implementadas será avaliada no trabalho do FDS, a ser realizado no terceiro trimestre de 2015.

Por fim, o Relatório atesta que *“os procedimentos de auditoria aplicados dá razoável certeza de que os registros contábeis apresentam-se consistentes com a documentação operacional de suporte e que foram observadas a legislação vigente e as práticas contábeis adotadas no Brasil, para o Fundo.”*

8.3 Relatório de Auditoria Independente sobre as demonstrações contábeis

O relatório referente às demonstrações contábeis do FDS 2014, pelos auditores independentes da Ernst&Young, concluiu que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31.12.2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas aplicáveis ao FDS.

O relatório chama atenção para o fato de que as demonstrações contábeis, preparadas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis ao FDS, podem não ser adequadas para outro fim, devido a especificidade do Fundo.

CAPÍTULO IX

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

9.1 Informações relevantes no desempenho da gestão no exercício

9.1.1 Atuação da CAIXA nas ações judiciais

Consoante os controles da Coordenação de ações judiciais da CEFUS, registre-se que há 34 ações judiciais afetas ao FDS, com expectativa de custo total de R\$ 1.091 mil:

Processo nº 000001-65.2014.4.02.5120: tem como parte autora a Sr^a. Viviane Rodrigues dos Santos e a Sra. Luciana Rodrigues e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer desconstituição do negócio jurídico, devolução dos valores pagos e indenização por danos morais;

Processo nº 00024-92.86.2014.4.03.6132: tem como parte autora o Sr. Iranilson Ferreira dos Santos e como réus a CAIXA e a FEULB. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por não entrega dos bens;

Processo nº 0002181-73.2014.4.01.3506: tem como parte autora a Sr^a. Juliana Aparecida Correa e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 0002492-86.2014.4.03.6132: tem como parte autora a Sr^a. Lucivania da Câmara Silva e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer a entrega ou a garantia de entrega do bem e indenização por danos morais.

Processo nº 0509708-25.2013.4.05.8200: tem como parte autora a Sr^a. Sylvania Luiz Ramos da Costa e como réus a CAIXA e COOPERCASA. Trata-se de ação para requerer a exclusão de nome do CADMUT, devolução dos valores pagos e indenização por danos morais.

Processo nº 0511356-85.2014.4.05.8400: tem como parte autora a Sr^a. Elisangela Maria da Costa e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer a entrega do bem em 90 dias ou o cadastro em outro financiamento habitacional, e indenização por danos morais e materiais.

Processo nº 0513528-97.2014.4.05.8400: tem como parte autora o Sr. Francisco Alves Ferreira e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer a entrega ou a garantia de entrega do bem e indenização por danos morais.

Processo nº 0513532-37.2014.4.05.8400: tem como parte autora o Sr. André Araújo de Oliveira e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer a entrega do bem ou rescisão contratual e indenização por danos morais.

Processo nº 0513953-27.2014.4.05.8400: tem como parte autora a Sr^a. Emilia Felipe do Nascimento e como a CAIXA. Trata-se de ação para requerer a entrega ou a garantia de entrega do bem e indenização por danos morais.

Processo nº 0513955-94.2014.4.05.8400: tem como parte autora a Sr^a. Elizoneide Costa e Silva e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer a entrega ou a garantia de entrega do bem e indenização por danos morais.

Processo nº 0515014-20.2014.4.05.8400: tem como parte autora o Sr. Francisco das Chagas da Silva Gomes e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer a entrega ou a garantia de entrega do bem e indenização por danos morais.

Processo nº 0515015-05.2014.4.05.8400: tem como parte autora a Sr^a. Iolanda da Silva Amorim e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer a entrega ou a garantia de entrega do bem e indenização por danos morais.

Processo nº 0800560-14.2013.4.05.8200: tem como parte autora a Sr^a. Nautilia Andrade da Silva e como réus a CAIXA e a COOPERCASA. Trata-se de ação para requerimento de inclusão da beneficiária em outro financiamento, pagamento de aluguel, bem como indenização por danos morais e materiais;

Processo nº 5000835-67.2014.4.04.7208: tem como parte autora a Sr^a. Maria Aparecida Correia e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer locação de imóvel, bem como indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5000859-16.2014.4.04.7105: tem como parte autora o Sr. Wanderlei Copetti e a Sr^a. Maria Helena Macht Copetti e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5004695-22.2014.4.04.7129: tem como parte autora a Sr^a. Marcia Graciela Doebber Rodrigues e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5004893-59.2014.4.04.7129: tem como parte autora a Sr^a. Vanessa Lopes e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5006387-56.2014.4.04.7129: tem como parte autora o Sr. Eneas Rosane Cruz Dias e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5006795-47.2014.4.04.7129: tem como parte autora a Sr^a. Devanira Severo dos Santos e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5006799-84.2014.4.04.7129: tem como parte autora a Sr^a. Sabrina Zelinski e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5006820-60.2014.4.04.7129: tem como parte autora a Sr^a. Viviane Cristina Morschel e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5006824-97.2014.4.04.7129: tem como parte autora a Sr^a. Tais de Campos Faleiro e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5006831-89.2014.4.04.7129: tem como parte autora a Sr^a. Viviane de Campos e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5006966-04.2014.4.04.7129: tem como parte autora a Sr^a. Fabiane Pinheiro Rodrigues e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer indenização por danos morais e materiais, por atraso no atendimento ao pleito de acionamento de DFI;

Processo nº 5007365-14.2014.404.7200: tem como parte autora o Sr. Ronaldo Machado de Almeida e a Sra. Cris Daiane da Silva Lagunes e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer reintegração de posse do imóvel e indenização por danos morais e materiais;

Processo nº 5008254-62.2014.4.04.7104: tem como parte autora a Sr^a. Joseane Aparecida Fagundes Lourenco e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer todos os reparos necessários no imóvel, construção de novo imóvel ou pagamento em dinheiro no valor do bem;

Processo nº 5008491-96.2014.4.04.7104: tem como parte autora a Sr^a. Marines Chaves de Aguiar Souza e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer todos os reparos necessários ou construção de novo imóvel, tenho em vista ocorrência de DFI.

Processo nº 5008493-66.2014.4.04.7104: tem como parte autora a Sr^a. Rosemari Mattos de Almeida e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer todos os reparos necessários ou construção de novo imóvel.

Processo nº 5008837-59.2014.4.04.7100: tem como parte autora a Sr^a. Sandra Leite de Lima e como réus a CAIXA, a COOPERPROGRESSO e CMS Empreendimentos Imobiliarios Ltda. Trata-se de ação para requerer prova pericial para análise da situação do imóvel, pagamento de uma salário mínimo à título de aluguel e execução de obras necessárias à recuperação do bem;

Processo nº 5009119-85.2014.4.04.7104: tem como parte autora a Sr^a. Marcia Adriana Farina e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer todos os reparos necessários no imóvel, construção de novo imóvel ou pagamento em dinheiro no valor do bem;

Processo nº 5017930-22.2014.4.04.7108: tem como parte autora os Srs. Alexsandro Severo Rodrigues e Gelson Alves da Silva e como réus a FEGAM e o FDS. Trata-se de ação para requerer a rescisão contratual com devolução de valores e indenização por danos morais e materiais.

Processo nº 800723-57.2014.4.05.8200: tem como parte autora a Sr^a. Luzinete Pedrosa de Andrade e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer a rescisão contratual devido a atraso na obra e exclusão do CADMUT;

Processo nº 5009120-70.2014.4.00.0000: tem como parte autora o Sr. Evandro Mattos de Araujo e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer todos os reparos necessários no imóvel, construção de novo imóvel ou pagamento em dinheiro no valor do bem;

Ofício nº 400/2014/DPU-PI: tem como parte autora a Sr^a. Keila de Jesus dos Santos e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para requerer a exclusão de nome do CADMUT.

9.1.2 Avaliação atuarial

A avaliação atuarial do FDS foi realizada pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda, por meio dos atuários João Batista da Costa Pinto - MIBA 944, Dinarte Ferreira Bonetti - MIBA 2.147, Pietro Angelo Lioi Cafasso - MIBA 2.311 e Juan Fernandes Bertunes Rocha – assistente atuarial.

O relatório foi apresentado em 29.01.2015 com data-base 31 de dezembro de 2014, com as seguintes peças:

- Relatório Metodológico do FDS;
- Relatório Final dos Resultados da Avaliação Atuarial.

9.1.2.1 Método Atuarial Adotado

O método adotado para estimação foi o de projeção dos contratos ativos na data base até o fim do prazo de carência e amortização, considerando os riscos a que os participantes (MIP), o imóvel (DFI) e o Fundo (inadimplência) estão expostos. Considerou-se, ainda, os fluxos de desembolso e receitas, avaliando seus riscos e analisando a capacidade do Fundo honrar seus compromissos e minimizar o risco de insolvência e liquidez, futuras perdas com ações judiciais, despesas administrativas, atualização monetária, taxa de desconto e retorno dos investimentos.

Foi construído um modelo de projeção de fluxo de caixa determinista utilizando as probabilidades de morte e entrada em invalidez permanente, adotadas por meio de tábuas biométricas, e as taxas fixas de ocorrência dos eventos possíveis que influenciam os decrementos dos fluxos de caixa.

As premissas, hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos, conforme tabela 23, basearam-se em experiência de mercado e informações fornecidas pelo Fundo.

Tabela 23 – Hipóteses e premissas utilizadas no cálculo atuarial

Hipóteses e premissas		
Tábua de Mortalidade	BR-EMS	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	
Taxa de Desconto	Curva SELIC	
Retorno Financeiro	Curva SELIC	
Inadimplência – PCS	17,81% a.a.	
Inadimplência – PMCMV-E	4,51% a.a.	
Severidade DFI – PCS	18,41% a.a.	
Severidade DFI PMCMV-E	Obra Concluída	9,18% a.a.
	Obra em Andamento	2,68% a.a.
Frequência DFI – PCS	0,1% a.a.	
Frequência DFI PMCMV-E	Obra Concluída	0,23% a.a.
	Obra em Andamento	1,16% a.a.
Severidade ações judiciais	51,63% a.a.	
Frequência ações judiciais	0,01% a.a.	
Despesa administrativa	9,74% a.m.	
Atualização monetária	0,80% a.m.	
Inflação	6,50% a.a.	

Os fluxos de caixa foram projetados com periodicidade mensal e, após a sua apuração, foram calculados a valor presente na data-base de cálculo, considerando a taxa de desconto de acordo com a curva de juros obtida pelas estimativas da BMF&BOVESPA, constante no Relatório Metodológico do FDS. O valor presente das obrigações atuariais do FDS foi confrontado com o valor do seu patrimônio, para verificar a necessidade de constituição de reserva.

9.1.2.2 Conclusão da Avaliação Atuarial

O relatório conclui que o FDS apresenta déficit na data base da avaliação atuarial. Os fluxos calculados consideram os riscos atuariais a que o Fundo está exposto, além do risco de crédito dos participantes que pagam as prestações ao FDS.

Tal resultado se dá em razão de alguns cenários da avaliação serem agravados, a fim de que se possa identificar o impacto no Fundo, em caso de cenários extremos.

Importante salientar que não foi capturado na avaliação o fluxo de entrada dos recursos do OGU, tendo em vista que os aportes são determinados a cada ano. Além disso, a projeção dos fluxos de perda com ações judiciais foi obtida de acordo com as hipóteses do FGHab – Fundo Garantidor da Habitação Popular, uma vez que não foi possível determinar uma hipótese própria do FDS, em razão do baixo número de ações judiciais em que o Fundo esteve envolvido.

De acordo com o relatório, as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial do FDS devem ser monitoradas periodicamente, a fim de verificar possíveis alterações no comportamento da massa de participantes, riscos envolvidos nas operações do Fundo e dos eventos ocorridos e esperados.

Na próxima avaliação atuarial, espera-se calcular as hipóteses referentes ao FDS, caso o Fundo apresente dados consistentes para determinar tal hipótese.

A Administradora do Fundo, discorda da premissa em considerar no fluxo somente os desembolsos das obras contratadas, sem contudo considerar os correspondentes aportes da União, que segundo o PPA tem a previsão da continuidade do PMCMV e os valores são consignados nas propostas orçamentárias, a exemplo do exercício de 2015, que possui uma previsão orçamentária de R\$ 851.231 mil suficiente para frazer frente à previsão de desembolso de R\$ 818.994 mil.

CAPÍTULO X

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Desde a criação do PCS e PMCMV-E foi financiado o montante de R\$ 2.043.157.026 e liberado R\$ 1.201.906.920 para a construção de 50.809 UH, com expectativa de atingir 74.249 UH. Juntos, os dois Programas já beneficiaram uma população de 205.268, com geração de 205.821 empregos.

O FDS encerrou o exercício de 2014 com um Patrimônio Líquido de R\$ 1.139.393 mil, Ativos totais de R\$ 1.797.273 mil e um resultado positivo de R\$ 28.349 mil, o que representa um crescimento de 164,29% em relação exercício de 2013, que apresentou resultado negativo de R\$ 44.097 mil.

Tal crescimento foi motivado, principalmente pela queda das despesas de provisão para crédito de liquidação duvidosa em R\$ 53.407 mil, pelo aumento da rentabilidade das aplicações interfinanceiras de liquidez e aumento da taxa Selic verificada no período.

Houve, ainda, um incremento de outras receitas operacionais, no valor de R\$ 3.451 mil, referente à devolução do saldo remanescente do processo de cessão dos contratos do PCS, não previsto no orçamento de 2014.

No exercício em referência, primou-se pelo acompanhamento das ações de treinamento de empregados para melhor desempenho das atividades executadas nos Programas, pela melhoria do acompanhamento e geração de relatórios operacionais e contábeis, com vistas a manter a conformidade operacional do Fundo.

No âmbito do PMCMV-E, para 2015, foi estabelecido o valor de R\$ 617.078 mil, para contratação de 9.795 UH, considerando o valor médio da UH de R\$ 63 mil, alocados em conformidade com o déficit habitacional por região do País.

Os principais desafios para o AO em 2015 serão aperfeiçoar os sistemas de controle e acompanhamento dos empreendimentos e desenvolver sistema departamental, de modo a assegurar o melhor acompanhamento dos contratos em fase de amortização e de propiciar sustentabilidade operacional dos contratos em fase de carencia, evitando descontinuidade e inadimplência. Tais ações visam zelar pelos recursos destinados aos Programas e cumprir o principal objetivo do FDS, que é o de atender a população de baixa renda na aquisição de sua moradia.

FÁBIO FERREIRA CLETO
Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias

MIRIAM BELCHIOR
Presidente

CAPÍTULO XI

ANEXOS

11.1 Anexo I – Avaliação do sistema de controles internos do FDS

Quadro 10 – Avaliação do sistema de controles internos do FDS

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

11.2 Anexo II – Distribuição de Cotas do FDS por Instituição Financeira

Valores em R\$

Distribuição de Cotas por Instituição Financeira		
Instituição Financeira	Quantidade de Cotas	Valor
Banco do Estado do Ceará S.A	144.578.102,07	9.221.914,24
Banco Agrimisa S.A	8.740.049,73	557.484,07
Banco America do Sul S.A	225.933.662,58	14.411.178,66
Banco BMC de Investimento S.A	25.608.828,75	1.633.459,14
Banco Boa Vista S.A	137.033.050,00	8.740.653,09
Banco Crefisul S.A	15.819.219,80	1.009.028,93
Banco de Tókyo S.A	22.217.402,79	1.417.137,04
Banco Dibens S.A	5.809.426,28	370.554,25
Banco do Estado da Bahia S.A	65.194.922,31	4.158.458,11
Banco do Estado de Minas Gerais	1.127.249.478,00	71.901.607,95
Banco do Estado de Santa Catarina S.A	83.022.570,02	5.295.594,62
Banco do Estado de Rondônia S.A	6.543.116,87	417.352,71
Banco do Estado do Amazonas S.A	5.820.381,15	371.253,01
Banco do Estado do Pará S.A	118.228.873,35	7.541.228,69
Banco do Nordeste do Brasil S.A	94.225.468,25	6.010.171,49
Banco Excel Econômico S.A	2.358.866,19	150.460,27
Banco Fiat S.A	3.459.090,80	220.638,10
Banco Fibra S.A	102.280,73	6.523,98
Banco Financeiro e Industrial	179.591.703,54	11.455.256,81
Banco Financial Português	4.051.721,33	258.439,04
Banco Frances e Brasileiro	169.811.625,65	10.831.434,54
Banco Garavelo S.A	9.306.665,00	593.625,63
Banco Geral do Comercio	85.995.073,96	5.485.195,79
Banco Hércules S.A	1.891.289,38	120.635,89
Banco Indusval S.A	2.462.855,30	157.093,22
Banco Mercantil de São Paulo S.A	886.480.465,00	56.544.156,46
Banco Noroeste S.A	54.385.046,26	3.468.950,17
Banco Panamericano S.A	4.742.490,00	302.499,72
Banco Porto Real S.A	1.271.414,70	81.097,19
Banco Crédito Nacional S.A - BCN	281.052.827,60	17.926.954,60
Banco Mercantil S.A	12.572.644,64	801.946,13
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A	5.578.969,48	355.854,56
BANESTES S.A Banco do Estado do ES	353.620.571,00	22.555.688,12
BBC Adm. Partic S.A - Em Liq. Ordinária	11.470.784,57	731.663,99
Banco Real S.A	466.711.534,03	29.769.195,19
Banco Mercantil do Brasil S.A	82.386.422,52	5.255.017,96
Banco ABN Amro Real	28.521.856,69	1.819.266,62
Banco Schahin Cury S.A	8.540.923,00	544.782,77
Banco Universal S.A	152.046,00	9.698,25

Valores em R\$

Distribuição de Cotas por Instituição Financeira		
Instituição Financeira	Quantidade de Cotas	Valor
BMD S.A CCVM	12.114.686,93	772.735,30
Banco Bozano Simonsen S.A	75.126.142,00	4.791.920,96
Banco Cidade S.A	91.177.920,03	5.815.783,62
Banco Multiplic S.A	175.644.028,10	11.203.454,33
Banco Boreal S.A	3.054.106,09	194.806,15
Caixa Econômica Estadual do RS	45.297.541,46	2.889.303,68
Banco Bandeirantes S.A	84.024.491,29	5.359.502,17
BRASBANCO S.A Banco Comercial	861.985,98	54.981,77
Citibank N.A Filial Brasileira	347.802.054,90	22.184.554,07
Deutsche Bank S.A - Banco Alemão	8.704.258,32	555.201,12
Banco Lavra S.A	14.000.000,00	892.990,00
LLOYDS TSB BAND PLC	67.330.134,82	4.294.652,64
Magliano S.A CCVM	1.868.186,70	119.162,28
Mil Banco S.A	1.647.630,84	105.094,13
Paraná Banco S.A	2.445.299,79	155.973,45
The First National Bank of Boston	117.376.688,83	7.486.872,09
Unibanco S.A	2.200.536.000,00	140.361.188,76
BB Gestão De Recursos - DTVM S.A	2.113.542.890,99	134.812.333,30
Banco Bamerindus do Brasil S.A	2.271.202.513,22	144.868.652,30
Caixa Econômica Federal	1.161.108.937,33	74.061.333,57
Total	13.537.409.216,94	863.483.646,60

11.3 Anexo III – Demonstrações contábeis e financeiras

11.4 Anexo IV – Relatório da Auditoria Independente

11.5 Anexo V – Avaliação Atuarial

À
SN Contabilidade e Tributos
C/Cópia à GN Administração de Fundos Garantidores e Sociais

Assunto: Balancetes de outubro, novembro e dezembro/14 e as Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS – Exercício de 2014

Senhor Superintendente

- 1 Encaminhamos a V.S^a., em anexo, os Balancetes de outubro, novembro e dezembro de 2014 e as Demonstrações Contábeis do FDS, referentes ao exercício de 2014 para apreciação, e a seguir os comentários dos principais itens patrimoniais e de resultado, para apreciação, e posterior envio ao Conselho Diretor, nos termos do disposto no art. 24, inciso VI, alínea “c” do Estatuto da CAIXA.
- 1.1 Seguem abaixo os comentários dos principais itens patrimoniais e de resultado e, em anexo, os documentos a seguir relacionados:
 - . Balancetes de OUT a DEZ/14;
 - . Balanço Patrimonial;
 - . Demonstração do Resultado do Exercício;
 - . Notas Explicativas;
 - . Relatório dos Auditores Independentes;
 - . Relatório de Auditoria Interna.

2 Neste exercício de 2014, o FDS demonstrou Ativo no valor de R\$ 1.797.273 mil, conforme relacionado abaixo:

	R\$ milhares			
ATIVO	Exerc./14	Exerc./13	Variação	Variação%
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	1.797.273	1.477.997	319.276	21,60
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	380.209	331.573	48.636	14,67
Depósitos Remunerados na CAIXA	336.179	310.806	25.374	8,16
Dep. Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV(1)	29.945	11.469	18.476	161,10
Dep. Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV-DFI(2)	12.699	8.419	4.280	50,84
Dep.Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV-RETORNO	1.386	879	506	57,67
APLIC INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	448.460	412.194	36.266	8,80
Nota do Tesouro Nacional	-	412.194	(412.194)	(100,00)
Letras do Tesouro Nacional	448.460	-	448.460	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	47.325	42.231	5.094	12,06
Certificados de Depósito Bancário	47.325	42.231	5.094	12,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	908.547	679.684	228.863	33,67
Financiamentos Habitacionais - FDS(3)	4.731	8.408	(3.677)	(43,73)
Financiamentos Habitacionais - PCS(4)	2.196	2.347	(152)	(6,46)
Financiamentos Habitacionais - Novo PCS(5)	304.659	313.063	(8.404)	(2,68)
Transferência p/ Prejuízo - Financ Imobiliário -FDS (-)	(19.742)	-	(19.742)	-
Transferência p/ Prejuízo - Vr a Receber - FDS (-)	(2.944)	-	(2.944)	-
Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa - Novo PCS (-)	(22.756)	(41.768)	19.012	(45,52)
Financiamentos Habitacionais - PMCMV	713.246	440.801	272.445	61,81
Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa - PMCMV (-)	(70.843)	(43.167)	(27.676)	64,11
OUTROS CRÉDITOS	3.725	2.694	1.031	38,27
Remuneração a Receber	3.725	2.690	1.035	38,48
Valores a Receber - PMCMV	-	4	(4)	(100,00)
OUTROS VALORES E BENS	9.007	9.621	(614)	(6,38)
Despesas Antecipadas c/ Novo PCS - Tx Adm	9.007	9.621	(614)	(6,38)
TOTAIS	1.797.273	1.477.997	319.276	21,60

(1) PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

(2) DFI – Danos Físicos no Imóvel

(3) FDS – Fundo de Desenvolvimento Social

(4) PCS – Programa Crédito Solidário

(5) NovoPCS–NovoProgramaCréditoSolidário

2.1 O crescimento de 14,67% em relação ao exercício de 2013, no valor de R\$ 48.636 mil, em Depósitos Bancários, está demonstrado no item 9 desta CI.

2.1.1 Observa-se que o crescimento de 161,10% dos Depósitos Remunerados na CAIXA – FDS/PMCMV foi em razão, basicamente do recebimento de recursos da União no valor de R\$ 334.379 mil, apesar de liberações de contrato ao Agente Financeiro CAIXA no valor de R\$ 316.146 mil no âmbito do PMCMV.

2.2 A variação positiva de R\$ 36.266 mil, equivalente a 8,80%, em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, decorreu da seguinte movimentação:

EVENTO	R\$ milhares		
	ENTRADA	SAÍDA	VARIAÇÃO
Compra com Revenda	107.443.558		107.443.558
Revenda		(107.451.547)	(107.451.547)
Efetivação da Renda a Apropriar	44.255		44.255
Totais	107.487.813	(107.451.547)	36.266

Fonte – SISFIN – Sistema de Controle Financeiro

2.3 A variação positiva de R\$ 5.094 mil, correspondente a 12,06% em Títulos e Valores Mobiliários em relação ao exercício de 2013, decorreu da seguinte movimentação:

EVENTO	R\$ milhares		
	ENTRADA	SAÍDA	VARIAÇÃO
Aplicação	183.000		183.000
Resgate		(182.522)	(182.522)
Rendimento	4.616		4.616
Totais	187.616	(182.522)	5.094

Fonte – SISFIN – Sistema de Controle Financeiro

2.4 Salientamos que o FDS possui aplicações em Títulos Públicos Federais e Privados no montante de R\$ 495.785 mil, em dezembro de 2014 e constitui Reserva de Liquidez composta de 10% em títulos⁶ no total de R\$ 49.578 mil, sendo 50% em Títulos Públicos e 50% em Títulos de Emissão da CAIXA, sendo conforme a seguir demonstrado:

	R\$ milhares	
	Exerc./14	Exerc./13
Títulos Públicos Federais	24.789	22.721
Certificados de Depósito Bancário	24.789	22.721
Totais	49.578	45.442

Fonte – SISFIN – Sistema de Controle Financeiro

⁶ Base de Cálculo - somatório das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários

- 2.5 A variação positiva de R\$ 228.863 mil, equivalente a 33,67%, em Operações de Crédito, em relação ao exercício de 2013, decorreu de novas liberações de parcelas de empréstimos, das amortizações dos projetos habitacionais e das atualizações monetárias, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ milhares	
	Exerc./2014	Exerc./2013
FDS	(3.677)	(3.684)
Amortização/Juros	(3.762)	(3.732)
Atualização Monetária/Juros	85	48
PCS	(153)	77
Amortização	(152)	81
Atualização Monetária	(1)	8
Saldo Credor	-	(12)
NOVO PCS	(12.077)	(50.004)
Empréstimo	2.188	4.996
Atualização Monetária/Mora	1.623	432
Amortização	(11.317)	(13.014)
Bônus Concedido/Cancelado	(574)	(539)
Seguro	(323)	(111)
Prov.p/Cred. Dev. Duvidosos	19.012	(41.768)
Transferência para Prejuízo	(22.686)	-
PMCMV	244.770	129.350
Amortização	(2.601)	(1.832)
MIP	(359)	(30)
Atualização Monetária/Mora	446	76
Empréstimo	316.146	205.075
Bônus Concedido/Cancelado	(133)	(90)
Subsídio Concedido	(41.053)	(30.682)
Prov.p/Cred. Dev. Duvidosos	(27.676)	(43.167)
Totais	228.863	75.739

Fonte – SIAPF – Sistema de Acompanhamento dos Programas de Fomento

Fonte - GEFUS- GN Adm. Fundos Garantidores e Sociais

- 2.5.1 As Operações de Crédito referentes aos contratos do Novo Programa Crédito Solidário - NPCCS classificadas em *rating* H há mais de 180 dias, foram transferidas para prejuízo no montante de R\$ 22.686 mil, conforme disposto na Resolução 2682/99 do CMN.
- 2.6 Em Outros Créditos a evolução de 38,27% no montante de R\$ 1.031 mil em relação a dezembro de 2013 refere-se às seguintes movimentações:
- (-) Incorporação da previsão de remuneração das disponibilidades do FDS, no montante de R\$ 33.496 mil;
 - (-) Incorporação da previsão de remuneração das disponibilidades do PMCMV, no valor de R\$ 3.925 mil;
 - (+) Previsões de remuneração das disponibilidades do FDS e das disponibilidades do PMCMV, de janeiro a dezembro de 2014, nos montantes de R\$ 34.288 mil e R\$ 4.168mil, respectivamente;
 - (-) Recebimento dos valores do PMCMV em R\$ 4 mil no mês de fevereiro de 2014.

- 3 O Passivo e o Patrimônio Líquido totalizaram no exercício de 2014 o valor de R\$ 1.797.273 mil, conforme adiante relacionado:

	R\$ milhares			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exerc./14	Exerc./13	Varição	Varição%
PASSIVO	657.879	366.952	290.927	79,28
PASSIVOS ATUARIAIS	542	221	321	144,94
Seguro MIP - NPCS	-	115	(115)	(100,00)
Seguro MIP - PMCMV	-	106	(106)	(100,00)
Provisão Desp. MIP/DFI Ocorridos e Não Avisados	542	-	542	-
CREDORES DIVERSOS	657.337	366.731	290.606	79,24
Taxas e Tarifas a Repassar	2.294	2.143	151	7,05
Outros Credores	-	1	(1)	(100,00)
Indenização de Sinistros DFI	41	6	34	-
Dotação União - PMCMV	646.017	358.088	287.929	80,41
Taxas Admin a Pagar Ag. Financ- PMCMV	8.985	6.493	2.492	38,39
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.139.394	1.111.045	28.349	2,55
CAPITAL SOCIAL	1.139.394	1.111.045	28.349	2,55
Pessoa Jurídica	4.923	4.923	-	-
Crédito Solidário	147.608	147.608	-	-
Fundo Conta Geral	986.863	958.514	28.349	2,96
TOTAIS	1.797.273	1.477.997	319.276	21,60

- 3.1 A constituição, em dezembro de 2014, da Provisão de Despesas com MIP/DFI Ocorridos e Não Avisados no valor de R\$ 542 mil foi efetuada com base na avaliação atuarial elaborada pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. em 29 de janeiro de 2015.
- 3.2 Em Credores Diversos ocorreu um crescimento de 79,24% em função dos repasses de subvenção econômica pela União no valor de R\$ 334.379 mil apesar da realização dessas subvenções em R\$ 46.450 mil quando comparado ao exercício de 2013.
- 3.3 O Patrimônio Líquido alcançou variação de R\$ 28.349 mil e incremento de 2,55% em relação ao exercício de 2013 em razão do resultado positivo acumulado no exercício, adiante comentado.

- 4 O FDS apurou no exercício de 2014 resultado positivo de R\$ 28.349 mil em relação ao exercício de 2013, apresentando variação de R\$ 72.446 mil, proveniente das receitas e despesas que apresentamos abaixo:

	R\$ milhares			
	Exerc./14	Exerc./13	Variação	Variação%
RECEITAS OPERACIONAIS	140.197	107.813	32.384	30,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.025	486	1.539	320,00
Rendas de Financ. Imobiliários	2.025	486	1.539	320,00
APLIC INTERFINANC. DE LIQUIDEZ	82.789	61.021	21.768	35,67
Rdas de Aplic. em Oper. Compromissadas	44.255	31.028	13.227	42,63
Rdas de Aplic. em Depósitos Interfinanceiros	38.534	29.993	8.541	28,48
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.616	3.674	942	25,64
Rendas de Títulos de Renda Fixa	4.616	3.674	942	25,64
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	50.767	42.633	8.134	19,09
Reversão de Provisões Operacionais	399	428	(30)	(6,96)
Receita de Subvenção	46.450	41.827	4.624	11,05
Receitas Eventuais	3.688	20	3.668	18.639,68
Juros de Mora	230	190	40	21,31
Outras Receitas Operacionais	-	168	(168)	(100,00)
DESPESAS OPERACIONAIS	111.848	151.910	(40.062)	(26,38)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	443	41	402	980,48
Outras Desp. Administrativas	443	41	402	980,48
DESPESAS COM RESERVAS TÉCNICAS	542	-	542	-
Desp.Res.Téc.-MIP/DFI Ocorrido e Não Avisado	542	-	542	-
COMISSÕES E TARIFAS	36.532	34.453	2.079	6,03
Tx de Administração-CAIXA	26.241	25.095	1.146	4,58
Tx Administração-NPCS Ag. Financ.	954	614	340	55,47
Tx Administração-PMCMV Ag. Financ.	9.337	8.744	593	6,78
DESPESAS COM SUBSÍDIOS - PMCMV	41.053	30.683	10.370	33,79
DESPESAS PROV.P/CRED.LIQUID.DUVIDOSA	31.528	84.935	(53.407)	(62,88)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	1.750	1.798	(48)	(2,66)
RESULTADOS LÍQUIDOS	28.349	(44.097)	72.446	(164,29)

- 4.1 As receitas operacionais foram no montante de R\$ 140.197 mil com crescimento de 30,04%, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, decorrente, basicamente dos seguintes itens:
- 4.1.1 As Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tiveram uma evolução de 35,67% com incremento de R\$ 21.768 mil em relação ao exercício de 2013, decorrente do crescimento das aplicações de recursos e aumento da Taxa SELIC (DEZ/14 -11,65% a.a e DEZ/13 – 9,90% a.a).
- 4.1.2 As Receitas com Subvenção apresentaram crescimento de 11,05%, em relação ao exercício de 2013, por motivo do aumento das unidades habitacionais referentes aos contratos que entraram na fase de amortização/retorno no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (2014 - 17 contratos habitacionais com 1.200 UH e 2013 - 17 contratos habitacionais com 953 UH).
- 4.1.3 As Receitas Eventuais apresentaram incremento de R\$ 3.668 mil, tendo em vista a finalização do processo de Migração/Cessão dos contratos do Programa Crédito Solidário – FDS, que resultou em saldo remanescente devolvido ao FDS, em julho de 2014, no valor de R\$ 3.451 mil.

- 4.2 As Despesas Operacionais apresentaram queda de 26,38%, totalizando R\$ 111.848 mil em relação ao exercício de 2013.
- 4.2.1 As Despesas com Subsídio apresentaram evolução de 33,79%, no valor de R\$ 10.370 mil, em relação ao exercício de 2013, por motivo do aumento de unidades habitacionais cujos contratos entraram na fase de amortização, bem como do complemento de subsídio da ordem de R\$ 5.275 mil, em razão da redução do valor da prestação paga pelo beneficiário final, conforme disposto na Portaria do MinCidades nº.237/14.
- 4.2.2 A Taxa de Administração do Agente Operador CAIXA apresentou evolução de 4,58%, no montante de R\$ 1.146 mil, em relação ao exercício de 2013, por motivo do aumento do ativo do FDS, base para o cálculo da taxa (Dez/14 – R\$ 1.797.273 mil e Dez/13 – R\$ 1.477.997 mil), conforme disposto na Resolução do CCFDS n.º 191/12.
- 4.2.3 As Despesas de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa fecharam o exercício de 2014 em R\$ 31.528 mil, com uma variação negativa de R\$ 53.407 mil, em razão da constituição da provisão ter sido iniciada em dezembro de 2013.

5 As contas de compensação apresentaram os seguintes valores:

	R\$ milhares			
	Exerc./14	Exerc./13	Varição	Varição%
CONTAS DE COMPENSAÇÃO - ATIVA/PASSIVA	1.241.701	746.046	495.655	66,44
Títulos para Negociação	47.325	42.231	5.094	12,06
Valores Contratados a Liberar	49.338	50.533	(1.195)	(2,36)
Valores Contratados a Liberar - PMCMV	840.896	340.889	500.007	146,68
Creditos Baixados como Prejuízo	22.686	-	22.686	-
Classificação da Carteira de Crédito	281.457	312.393	(30.937)	(9,90)
Op.de Créd.- Nível A	232.356	242.838	(10.482)	(4,32)
Op.de Créd.- Nível B	7.657	7.655	3	0,03
Op.de Créd.- Nível C	9.179	11.229	(2.050)	(18,26)
Op.de Créd.- Nível D	5.644	5.793	(149)	(2,58)
Op.de Créd.- Nível E	4.244	4.376	(132)	(3,01)
Op.de Créd.- Nível F	4.501	2.745	1.756	63,96
Op.de Créd.- Nível G	2.409	2.940	(532)	(18,08)
Op.de Créd.- Nível H	15.469	34.817	(19.349)	(55,57)

- 5.1 A evolução de 66,44% nas contas de compensação em relação a dezembro de 2013 foi decorrente do crescimento dos valores contratados a liberar pelo Fundo no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.
- 5.2 Cabe ressaltar que o registro da Classificação da Carteira de Crédito por *rating* deu-se a partir de dezembro de 2013 e cabe somente ao Programa Novo Crédito Solidário que segue a Resolução nº 2682/99 do CMN, e para o PMCMV sua constituição é com base no percentual de 9,93% de perda esperada para a carteira de operações do próprio programa.

5.2.1 Em dezembro/2014 foi transferido para Conta de Compensação o valor de R\$ 22.686 mil relativo aos contratos do NPCCS classificados no *rating H* há mais de 180 dias, conforme disposto na Resolução nº 2682/99 do CMN.

6 Apresentamos, abaixo, o comportamento do patrimônio líquido e das operações de crédito dos últimos doze meses:

6.1 Patrimônio Líquido

Período	R\$ milhares				
	Patrimônio Líquido Anterior	Patrimônio Líquido Atual	Resultado	Patrimônio Líquido Atual Ajustado	PL do Exercício Anterior Ajustado
dez/13	1.155.142	1.155.142	-44.097	1.111.045	1.155.142
jan/14	1.111.045	1.111.045	3.191	1.114.236	1.158.375
fev/14	1.111.045	1.111.045	6.043	1.117.088	1.162.015
mar/14	1.111.045	1.111.045	6.467	1.117.512	1.164.351
abr/14	1.111.045	1.111.045	9.890	1.120.935	1.111.045
mai/14	1.111.045	1.111.045	12.958	1.124.003	1.170.026
jun/14	1.111.045	1.111.045	17.306	1.128.351	1.172.168
jul/14	1.111.045	1.111.045	23.678	1.134.723	1.175.738
ago/14	1.111.045	1.111.045	26.532	1.137.577	1.178.686
set/14	1.111.045	1.111.045	25.913	1.136.958	1.182.208
out/14	1.111.045	1.111.045	26.751	1.137.796	1.186.201
nov/14	1.111.045	1.111.045	32.142	1.143.187	1.190.818
dez/14	1.111.045	1.111.045	28.349	1.139.394	1.111.045

6.2 Operações de Crédito

Período	R\$ milhares												
	Saldo Anterior	Atualiz. Monet./Mora /Juros	Aplicação	MIP	Amortização	Bônus	Subsídio	Seguro	Saldo Credor	P.C.L.D.	Transf. p// Prejuízo	Saldo Atual	Saldo Exercício Anterior
dez/13	759.407	123	18.750	-	(1.486)	(59)	(12.116)	-	-	(84.935)	-	679.684	603.945
jan/14	679.684	243	18.043	(17)	(1.479)	(56)	-	(5)	-	(1.557)	-	694.856	615.632
fev/14	694.856	241	29.084	(34)	(1.469)	(58)	(3.305)	(11)	-	(2.878)	-	716.426	620.840
mar/14	716.426	(16)	16.899	(6)	(1.421)	(54)	-	-	-	(2.621)	-	729.207	638.474
abr/14	729.207	116	27.981	(56)	(1.395)	(54)	(5.996)	(35)	-	(2.762)	-	747.006	645.927
mai/14	747.006	147	26.640	(27)	(1.439)	(55)	(4.075)	(21)	-	(2.802)	-	765.374	660.907
jun/14	765.374	125	21.202	(12)	(1.510)	(58)	(5.543)	(28)	-	(1.114)	-	778.436	674.506
jul/14	778.436	258	27.593	(5)	(1.503)	(57)	-	(49)	-	(2.516)	-	802.157	689.747
ago/14	802.157	161	8.188	(6)	(1.362)	(59)	(634)	(10)	-	(1.005)	-	807.430	707.629
set/14	807.430	203	42.491	6	(1.614)	(63)	-	(130)	-	15.854	(20.156)	844.021	724.561
out/14	844.021	255	30.086	(96)	(1.497)	(61)	-	-	-	17.545	(21.522)	868.731	745.427
nov/14	868.731	157	19.812	(84)	(1.442)	(60)	(12.822)	(18)	-	18.110	(19.390)	872.994	759.407
dez/14	872.994	265	50.315	(22)	(1.703)	(72)	(8.678)	(16)	-	18.149	(22.686)	908.546	679.684
	679.684	2.153	318.334	(359)	(17.832)	(707)	(41.053)	(323)	-	52.403	(83.754)	908.546	

7 Segue a descrição das principais contas do FDS:

CONTA	DESCRIÇÃO
DISPONIBILIDADES	Correspondem aos valores dos Depósitos Remunerados na CAIXA, referentes ao Programa Crédito Solidário e Programa Minha Casa Minha Vida e são remunerados pela taxa SELIC.
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	Correspondem às aplicações em operações compromissadas.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	São aplicações em títulos de renda fixa.
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<p>Representam os financiamentos feitos à CAIXA conforme Resoluções do Conselho Curador do FDS, destinados a financiamentos de projetos habitacionais. Em 29/06/2001, os mesmos foram transferidos da CAIXA para EMGEA, conforme contrato celebrado entre as partes.</p> <p>Correspondem, também, aos financiamentos concedidos ao Agente Financeiro CAIXA, referente ao Programa Crédito Solidário.</p> <p>Registra os valores a serem recebidos, dos mutuários finais, por meio do sistema SIACI, de financiamentos concedidos com recursos do Novo Programa de Crédito Solidário, liberados de acordo com o cronograma de desembolso.</p> <p>Correspondem, também, aos financiamentos concedidos ao Agente Financeiro CAIXA, referente ao Programa Minha Casa Minha Vida.</p> <p>Registra os valores da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa do NPCCS e PMCMV.</p> <p>Registra os valores Transferidos para Prejuízos do NPCCS referente ao montante classificado e provisionado no <i>rating</i> H há mais de 06 meses.</p>
DESPESAS ANTECIPADAS COM NOVO PCS – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Referem-se às taxas de administração, a serem pagas ao agente financeiro, sobre o valor das contratações com recursos do Novo Programa de Crédito Solidário.
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - PAÍS	Referem-se a Valores a Pagar aos agentes financeiros, atualizados mensalmente, devido a estorno de prestações pagas quando da alteração na carência de alguns contratos do PCS e que serão apropriados quando do pagamento das atualizações monetárias dos referidos contratos, durante o prazo de carência.
TAXAS E TARIFAS A REPASSAR	Referem-se às taxas a serem pagas ao agente financeiro e operador do PCS/PMCMV, na apresentação, pelos agentes, de comprovação de direitos junto ao Fundo.
OUTROS CREDORES	Referem-se a Créditos a Apropriar - CRAPO, instrumento utilizado pelo administrador para manter o equilíbrio do patrimônio e a linearidade das cotas.

CONTA	DESCRIÇÃO
DOTAÇÃO UNIÃO - PMCMV	Refere-se às Subvenções Governamentais da União para utilização no Programa Minha Casa Minha Vida.
PESSOAS JURÍDICAS	Foi constituído por emissão de cotas originadas do patrimônio líquido do extinto Fundo de Aplicação Financeira – FAAF, no percentual de 3% (três por cento) e permite às instituições financeiras, detentoras dessas cotas, o resgate do Fundo pela cotação da data de extinção do FAF do qual elas foram adquiridas, desde que comprovem as exigências para o resgate.
FUNDO CONTA GERAL	Corresponde aos lucros acumulados de exercícios anteriores.
CAPITAL SOCIAL	Está constituído por 3% (três por cento) do patrimônio líquido do ex-Fundo de Aplicação Financeira – FAAF, bem como pelos recursos do Programa Crédito Solidário e do Programa Minha Casa Minha Vida.
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Correspondem às rendas de financiamentos dos projetos habitacionais, atualização monetária e juros.
RENDAS DE APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ	Referem-se às rendas de aplicações em operações compromissadas e disponibilidades do FDS.
RENDAS COM TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	É a rentabilidade dos papéis que compõem a carteira de títulos no exercício.
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	Correspondem aos ajustes positivos de patrimônio registrados transitoriamente, para manter a linearidade das cotas, bem como às receitas com subvenção governamental do PMCMV.
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Correspondem aos ajustes negativos de patrimônio registrados transitoriamente, para manter a linearidade das cotas; a taxa de administração do Agente Operador a ser calculada, conforme Resolução CCFDS 191/12, de 29/10/12, apropriada e repassada até o 5º dia útil do mês subsequente à administradora – CAIXA (1% a.a sobre o total dos Ativos do FDS a partir de 1 bilhão até 3 bilhões) e, bem como as taxas de administração, referentes ao Programa de Crédito Solidário; despesa com subsídio do Programa Minha Casa Minha Vida; despesa do agente financeiro CAIXA, referente ao PMCMV, com base na Resolução CCFDS 186/12, de 29/05/12; despesas taxa de formalização de contrato; despesas com DFI e com cessão de crédito do PCS para o Novo PCS; Despesas com a Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa do NPCCS e do PMCMV.

CONTA	DESCRIÇÃO
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	Correspondem ao registro dos títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras classificados na categoria para negociação, valores contratados a liberar do NPCS e PMCMV, a classificação da carteira de crédito do NPCS e os prejuízos do NPCS.

8 As subcontas do FDS que têm contrapartida com as da CAIXA encontram-se conciliadas e sem diferenças.

9 Segue a movimentação das disponibilidades do FDS referente aos últimos dois exercícios:

R\$ milhares

	Movimentação de jan a dez/14	Movimentação de jan a dez/13	Varição
ENTRADAS	108.048.603	87.499.940	20.548.663
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	107.451.548	87.190.235	20.261.313
Tít. e Valores Mob.e Instrum. Financ. Derivat.	182.522	194.620	(12.098)
Operações de Crédito - Amortização	17.837	18.497	(660)
Mora Paga	99	101	(2)
Devolução por Cancelamento de Contrato	-	168	(168)
Rendimentos	37.499	29.801	7.698
Devolução Recursos/TR/SELIC	21.039	18	21.021
Aporte da União	334.379	66.500	267.879
Rec Reman Migração Cessão -PCS	3.451	-	3.451
Dev Rec AF Pgto Inadimpl - Cessão -PCS	229	-	229
SAÍDAS	107.999.967	(87.608.285)	(20.391.682)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(107.443.557)	(87.190.585)	(20.252.972)
Tít. e Valores Mob.e Instrum. Financ. Derivat.	(183.000)	(185.000)	2.000
Taxa de Administração - Agente Operador	(26.091)	(25.022)	(1.069)
Operações de Crédito - Liberação	(318.334)	(210.072)	(108.262)
Devolução Recursos Financeiros ao FDS	(21.031)	-	(21.031)
Taxa de Administração	(340)	-	(340)
Taxa de Administração - Agente Financeiro	(6.844)	3.228	(10.072)
Taxa de Formalização de Contrato	-	(12)	12
Despesa com Custas e Emolumentos Cartorários	(443)	(39)	(404)
Despesa com Danos Físicos de Imóveis - DFI	(327)	(783)	456
VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	48.636	(114.801)	163.437
SALDO ANTERIOR	331.573	446.374	(114.801)
SALDO ATUAL	380.209	331.573	48.636

- 10 Foi realizada a avaliação atuarial do FDS, pela empresa de auditoria DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, considerando a data base 31 de Dezembro de 2014. A base cadastral dos contratos está posicionada em 31 de Novembro de 2014.

Além da avaliação atuarial do Fundo, foram realizadas análises descritivas sobre as bases de cadastro e eventos ocorridos, a fim de identificar o perfil dos participantes e de seus contratos, bem como crítica nas bases cadastrais, com a finalidade de verificar a consistência dos dados.

Para o Programa Crédito Solidário foram identificados 25.227 mutuários, sendo que deste número há um total de 20.144 mutuários de contratos ativos, que indica todos os indivíduos (mutuários principais e coobrigados) cujos financiamentos habitacionais estão garantidos pelo Fundo.

Os mutuários estão segregados em 11.332 do sexo masculino (44,92%) e 13.895, do sexo feminino (55,08%).

Para o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades foram verificados 20.841 mutuários, sendo que destes mutuários há um total de 16.914 de mutuários com contratos ativos. Esse número indica todos os indivíduos (mutuários principais e coobrigados) cujos financiamentos habitacionais estão garantidos pelo Fundo.

Até a data-base 31 de dezembro de 2014 para o PCS foram constatados um total de 126 ocorrências na base de dados referentes a eventos por Morte e Invalidez Permanente (“MIP”) e Danos Físicos ao Imóvel (“DFI”), sendo MIP o evento com maior frequência, cerca de 55,56% e DFI com 44,44% do total. Os dados de DFI são referentes a apenas os anos de 2012, 2013 e 2014, pois anterior a isso, o controle não era realizado pela Centralizadora.

A respeito do evento de DFI, foram identificados 47 acionamentos em que sua análise foi concluída (85,45%) e 8 que a análise está com pendência (14,55%). Do total de eventos ocorridos com DFI, 55 empreendimentos estão concluídos e 1 ainda está em fase de construção.

Até a data-base 31 de dezembro de 2014 para o PMCMV - E foram constatados um total de 134 ocorrências na base de dados referentes aos eventos de morte e invalidez (59) e danos físicos no imóvel (75).

A respeito do evento de DFI, foram identificados 57 acionamentos em que sua análise foi concluída (76,00%) e 18 em análise que apresentam pendência (24,00%). Do total de eventos ocorridos com DFI, 64 empreendimentos estão concluídos e 11 ainda em estão em fase de construção.

Os resultados da avaliação atuarial compreendem a projeção dos fluxos de caixa para cada contrato inserido no Fundo.

A avaliação atuarial do Fundo compreendeu na mensuração as receitas e despesas futuras, descontadas a valor presente. Como resultado, o FDS apresentou deficiência no fluxo de caixa no valor de R\$ 798.335.490 e no médio prazo o patrimônio mostrou-se insuficiente, porém no longo prazo retornou a ser suficiente. Esta deficiência ocorre, em grande parte, ao fluxo de desembolso futuro com obras já contratadas pelos dois programas até a data base de cálculo.

Dentre os fluxos de caixa projetados para o Fundo, as receitas financeiras mostraram-se relevantes para contribuir para a diminuição do fluxo negativo de despesas. O montante investido que, na data-base de cálculo era de R\$ 444.484.519,99, gera receitas financeiras consistentes e constantes para o FDS.

Dentre as despesas do Fundo, os desembolsos com obras já contratadas e em andamento contribuiu para o resultado negativo do FDS. Como estes recursos serão aportados pelo Governo Federal ao longo do tempo, não foi capturado nesta avaliação o fluxo de entrada destes recursos.

A despesa paga ao agente operador pelo serviço de gestão do Fundo representa o segundo maior fluxo de saída de caixa do FDS. Esta despesa é paga de acordo com a descrição do relatório Metodológico do FDS. A mesma foi projetada ao longo do tempo, considerando o valor do patrimônio do Fundo nos períodos futuros.

Os resultados da avaliação atuarial demonstram que o FDS apresenta déficit na data-base da avaliação atuarial. Os fluxos calculados consideram os riscos atuariais a que o Fundo está exposto, além do risco de crédito dos participantes que pagam as prestações ao FDS. A fim de evitar a insuficiência no PMCMV-E, o Fundo recebe aportes periódicos do Governo Federal, entretanto, como esses valores são determinados a cada ano através do Orçamento Geral da União, não foi capturado nesta avaliação o fluxo de entrada destes recursos.

Foi constituída a Provisão para MIP e DFI Ocorridos e Não Avisados utilizando base histórica dos eventos ocorridos de morte e invalidez (MIP) e danos físicos no imóvel (DFI), com informações desde dezembro de 2007, sendo obtido o resultado de R\$ 542.045,66 como provisão técnica do FDS.

11 A seguir os principais comentários das Auditorias Interna e Externa:

11.1 Auditoria Interna

11.1.1 O último relatório de Auditoria Interna foi relativo aos meses de julho a dezembro de 2014, por meio do RA AUDIR/MZ 0009/15, de 12 de fevereiro de 2015, onde não foi constatado haver fragilidades ou inconformidades com grau de criticidade relevante que pudesse impactar na gestão da CAIXA sobre o FDS.

11.2 Auditoria Externa

11.2.1 O parecer referente ao exercício de 2014, emitido em 26 de fevereiro de 2015, consta como ADEQUADO.

Atenciosamente

KARLA HANDRÉA FARAY MELO
Gerente Executivo
GN Contabilidade de Terceiros

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
Gerente Nacional
GN Contabilidade de Terceiros

Brasília,

Ao
CONSELHO DIRETOR

Ementa: Submete à apreciação os Balancetes de outubro, novembro e dezembro e as Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, referentes ao exercício de 2014 e apresenta a Execução Orçamentária.

Senhor Presidente,
Senhores Vice-Presidentes,

- 1 Em cumprimento ao disposto no art. 24, inciso VI, alíneas “c” e “d” do Estatuto da CAIXA, submetemos à apreciação deste Conselho, com voto favorável do Vice-Presidente signatário à sua aprovação e posterior encaminhamento para os fins previstos no art. 18, inciso X, alíneas “e” e “f”, e art. 50 daquele instrumento legal, os Balancetes de outubro, novembro e dezembro e as Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, referentes ao exercício de 2014 e a Execução Orçamentária.
- 2 O FDS foi criado pelo Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991, com a finalidade de financiar projetos de investimentos de relevante interesse social e iniciativas de empresas ou entidades do setor privado, nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.
 - 2.1 A Resolução CCFDS nº 121, de 09 de janeiro de 2008, regulamentada pela IN nº 14, de 25 de março de 2008, alterada pela IN nº 15 de 03 de abril de 2008, conferiu nova disciplina ao Programa Crédito Solidário, voltando-o ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e aquisição de novas habitações, à conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.
 - 2.2 A Resolução CCFDS nº194, de 12 de dezembro de 2012, aprovou o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV – E para aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, definidos no art.2º, inciso II, da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e no art. 2º, inciso II, do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.
 - 2.2.1 O PMCMV – Entidades tem por objetivo tornar acessível a moradia para famílias com renda mensal bruta até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos.

- 3 O resultado líquido apurado pelo FDS, no exercício, foi positivo em R\$ 28.349 mil proveniente das receitas e despesas apresentadas adiante:

Em R\$ mil				
Demonstrações de Resultados	Realizado 2013	Orçado 2014 (A)	Realizado 2014 (B)	% (B) ⇔ (A)
RECEITAS OPERACIONAIS	107.813	110.446	140.197	126,94
Operações de Crédito	486	185	2.025	1.094,59
Aplicação Interfinanceira de Liquidez/TVM	64.695	81.473	87.405	107,28
Outras Receitas Operacionais	42.632	28.788	50.767	176,35
Receitas com subvenção PMCMV	41.827	28.347	46.450	163,86
Outras receitas operacionais	805	441	4.317	978,91
DESPESAS OPERACIONAIS	(151.910)	(109.193)	(111.848)	102,43
Despesas de obrigações p/ empréstimo	(6)	-	-	-
Comissões e Tarifas	(34.453)	(57.848)	(36.532)	63,15
Tx de Administração - CAIXA	(25.095)	(24.904)	(26.241)	105,37
Tx Administração PCS - Ag Financeiro	(614)	-	(954)	-
Tx Administração PMCMV - Ag Financeiro	(8.744)	(32.944)	(9.337)	28,34
Despesas Administrativas	(41)	(22.000)	(443)	2,01
Despesas Prov p/ Cred Liquid Duvidosa	(84.935)	-	(31.528)	-
Despesas com Reserva Técnica	-	-	(542)	-
Outras Despesas Operacionais	(32.475)	(29.345)	(42.803)	145,86
Despesas com subsídio PMCMV	(30.683)	(28.164)	(41.053)	145,76
Outras despesas operacionais	(1.792)	(1.181)	(1.750)	148,18
RESULTADO LÍQUIDO	(44.097)	1.253	28.349	2.262,49

Fonte : Balancete FDS

- 3.1 As receitas operacionais acumularam no exercício o montante de R\$ 140.198 mil, 26,94% superior ao previsto.
- 3.1.1 O item de receitas com subvenção do PMCMV superou a expectativa do orçamento no montante de R\$ 18.103 mil em decorrência do aumento dos contratos em fase de retorno do PMCMV-Entidades, quando finda a carência e inicia a etapa de amortização dos imóveis financiados.
- 3.1.2 Referente a outras receitas operacionais, houve um incremento no mês de julho no valor de R\$ 3.451 mil referente à devolução do saldo remanescente do processo de migração dos contratos do Programa de Crédito Solidário, não previsto no orçamento de 2014.
- 3.2 As despesas operacionais totalizaram R\$ 111.848 mil, 2,43% superior ao orçado.
- 3.2.1 A taxa de administração PMCMV – agente financeiro efetivou R\$ 23.607 mil inferior ao previsto na proposta orçamentária em virtude do menor volume de contratação no Programa, no período.
- 3.2.2 A previsão de realização de R\$ 22.000 mil em despesas administrativas, para pagamento de custas com emolumentos judiciais e cartorários, foi frustrada em razão da não concretização de contratos habitacionais previstos.
- 3.2.3 Quando da elaboração do orçamento do exercício, não houve previsão para constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa que realizou R\$ 31.528 mil para fazer face às perdas prováveis na realização de crédito do Novo Programa de Crédito Solidário e do PMCMV- E.

- 4 O Fundo registrou ativo total de R\$ 1.797.273 mil, 19,14 % inferior ao valor previsto para o período.

Em R\$ mil				
Balço Patrimonial	Realizado 2013	Orçado 2014 (A)	Realizado 2014 (B)	% (B) ⇒ (A)
ATIVO				
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	1.477.997	2.222.737	1.797.273	80,86
Depósitos Bancários	331.573	600.274	380.209	63,34
Aplicação Interfinanceira de Liquidez/TVM	454.425	181.198	495.785	273,62
Operações de Crédito	679.684	1.427.248	908.547	63,66
Outros Créditos	2.694	5.010	3.725	74,35
Outros Valores e Bens	9.621	9.007	9.007	100,00
PASSIVO				
Credores Diversos	366.952	1.026.685	657.337	64,03
Passivos Atuariais	-	-	542	-
Patrimônio Líquido	1.111.045	1.196.052	1.139.394	95,26
TOTAL DO PASSIVO	1.477.997	2.222.737	1.797.273	80,86

Obs.: O valor da Reserva de Liquidez é composta de 10% em títulos, sendo 50% em títulos públicos e 50% de títulos de emissão da CAIXA.

- 4.1 O item depósitos bancários apresentou realização de 36,66% abaixo do esperado, em função da não efetivação do valor estimado de aporte para o período.
- 4.2 As operações de crédito realizaram 63,66% do previsto em razão, basicamente, do menor volume de aporte, pela União, no exercício.
- 4.3 No passivo, o item credores diversos registrou 64,03% do esperado, em função da não realização do repasse, conforme comentário do item 4.1.
- 5 Apresentamos as contratações e os desembolsos relativos ao FDS/PCS e PHP/PMCMV:

FDS/PCS	R\$ mil							
	abr/2004 a dez/2013 realizado		Orçado 2014	Realizado 2014		abr/2004 a dez/2014 realizado		Δ % (B) ⇒ (A)
	Quantidade Unidade	Valor	Valor (A)	Quantidade Unidade	Valor (B)	Quantidade Unidade	Valor	
Contratações PCS	338	432.920	11.865	0	209	338	433.129	(98,24)
Desembolsos PCS	0	382.387	4.428	-	2.188	0	384.575	(50,59)
Contratações PMCMV	245	864.745	1.100.000	103	816.153	348	1.680.898	(25,80)
Desembolsos PMCMV	0	523.857	300.000	-	286.058	-	809.915	(4,65)

Obs.: Quantidade de Unidade é igual a Empreendimentos.

Fonte: GN de Fundos Garantidores e Sociais

- 6 Anexos:
 Anexo I - CI GN Contabilidade de Terceiros xxx/15;
 Anexo II – Balancetes de outubro, novembro e dezembro/14;
 Anexo II – Demonstrações Contábeis – exercício 2014;
 Anexo III – Parecer dos Auditores Independentes;
 Anexo IV – Relatório de Auditoria Interna.

MARCOS BRASILIANO ROSA
Superintendente Nacional
SN Contabilidade e Tributos

MARINA LIMA CABRAL
Superintendente Nacional
SN Monitoramento e Avaliação de Resultados

PAULO HENRIQUE BEZERRA R. COSTA
Diretor Executivo
DE Controladoria

MÁRCIO PERCIVAL ALVES PINTO
Vice-Presidente
VP Finanças e Controladoria

CODIGO	DV	NOME		
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		1.797.272.931,80
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		380.208.898,78
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		380.208.898,78
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		336.179.098,41
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		336.179.098,41
1.1.2.20.10.06	-2	DEPOSITOS REMUNERADOS CAIXA-OUTR FUNDOS	336.179.098,41	
1.1.2.30	-1	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		44.029.800,37
1.1.2.30.30	-8	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		44.029.800,37
1.1.2.30.30.07	-5	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV	29.945.435,67	
1.1.2.30.30.08	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV- DFI	12.698.585,40	
1.1.2.30.30.14	-8	DEPOSITOS REMUN. NA CAIXA - FDS/PMCMV - RETORNO	1.385.779,30	
1.2	-1	APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		448.459.664,53
1.2.1	-0	APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS		448.459.664,53
1.2.1.10	-3	REVENIDAS A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA		448.459.664,53
1.2.1.10.05	-5	LETRAS DO TESOURO NACIONAL - REV A LIQ - POS BAN		448.459.664,53
1.2.1.10.05.01	-3	LTN-REV A LIQUIDAR POS BCD	448.655.578,18	
1.2.1.10.05.11	-0	LTN-RENDAS A APROPRIAR/-/	-195.913,65	
1.3	-9	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		47.324.892,20
1.3.1	-7	LIVRES		47.324.892,20
1.3.1.10	-0	TITULOS DE RENDA FIXA		47.324.892,20
1.3.1.10.25	-3	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO		47.324.892,20
1.3.1.10.25.01	-1	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO	47.324.892,20	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		908.547.484,28
1.6.4	-3	FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS		1.002.147.238,67
1.6.4.30	-4	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		1.002.147.238,67
1.6.4.30.10	-0	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		1.000.872.421,50
1.6.4.30.10.03	-4	FINANC IMOB RESIDENCIAL-ST PUBLICO	6.866.729,47	
1.6.4.30.10.08	-5	FINANC HAB COM DIVIDA NEGATIVA	0,49	
1.6.4.30.10.15	-8	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/NOVO PCS	300.319.620,72	
1.6.4.30.10.16	-6	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/PMCMV-FDS	713.428.086,56	
1.6.4.30.10.24	-7	TRANSFERENCIA P/PREJUIZO-FINANC.IMOBILIARIO/-/	-19.742.015,74	
1.6.4.30.12	-2	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-VALORES A RECEBER		1.014.260,22
1.6.4.30.12.03	-7	FINANC IMOB RESIDENCIAL ST PUBL - VLRS A RECEBER	-3.411,28	
1.6.4.30.12.15	-0	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC FDS-VLRS A RECEBER	4.210.370,16	
1.6.4.30.12.16	-9	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC PMCMV VLR A RECEBER	-249.196,05	
1.6.4.30.12.24	-0	TRANSFERENCIA P/PREJUIZO-VLR A RECEBER FDS/-/	-2.943.502,61	
1.6.4.30.14	-5	FINANC HABITACIONAIS-PGTO RECPTO CONDICIONAIS/-/		-884,45
1.6.4.30.14.02	-1	FINANC IMOB ST PUBL - RESID/REC CONDICIONAIS	-884,45	
1.6.4.30.16	-8	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-RDA A INCORPORAR		261.441,40
1.6.4.30.16.03	-2	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/RDAS A INCORP	193.148,43	
1.6.4.30.16.04	-0	FINANC HABIT - VALORES A RECEBER - RDA A INCORP	37,83	
1.6.4.30.16.05	-9	FINANC HABIT -PAG/REC CONDIC-RDA A INCORPORAR(-)	-9,24	
1.6.4.30.16.16	-4	FIN IMOB ST PUBL-RESID REC.FDS-PMCMV/RDAS INCORP	68.264,38	
1.6.9	-4	PROVISAO PARA OPERACOES DE CREDITO (-)		-93.599.754,39
1.6.9.50	-2	PROVISAO PARA FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS (-)		-93.599.754,39
1.6.9.50.10	-8	PROV PARA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS/-/		-93.599.754,39
1.6.9.50.10.03	-2	PROVISAO P/ CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA	-93.599.754,39	
1.8	-5	OUTROS CREDITOS		3.724.985,71

24/02/2015 PZ.ARQ: 30A
11:22:13
ENTIDADE : FDS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANÇETE MENSAL ATIVO

PAG. 2
FDS621SA - #10
REF: 12.2014

CODIGO	DV	NOME		
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER		3.724.985,71
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		3.724.985,71
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		3.724.985,71
1.8.3.30.10.01-4		RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	3.298.113,60	
1.8.3.30.10.16-2		RENDIMENTOS A RECEBER S/RECURSOS PMCMV	426.872,11	
1.9	-2	OUTROS VALORES E BENS		9.007.006,30
1.9.9	-6	DESPESAS ANTECIPADAS		9.007.006,30
1.9.9.10	-0	DESPESAS ANTECIPADAS		9.007.006,30
1.9.9.10.21	-7	DESPESAS ANTECIPADAS - FDS		9.007.006,30
1.9.9.10.21.01-5		DESPESAS ANTECIPADAS C/NOVO PCS-TXADMINISTRACAO	9.007.006,30	
3	-0	COMPENSACAO		1.241.701.244,62
3.0	-0	COMPENSACAO		960.244.549,39
3.0.3	-4	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		47.324.892,20
3.0.3.30	-5	TITULOS PARA NEGOCIACAO		47.324.892,20
3.0.3.30.60	-8	TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA		47.324.892,20
3.0.3.30.60.01-6		TITULOS EMITIDOS POR INST FIN-RENDA FIXA	47.324.892,20	
3.0.8	-5	CONTRATOS		890.234.138,84
3.0.8.40	-0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		890.234.138,84
3.0.8.40.10	-5	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		890.234.138,84
3.0.8.40.10.01-3		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	49.338.056,82	
3.0.8.40.10.03-0		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR- PMCMV	840.896.082,02	
3.0.9	-3	CONTROLE		22.685.518,35
3.0.9.60	-5	CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUIZO		22.685.518,35
3.0.9.60.16	-9	CR BAIXADOS COMO PREJ-ST PRIV-ENTRE 13 E 48 MESE		22.127.912,12
3.0.9.60.16.23-8		CR BX PREJ-ST PRIV-ENTRE 13 E 48 MESES - PMCMV	22.127.912,12	
3.0.9.60.17	-5	CR BAIXADOS COMO PREJUIZO-ST PRIV-MAIS 49 MESES		557.606,23
3.0.9.60.17.23-4		CR BX PREJ-ST PRIV-MAIS DE 49 MESES-PARC/MCMV	557.606,23	
3.1	-7	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		281.456.695,23
3.1.2	-3	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A		232.356.277,72
3.1.2.10	-7	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A		232.356.277,72
3.1.2.10.18	-3	OPERACOES DE CREDITO-ENTIDADES SOCIAIS		232.356.277,72
3.1.2.10.18.01-1		OPERACOES DE CREDITO-NIVEL A	232.356.277,72	
3.1.3	-1	OPERACOES DE CREDITO --NIVEL B		7.657.209,08
3.1.3.10	-5	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL B		7.657.209,08
3.1.3.10.18	-1	OPERACOES DE CREDITO -FUNDOS - NORMAL -NIVEL B		155.895,57
3.1.3.10.18.01-0		OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL B	155.895,57	
3.1.3.10.28	-7	OPERACOES DE CREDITO-FUNDOS-VENCIDAS-NIVEL B		7.501.313,51
3.1.3.10.28.01-5		OPERACOES DE CREDITO-VENCIDAS-NIVEL B	7.501.313,51	
3.1.4	-0	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL C		9.178.744,61
3.1.4.10	-3	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL C		9.178.744,61
3.1.4.10.18	-0	OPERACOES DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL - NIVEL C		185.115,01
3.1.4.10.18.01-8		OPERACOES DE CREDITO - NORMAL- NIVEL C	185.115,01	
3.1.4.10.28	-5	OPERACOES DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA NIVEL C		8.993.629,60
3.1.4.10.28.01-3		OPERACOES DE CREDITO - VENCIDA NIVEL C	8.993.629,60	
3.1.5	-8	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL D		5.642.806,66
3.1.5.10	-1	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL D		5.642.806,66
3.1.5.10.18	-8	OPERACOES DE CREDITO FUNDOS - NORMAL - NIVEL D		124.327,88
3.1.5.10.18.01-6		OPERACOES DE CREDITO NORMAL - NIVEL D	124.327,88	

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
3.1.5.10.28	-3	OPERACAO DE CREDITO-FUNDOS-VENCIDA-NIVEL D		5.518.478,78
3.1.5.10.28.01-1		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA-NIVEL D		5.518.478,78
3.1.6	-6	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL E		4.242.977,53
3.1.6.10	-0	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL E		4.242.977,53
3.1.6.10.18	-6	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL -NIVEL E		95.944,67
3.1.6.10.18.01-4		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL -NIVEL E	95.944,67	
3.1.6.10.28	-1	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL E		4.147.032,86
3.1.6.10.28.01-0		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA-NIVEL E		4.147.032,86
3.1.7	-4	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL F		4.501.174,98
3.1.7.10	-8	OPERACOES DE CREDITO -NORMAL- NIVEL F		4.501.174,98
3.1.7.10.18	-4	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL - NIVEL F		194.389,82
3.1.7.10.18.01-2		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL - NIVEL F	194.389,82	
3.1.7.10.28	-0	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL F		4.306.785,16
3.1.7.10.28.01-8		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA- NIVEL F		4.306.785,16
3.1.8	-2	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL G		2.408.788,28
3.1.8.10	-6	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL G		2.408.788,28
3.1.8.10.18	-2	OPERACAO DE CREDITO -FUNDOS - NORMAL - NIVEL G		86.108,45
3.1.8.10.18.01-0		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL- NIVEL G	86.108,45	
3.1.8.10.28	-8	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL G		2.322.679,83
3.1.8.10.28.01-6		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA - NIVEL G		2.322.679,83
3.1.9	-0	OPERACOES DE RISCO - NIVEL H		15.468.716,37
3.1.9.10	-4	OPERACOES DE RISCO - NORMAL - NIVEL H		15.468.716,37
3.1.9.10.18	-0	OPERACAO DE CREDITO FUNDOS - NIVEL H - NORMAL		1.032.121,56
3.1.9.10.18.01-9		OPERACAO DE CREDITO - NIVEL H - NORMAL	1.032.121,56	
3.1.9.10.28	-6	OPERACAO DE CREDITO FUNDOS - NIVEL H - VENCIDA		14.436.594,81
3.1.9.10.28.01-4		OPERACAO DE CREDITO - NIVEL H - VENCIDA		14.436.594,81
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS		111.848.231,53
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS		111.848.231,53
8.1.7	-6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		443.294,75
8.1.7.99	-0	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		443.294,75
8.1.7.99.10	-5	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		443.294,75
8.1.7.99.10.17-0		EMOLUMENTOS JUDICIAIS E CARTORARIOS	443.294,75	
8.1.8	-4	APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS		31.528.118,38
8.1.8.30	-5	DESPESAS DE PROVISOES OPERACIONAIS		31.528.118,38
8.1.8.30.60	-8	PROVISOES PARA OUTROS CREDITOS		31.528.118,38
8.1.8.30.60.24-5		DESPESA PROV.P/CRED.LIQUID. DUVIDOSA-ENTIDADES	31.528.118,38	
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		79.876.818,40
8.1.9.59	-1	DESPESAS C/OBRIGACOES FUNDOS E PROGRAMAS		542.045,66
8.1.9.59.20	-2	DESPESAS COM RESERVAS TECNICAS		542.045,66
8.1.9.59.20.03-7		DESP RESERVA TECNICA-MIP/DFI OCORRIDO NAO AVISAD	542.045,66	
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS		36.531.901,86
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS		36.531.901,86
8.1.9.94.10.01-7		TAXA DE ADMINISTRACAO	26.241.239,69	
8.1.9.94.10.20-3		TAXA DE ADMINISTRACAO FDS AGENTE FINANCEIRO	953.986,75	
8.1.9.94.10.29-7		TAXA DE ADMINISTRACAO P/MCMV-AGENTE FINANCEIRO	9.336.675,42	
8.1.9.99	-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		42.802.870,88
8.1.9.99.99	-2	OUTRAS DESP OPERACIONAIS-OUTRAS ENTIDADES		42.802.870,88
8.1.9.99.99.07-0		DESPESAS COM SEGURO MIP - NPCS	323.273,73	

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0
 DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

24/02/2015 PZ.ARQ: 30A
11:22:13
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C E T E M E N S A L A T I V O

PAG. 4
FDS621SA - #10
REF: 12.2014

CODIGO DV NOME

8.1.9.99.99.10-0	DESCONTO CONCEDIDO S/PRESTACOES	705.019,63	
8.1.9.99.99.14-2	DESPESAS DE SEGURO DFI/PCS/PMCMV	361.634,44	
8.1.9.99.99.15-0	DESPESAS COM SEGURO MIP - PMCMV	359.803,54	
8.1.9.99.99.85-1	DESPESA COM SUBSIDIO - PMCMV	41.053.139,54	
	TOTAL ATIVO		3.150.822.407,95

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		657.879.004,56
4.1	-3	DEPOSITOS		0,49
4.1.1	-1	DEPOSITOS A VISTA		0,49
4.1.1.90	-4	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FIN		0,49
4.1.1.90.10	-0	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FINANC		0,49
4.1.1.90.10.30-1		SALDOS CREDORES HABITACAO, SAN E DESENV URBANO	0,49	
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		657.879.004,07
4.9.9	-5	DIVERSAS		657.879.004,07
4.9.9.82	-3	PASSIVOS ATUARIAIS		542.045,66
4.9.9.82.90	-2	OUTROS PASSIVOS ATUARIAIS		542.045,66
4.9.9.82.90.10-0		PROV DESP MIP/DFI OCORRIDOS E NAO AVISADOS	542.045,66	
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		657.336.958,41
4.9.9.92.38	-4	DOTACAO UNIAO - PMCMV		646.017.333,26
4.9.9.92.38.01-2		DOTACAO UNIAO - PMCMV	646.017.333,26	
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS-OUTROS		2.293.605,02
4.9.9.92.91.56-8		TAXA DE ADMINISTRACAO A PAGAR	2.293.605,02	
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS-PAIS CONT		9.026.020,13
4.9.9.92.92.08-4		INDENIZACAO DE SINISTRO DFI/FDS	40.551,71	
4.9.9.92.92.36-0		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR AG. FINANCEIRO - PMCMV	8.985.468,42	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		1.111.044.384,13
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		1.111.044.384,13
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		1.111.044.384,13
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		1.111.044.384,13
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		1.111.044.384,13
6.1.1.10.10.21-6		PESSOAS JURIDICAS	4.922.694,26	
6.1.1.10.10.30-5		CAPITAL SOCIAL	147.608.009,62	
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	958.513.680,25	
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		140.197.774,64
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		140.197.774,64
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		2.025.041,39
7.1.1.15	-7	RENDAS DE FINANCIAMENTOS		2.025.041,39
7.1.1.15.10	-2	RENDAS DE ATUAL MONETARIA-FINANCIAMENTOS		1.991.975,06
7.1.1.15.10.03-7		RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA-FINANC AO S PUBLICO	1.991.975,06	
7.1.1.15.20	-8	RENDAS DE JUROS S/FINANCIAMENTOS		33.066,33
7.1.1.15.20.03-2		RENDAS DE JUROS S/FINANC AO SETOR PUBLICO	33.066,33	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		82.789.079,67
7.1.4.10	-9	RENDAS DE APLIC EM OPER COMPROMISSADAS		44.255.267,37
7.1.4.10.10	-4	POSICAO BANCADA		44.255.267,37
7.1.4.10.10.10-1		RENDAS APLIC EM OP COMPROM-POS BANCADA	44.255.267,37	
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		38.533.812,30
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		38.533.812,30
7.1.4.20.10.03-2		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS NA CAIXA	34.357.084,93	
7.1.4.20.10.12-1		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS PMCMV	4.176.727,37	
7.1.5	-3	RDAS C/TIT VAL MOBIL E INSTRUM DERIVAT		4.616.461,39
7.1.5.10	-7	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		4.616.461,39
7.1.5.10.10	-2	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		4.616.461,39
7.1.5.10.10.10-0		RENDAS DE TIT DE RDA FIXA-ENT SOC.ADMIN	4.616.461,39	
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		50.767.192,19

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0
 DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

24/02/2015 PZ.ARQ: 30A
11:22:13
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C E T E M E N S A L P A S S I V O

PAG. 6
FDS621SA - #10
REF: 12.2014

CODIGO	DV	NOME		
7.1.9.90	-9	REVERSAO DE PROVISOES OPERACIONAIS		399.608,00
7.1.9.90.90	-8	REVER PROV PERDAS SOCIED COLIGADAS E CONTROLADAS		399.608,00
7.1.9.90.90.02-4		REVERSAO DE PROVISOES	399.608,00	
7.1.9.99	-0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		50.367.584,19
7.1.9.99.10	-5	OUTRAS RDAS OP-FDOS E PROGRAMAS SOCIAIS		3.917.313,92
7.1.9.99.10.41-2		RECEITAS EVENTUAIS	3.687.878,70	
7.1.9.99.10.84-6		JUROS DE MORA	229.435,22	
7.1.9.99.90	-9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS - DIVERSOS		46.450.270,27
7.1.9.99.90.65-3		RECEITA COM SUBVENCAO - PMCMV	46.450.270,27	
9	-8	COMPENSACAO		1.241.701.244,62
9.0	-8	COMPENSACAO		960.244.549,39
9.0.3	-2	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		47.324.892,20
9.0.3.20	-0	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		47.324.892,20
9.0.3.20.10	-5	TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		47.324.892,20
9.0.3.20.10.01-3		TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS P/CATEGORIA	47.324.892,20	
9.0.8	-3	CONTRATOS		890.234.138,84
9.0.8.40	-8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		890.234.138,84
9.0.8.40.10	-3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		890.234.138,84
9.0.8.40.10.01-1		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	49.338.056,82	
9.0.8.40.10.03-8		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR - PMCMV	840.896.082,02	
9.0.9	-1	CONTROLE		22.685.518,35
9.0.9.60	-3	BAIXA DE CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA		22.685.518,35
9.0.9.60.15	-0	BAIXA DE CR LIQ DUVIDOSA-ENTRE 13 E 48 MESES		22.127.912,12
9.0.9.60.15.23-0		BAIXA DE CR LIQ DUVID ENTRE 13 E 48 MESES-PMCMV	22.127.912,12	
9.0.9.60.20	-4	CR BAIXADOS HA MAIS DE 48 MESES		557.606,23
9.0.9.60.20.23-3		CR BX PREJ-ST PRIV-HA MAIS DE 48 M-PARC/PMCMV	557.606,23	
9.1	-5	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		281.456.695,23
9.1.1	-3	OPERACOES DE CREDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL		281.456.695,23
9.1.1.10	-7	CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS		281.456.695,23
9.1.1.10.11	-9	CART DE CREDITOS CLASSIF - OUTRAS ENTIDADES		281.456.695,23
9.1.1.10.11.06-8		OPERACOES DE CREDITO - ENTIDADES	281.456.695,23	
			TOTAL PASSIVO	3.150.822.407,95

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

24/02/2015 PZ.ARQ: 30A
11:22:13
ENTIDADE : FDS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANÇETE MENSAL PASSIVO

PAG. 7
FDS621SA - #10
REF: 12.2014

TOTAL ATIVO: 3.150.822.407,95 TOTAL PASSIVO: 3.150.822.407,95

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
PRESIDENTE

ALEXSANDRA CAMELO BRAGA
VICE-PRESIDENTE - INTERINO
PORTARIA Nº 499/2014, DE 23/04/2014

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
VICE-PRESIDENTE

FÁBIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

FÁBIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

MÁRCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

TEOTÔNIO COSTA REZENDE
VICE-PRESIDENTE - INTERINO
PORTARIA Nº072/2015, DE 12/01/2015

ROBERTO DERZIÊ DE SANTANNA
VICE-PRESIDENTE

SÉRGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE
DE TERCEIROS CRC/DF 11025/0

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0-E

CODIGO	DV	NOME		
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		1.797.272.931,80
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		380.208.898,78
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		380.208.898,78
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		336.179.098,41
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		336.179.098,41
1.1.2.20.10.06	-2	DEPOSITOS REMUNERADOS CAIXA-OUTR FUNDOS	336.179.098,41	
1.1.2.30	-1	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		44.029.800,37
1.1.2.30.30	-8	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		44.029.800,37
1.1.2.30.30.07	-5	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV	29.945.435,67	
1.1.2.30.30.08	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV- DFI	12.698.585,40	
1.1.2.30.30.14	-8	DEPOSITOS REMUN.NA CAIXA - FDS/PMCMV - RETORNO	1.385.779,30	
1.2	-1	APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		448.459.664,53
1.2.1	-0	APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS		448.459.664,53
1.2.1.10	-3	REVENIDAS A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA		448.459.664,53
1.2.1.10.05	-5	LETRAS DO TESOIRO NACIONAL - REV A LIQ - POS BAN		448.459.664,53
1.2.1.10.05.01	-3	LTN-REV A LIQUIDAR POS BCD	448.655.578,18	
1.2.1.10.05.11	-0	LTN-RENDAS A APROPRIAR/-/	-195.913,65	
1.3	-9	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		47.324.892,20
1.3.1	-7	LIVRES		47.324.892,20
1.3.1.10	-0	TITULOS DE RENDA FIXA		47.324.892,20
1.3.1.10.25	-3	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO		47.324.892,20
1.3.1.10.25.01	-1	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO	47.324.892,20	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		908.547.484,28
1.6.4	-3	FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS		1.002.147.238,67
1.6.4.30	-4	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		1.002.147.238,67
1.6.4.30.10	-0	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		1.000.872.421,50
1.6.4.30.10.03	-4	FINANC IMOB RESIDENCIAL-ST PUBLICO	6.866.729,47	
1.6.4.30.10.08	-5	FINANC HAB COM DIVIDA NEGATIVA	0,49	
1.6.4.30.10.15	-8	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/NOVO PCS	300.319.620,72	
1.6.4.30.10.16	-6	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/PMCMV-FDS	713.428.086,56	
1.6.4.30.10.24	-7	TRANSFERENCIA P/PREJUIZO-FINANC.IMOBILIARIO/-/	-19.742.015,74	
1.6.4.30.12	-2	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-VALORES A RECEBER		1.014.260,22
1.6.4.30.12.03	-7	FINANC IMOB RESIDENCIAL ST PUBL - VLRS A RECEBER	-3.411,28	
1.6.4.30.12.15	-0	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC FDS-VLRS A RECEBER	4.210.370,16	
1.6.4.30.12.16	-9	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC PMCMV VLR A RECEBER	-249.196,05	
1.6.4.30.12.24	-0	TRANSFERENCIA P/PREJUIZO-VLR A RECEBER FDS/-/	-2.943.502,61	
1.6.4.30.14	-5	FINANC HABITACIONAIS-PGTO RECPTO CONDICIONAIS/-/		-884,45
1.6.4.30.14.02	-1	FINANC IMOB ST PUBL - RESID/REC CONDICIONAIS	-884,45	
1.6.4.30.16	-8	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-RDA A INCORPORAR		261.441,40
1.6.4.30.16.03	-2	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/RDAS A INCORP	193.148,43	
1.6.4.30.16.04	-0	FINANC HABIT - VALORES A RECEBER - RDA A INCORP	37,83	
1.6.4.30.16.05	-9	FINANC HABIT -PAG/REC CONDIC-RDA A INCORPORAR(-)	-9,24	
1.6.4.30.16.16	-4	FIN IMOB ST PUBL-RESID REC.FDS-PMCMV/RDAS INCORP	68.264,38	
1.6.9	-4	PROVISAO PARA OPERACOES DE CREDITO (-)		-93.599.754,39
1.6.9.50	-2	PROVISAO PARA FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS (-)		-93.599.754,39
1.6.9.50.10	-8	PROV PARA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS/-/		-93.599.754,39
1.6.9.50.10.03	-2	PROVISAO P/ CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA	-93.599.754,39	
1.8	-5	OUTROS CREDITOS		3.724.985,71

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

24/02/2015 PZ.ARQ: 30A
14:30:37
ENTIDADE : FDS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL ATIVO

PAG. 2
FDS631SA - #10
REF: 2014

CODIGO	DV	NOME		
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER		3.724.985,71
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		3.724.985,71
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		3.724.985,71
1.8.3.30.10.01-4		RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	3.298.113,60	
1.8.3.30.10.16-2		RENDIMENTOS A RECEBER S/RECURSOS PMCMV	426.872,11	
1.9	-2	OUTROS VALORES E BENS		9.007.006,30
1.9.9	-6	DESPESAS ANTECIPADAS		9.007.006,30
1.9.9.10	-0	DESPESAS ANTECIPADAS		9.007.006,30
1.9.9.10.21	-7	DESPESAS ANTECIPADAS - FDS		9.007.006,30
1.9.9.10.21.01-5		DESPESAS ANTECIPADAS C/NOVO PCS-TXADMINISTRACAO	9.007.006,30	
3	-0	COMPENSACAO		1.241.701.244,62
3.0	-0	COMPENSACAO		960.244.549,39
3.0.3	-4	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		47.324.892,20
3.0.3.30	-5	TITULOS PARA NEGOCIACAO		47.324.892,20
3.0.3.30.60	-8	TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA		47.324.892,20
3.0.3.30.60.01-6		TITULOS EMITIDOS POR INST FIN-RENDA FIXA	47.324.892,20	
3.0.8	-5	CONTRATOS		890.234.138,84
3.0.8.40	-0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		890.234.138,84
3.0.8.40.10	-5	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		890.234.138,84
3.0.8.40.10.01-3		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	49.338.056,82	
3.0.8.40.10.03-0		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR- PMCMV	840.896.082,02	
3.0.9	-3	CONTROLE		22.685.518,35
3.0.9.60	-5	CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUIZO		22.685.518,35
3.0.9.60.16	-9	CR BAIXADOS COMO PREJ-ST PRIV-ENTRE 13 E 48 MESE		22.127.912,12
3.0.9.60.16.23-8		CR BX PREJ-ST PRIV-ENTRE 13 E 48 MESES - PMCMV	22.127.912,12	
3.0.9.60.17	-5	CR BAIXADOS COMO PREJUIZO-ST PRIV-MAIS 49 MESES		557.606,23
3.0.9.60.17.23-4		CR BX PREJ-ST PRIV-MAIS DE 49 MESES-PARC/MCMV	557.606,23	
3.1	-7	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		281.456.695,23
3.1.2	-3	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A		232.356.277,72
3.1.2.10	-7	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A		232.356.277,72
3.1.2.10.18	-3	OPERACOES DE CREDITO-ENTIDADES SOCIAIS		232.356.277,72
3.1.2.10.18.01-1		OPERACOES DE CREDITO-NIVEL A	232.356.277,72	
3.1.3	-1	OPERACOES DE CREDITO --NIVEL B		7.657.209,08
3.1.3.10	-5	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL B		7.657.209,08
3.1.3.10.18	-1	OPERACOES DE CREDITO -FUNDOS - NORMAL -NIVEL B		155.895,57
3.1.3.10.18.01-0		OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL B	155.895,57	
3.1.3.10.28	-7	OPERACOES DE CREDITO-FUNDOS-VENCIDAS-NIVEL B		7.501.313,51
3.1.3.10.28.01-5		OPERACOES DE CREDITO-VENCIDAS-NIVEL B	7.501.313,51	
3.1.4	-0	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL C		9.178.744,61
3.1.4.10	-3	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL C		9.178.744,61
3.1.4.10.18	-0	OPERACOES DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL - NIVEL C		185.115,01
3.1.4.10.18.01-8		OPERACOES DE CREDITO - NORMAL- NIVEL C	185.115,01	
3.1.4.10.28	-5	OPERACOES DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA NIVEL C		8.993.629,60
3.1.4.10.28.01-3		OPERACOES DE CREDITO - VENCIDA NIVEL C	8.993.629,60	
3.1.5	-8	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL D		5.642.806,66
3.1.5.10	-1	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL D		5.642.806,66
3.1.5.10.18	-8	OPERACOES DE CREDITO FUNDOS - NORMAL - NIVEL D		124.327,88
3.1.5.10.18.01-6		OPERACOES DE CREDITO NORMAL - NIVEL D	124.327,88	

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

24/02/2015 PZ.ARQ: 30A
14:30:37
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C O P A T R I M O N I A L A T I V O

PAG. 3
FDS631SA - #10
REF: 2014

CODIGO	DV	NOME		
3.1.5.10.28	-3	OPERACAO DE CREDITO-FUNDOS-VENCIDA-NIVEL D		5.518.478,78
3.1.5.10.28.01-1		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA-NIVEL D	5.518.478,78	
3.1.6	-6	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL E		4.242.977,53
3.1.6.10	-0	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL E		4.242.977,53
3.1.6.10.18	-6	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL -NIVEL E		95.944,67
3.1.6.10.18.01-4		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL -NIVEL E	95.944,67	
3.1.6.10.28	-1	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL E		4.147.032,86
3.1.6.10.28.01-0		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA-NIVEL E	4.147.032,86	
3.1.7	-4	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL F		4.501.174,98
3.1.7.10	-8	OPERACOES DE CREDITO -NORMAL- NIVEL F		4.501.174,98
3.1.7.10.18	-4	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL - NIVEL F		194.389,82
3.1.7.10.18.01-2		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL - NIVEL F	194.389,82	
3.1.7.10.28	-0	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL F		4.306.785,16
3.1.7.10.28.01-8		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA- NIVEL F	4.306.785,16	
3.1.8	-2	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL G		2.408.788,28
3.1.8.10	-6	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL G		2.408.788,28
3.1.8.10.18	-2	OPERACAO DE CREDITO -FUNDOS - NORMAL - NIVEL G		86.108,45
3.1.8.10.18.01-0		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL- NIVEL G	86.108,45	
3.1.8.10.28	-8	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL G		2.322.679,83
3.1.8.10.28.01-6		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA - NIVEL G	2.322.679,83	
3.1.9	-0	OPERACOES DE RISCO - NIVEL H		15.468.716,37
3.1.9.10	-4	OPERACOES DE RISCO - NORMAL - NIVEL H		15.468.716,37
3.1.9.10.18	-0	OPERACAO DE CREDITO FUNDOS - NIVEL H - NORMAL		1.032.121,56
3.1.9.10.18.01-9		OPERACAO DE CREDITO - NIVEL H - NORMAL	1.032.121,56	
3.1.9.10.28	-6	OPERACAO DE CREDITO FUNDOS - NIVEL H - VENCIDA		14.436.594,81
3.1.9.10.28.01-4		OPERACAO DE CREDITO - NIVEL H - VENCIDA	14.436.594,81	
		TOTAL ATIVO:		3.038.974.176,42

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		657.879.004,56
4.1	-3	DEPOSITOS		0,49
4.1.1	-1	DEPOSITOS A VISTA		0,49
4.1.1.90	-4	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FIN		0,49
4.1.1.90.10	-0	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FINANÇ		0,49
4.1.1.90.10.30-1		SALDOS CREDORES HABITACAO, SAN E DESENV URBANO	0,49	
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		657.879.004,07
4.9.9	-5	DIVERSAS		657.879.004,07
4.9.9.82	-3	PASSIVOS ATUARIAIS		542.045,66
4.9.9.82.90	-2	OUTROS PASSIVOS ATUARIAIS		542.045,66
4.9.9.82.90.10-0		PROV DESP MIP/DFI OCORRIDOS E NAO AVISADOS	542.045,66	
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		657.336.958,41
4.9.9.92.38	-4	DOTACAO UNIAO - PMCMV		646.017.333,26
4.9.9.92.38.01-2		DOTACAO UNIAO - PMCMV	646.017.333,26	
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS-OUTROS		2.293.605,02
4.9.9.92.91.56-8		TAXA DE ADMINISTRACAO A PAGAR	2.293.605,02	
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS-PAIS CONT		9.026.020,13
4.9.9.92.92.08-4		INDENIZACAO DE SINISTRO DFI/FDS	40.551,71	
4.9.9.92.92.36-0		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR AG. FINANCEIRO - PMCMV	8.985.468,42	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		1.139.393.927,24
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		1.139.393.927,24
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		1.139.393.927,24
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		1.139.393.927,24
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		1.139.393.927,24
6.1.1.10.10.21-6		PESSOAS JURIDICAS	4.922.694,26	
6.1.1.10.10.30-5		CAPITAL SOCIAL	147.608.009,62	
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	986.863.223,36	
9	-8	COMPENSACAO		1.241.701.244,62
9.0	-8	COMPENSACAO		960.244.549,39
9.0.3	-2	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		47.324.892,20
9.0.3.20	-0	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		47.324.892,20
9.0.3.20.10	-5	TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA		47.324.892,20
9.0.3.20.10.01-3		TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS P/CATEGORIA	47.324.892,20	
9.0.8	-3	CONTRATOS		890.234.138,84
9.0.8.40	-8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		890.234.138,84
9.0.8.40.10	-3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		890.234.138,84
9.0.8.40.10.01-1		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	49.338.056,82	
9.0.8.40.10.03-8		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR - PMCMV	840.896.082,02	
9.0.9	-1	CONTROLE		22.685.518,35
9.0.9.60	-3	BAIXA DE CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA		22.685.518,35
9.0.9.60.15	-0	BAIXA DE CR LIQ DUVIDOSA-ENTRE 13 E 48 MESES		22.127.912,12
9.0.9.60.15.23-0		BAIXA DE CR LIQ DUVID ENTRE 13 E 48 MESES-PMCMV	22.127.912,12	
9.0.9.60.20	-4	CR BAIXADOS HA MAIS DE 48 MESES		557.606,23
9.0.9.60.20.23-3		CR BX PREJ-ST PRIV-HA MAIS DE 48 M-PARC/PMCMV	557.606,23	
9.1	-5	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		281.456.695,23
9.1.1	-3	OPERACOES DE CREDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL		281.456.695,23
9.1.1.10	-7	CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS		281.456.695,23
9.1.1.10.11	-9	CART DE CREDITOS CLASSIF - OUTRAS ENTIDADES		281.456.695,23
9.1.1.10.11.06-8		OPERACOES DE CREDITO - ENTIDADES	281.456.695,23	
			TOTAL PASSIVO:	3.038.974.176,42

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

24/02/2015 PZ.ARQ: 30A
14:30:37
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C O P A T R I M O N I A L P A S S I V O

PAG. 5
FDS631SA - #10
REF: 2014

TOTAL ATIVO: 3.038.974.176,42 TOTAL PASSIVO: 3.038.974.176,42

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
PRESIDENTE

ALEXSANDRA CAMELO BRAGA
VICE-PRESIDENTE - INTERINO
PORTARIA Nº 499/2014, DE 23/04/2014

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
VICE-PRESIDENTE

FÁBIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

FÁBIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

MÁRCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

TEOTÔNIO COSTA REZENDE
VICE-PRESIDENTE - INTERINO
PORTARIA Nº072/2015, DE 12/01/2015

ROBERTO DERZIÊ DE SANTANNA
VICE-PRESIDENTE

SÉRGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE
DE TERCEIROS CRC/DF 11025/0

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0-E

24/02/2015 PZ.ARQ: 30A
14:17:58
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - RECEITAS

PAG. 1
FDS632SA - #10
REF: 2014

CODIGO	DV	NOME		
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		140.197.774,64
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		140.197.774,64
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		2.025.041,39
7.1.1.15	-7	RENDAS DE FINANCIAMENTOS		2.025.041,39
7.1.1.15.10	-2	RENDAS DE ATUAL MONETARIA-FINANCIAMENTOS		1.991.975,06
7.1.1.15.10.03-7		RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA-FINANC AO S PUBLICO	1.991.975,06	
7.1.1.15.20	-8	RENDAS DE JUROS S/FINANCIAMENTOS		33.066,33
7.1.1.15.20.03-2		RENDAS DE JUROS S/FINANC AO SETOR PUBLICO	33.066,33	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		82.789.079,67
7.1.4.10	-9	RENDAS DE APLIC EM OPER COMPROMISSADAS		44.255.267,37
7.1.4.10.10	-4	POSICAO BANCADA		44.255.267,37
7.1.4.10.10.10-1		RENDAS APLIC EM OP COMPROM-POS BANCADA	44.255.267,37	
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		38.533.812,30
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		38.533.812,30
7.1.4.20.10.03-2		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS NA CAIXA	34.357.084,93	
7.1.4.20.10.12-1		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS PMCMV	4.176.727,37	
7.1.5	-3	RDAS C/TIT VAL MOBIL E INSTRUM DERIVAT		4.616.461,39
7.1.5.10	-7	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		4.616.461,39
7.1.5.10.10	-2	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA		4.616.461,39
7.1.5.10.10.10-0		RENDAS DE TIT DE RDA FIXA-ENT SOC.ADMIN	4.616.461,39	
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		50.767.192,19
7.1.9.90	-9	REVERSAO DE PROVISOES OPERACIONAIS		399.608,00
7.1.9.90.90	-8	REVER PROV PERDAS SOCIED COLIGADAS E CONTROLADAS		399.608,00
7.1.9.90.90.02-4		REVERSAO DE PROVISOES	399.608,00	
7.1.9.99	-0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		50.367.584,19
7.1.9.99.10	-5	OUTRAS RDAS OP-FDOS E PROGRAMAS SOCIAIS		3.917.313,92
7.1.9.99.10.41-2		RECEITAS EVENTUAIS	3.687.878,70	
7.1.9.99.10.84-6		JUROS DE MORA	229.435,22	
7.1.9.99.90	-9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS - DIVERSOS		46.450.270,27
7.1.9.99.90.65-3		RECEITA COM SUBVENCAO - PMCMV	46.450.270,27	
T O T A L R E C E I T A S				140.197.774,64

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

CODIGO	DV	NOME		
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS		111.848.231,53
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS		111.848.231,53
8.1.7	-6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		443.294,75
8.1.7.99	-0	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		443.294,75
8.1.7.99.10	-5	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		443.294,75
8.1.7.99.10.17-0		EMOLUMENTOS JUDICIAIS E CARTORARIOS	443.294,75	
8.1.8	-4	APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS		31.528.118,38
8.1.8.30	-5	DESPESAS DE PROVISOES OPERACIONAIS		31.528.118,38
8.1.8.30.60	-8	PROVISOES PARA OUTROS CREDITOS		31.528.118,38
8.1.8.30.60.24-5		DESPESA PROV.P/CRED.LIQUID. DUVIDOSA-ENTIDADES	31.528.118,38	
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		79.876.818,40
8.1.9.59	-1	DESPESAS C/OBRIGACOES FUNDOS E PROGRAMAS		542.045,66
8.1.9.59.20	-2	DESPESAS COM RESERVAS TECNICAS		542.045,66
8.1.9.59.20.03-7		DESP RESERVA TECNICA-MIP/DFI OCORRIDO NAO AVISAD	542.045,66	
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS		36.531.901,86
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS		36.531.901,86
8.1.9.94.10.01-7		TAXA DE ADMINISTRACAO	26.241.239,69	
8.1.9.94.10.20-3		TAXA DE ADMINISTRACAO FDS AGENTE FINANCEIRO	953.986,75	
8.1.9.94.10.29-7		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV-AGENTE FINANCEIRO	9.336.675,42	
8.1.9.99	-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		42.802.870,88
8.1.9.99.99	-2	OUTRAS DESP OPERACIONAIS-OUTRAS ENTIDADES		42.802.870,88
8.1.9.99.99.07-0		DESPESAS COM SEGURO MIP - NPCS	323.273,73	
8.1.9.99.99.10-0		DESCONTO CONCEDIDO S/PRESTACOES	705.019,63	
8.1.9.99.99.14-2		DESPESAS DE SEGURO DFI/PCS/PMCMV	361.634,44	
8.1.9.99.99.15-0		DESPESAS COM SEGURO MIP - PMCMV	359.803,54	
8.1.9.99.99.85-1		DESPESA COM SUBSIDIO - PMCMV	41.053.139,54	
			T O T A L D E S P E S A S	111.848.231,53

D E M O N S T R A T I V O D O R E S U L T A D O	
T O T A L R E C E I T A S	140.197.774,64
T O T A L D E S P E S A S	111.848.231,53
L U C R O / P R E J U I Z O	28.349.543,11

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

24/02/2015 PZ.ARQ: 30A
14:17:58
ENTIDADE : FDS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

PAG. 3
FDS632SA - #10
REF: 2014

CODIGO DV NOME

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
PRESIDENTE

ALEXSANDRA CAMELO BRAGA
VICE-PRESIDENTE - INTERINO
PORTARIA Nº 499/2014, DE 23/04/2014

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
VICE-PRESIDENTE

FÁBIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

FÁBIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

MÁRCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

TEOTÔNIO COSTA REZENDE
VICE-PRESIDENTE - INTERINO
PORTARIA Nº072/2015, DE 12/01/2015

ROBERTO DERZIÊ DE SANTANNA
VICE-PRESIDENTE

SÉRGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE
DE TERCEIROS CRC/DF 11025/0

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0*E

Fundo de Desenvolvimento Social - FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aplicações/especificações	Valor	% sobre o total do ativo
Ativo		
Depósitos bancários (Nota 3)	380.209	21,16
Depósitos remunerados CAIXA	380.209	21,16
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	448.460	24,95
Títulos federais - Letras do Tesouro Nacional (LTN)	448.460	24,95
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	47.325	2,63
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	47.325	2,63
Operações de crédito (Nota 6)	908.547	50,55
Financiamentos habitacionais	1.002.147	55,76
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (-)	(93.600)	(5,21)
Outros créditos (Nota 7)	3.725	0,21
Outros valores e bens (Nota 8)	9.007	0,50
Total do ativo	1.797.273	100,00
Passivo e patrimônio líquido		
Dotação União – PMCMV (Nota 9)	646.017	35,94
Outras obrigações (Nota 10)	11.862	0,66
Patrimônio líquido (Nota 11)	1.139.394	63,40
Representado por 13.537.409.216,94		
Cotas a R\$ 0,0649202 cada uma	878.851	48,90
Programa Crédito Solidário	260.543	14,50
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.797.273	100,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Desenvolvimento Social - FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Demonstração da evolução do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Patrimônio líquido no início do exercício		
2013 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0664219 cada uma		899.180
2014 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0648162 cada uma	877.443	
Programa Crédito Solidário	<u>233.602</u>	<u>255.962</u>
	1.111.045	1.155.142
Resultado do exercício		
Receitas		
Rendas de operações de crédito	2.025	486
Rendas de aplicações em oper. compromissadas	44.255	31.028
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	38.533	29.993
Rendas com títulos e valores mobiliários	4.616	3.674
Receitas com subvenção (Nota 9)	46.450	41.827
Outras receitas operacionais (Nota 14)	4.318	805
	<u>140.197</u>	<u>107.813</u>
Despesas		
Despesas administrativas – Comissões e tarifas (Nota 12)	(36.532)	(34.453)
Despesas com subsídios – PMCMV (Nota 9)	(41.053)	(30.683)
Despesas provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(31.528)	(84.935)
Outras despesas operacionais (Nota 15)	(2.735)	(1.839)
	<u>(111.848)</u>	<u>(151.910)</u>
Resultado do exercício	<u>28.349</u>	<u>(44.097)</u>
Patrimônio líquido final		
2013 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0648162 cada uma		877.443
2014 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0649202 cada uma	878.851	
Programa Crédito Solidário	<u>260.543</u>	<u>233.602</u>
Patrimônio líquido total	<u><u>1.139.394</u></u>	<u><u>1.111.045</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (“FDS” ou “Entidade”), gerido pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, foi constituído pelo Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991, e iniciou suas operações em 2 de maio de 1991.

O FDS tem como objetivo buscar a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio de financiamentos de projetos de investimento de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.

Os recursos do FDS provinham da emissão de cotas adquiridas pelos extintos Fundos de Aplicação Financeira-FAF e, atualmente, provêm substancialmente dos recursos advindos da União com a instituição do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV – E e do resultado de suas próprias aplicações.

A metodologia de aquisição de quotas pelo FDS prevista nas Resoluções do Conselho Curador do FDS - CCFDS nºs 71/96, 75/97 e 90/03, foi alterada pela Resolução nº 118/2007, de 13 de dezembro de 2007, que revogou todas as disposições nelas contidas.

A Resolução nº118/2007 autoriza a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do FDS, a efetuar a aquisição pelo Fundo das cotas FDS registradas na Central de Custódia e Liquidação - CETIP detidas pelas instituições financeiras, convertidas ao preço unitário da cota do dia de extinção do FAF - Fundo de Aplicação Financeira de origem das cotas.

Haverá dedução do valor correspondente à provisão realizada no FAF pela instituição financeira ou do valor equivalente ao deságio verificado na aquisição das cotas pela instituição financeira, dos dois o maior. Além disto, deduzir-se-á também o valor correspondente aos resgates parciais efetuados pela IF junto ao FDS.

O FDS aplica seus recursos no Programa de Crédito Solidário – PCS, Novo Programa de Crédito Solidário - NPCS e ao PMCMV-E – Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, para a realização de investimentos e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários (unidades habitacionais).

A Caixa Econômica Federal (“CAIXA”) atua como agente operador dos recursos do FDS e tem por competência, dentre outras, praticar todos os atos necessários à operação do FDS, de acordo com as diretrizes dos programas e normas estabelecidas.

(a) Programa de Crédito Solidário – PCS

O Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, por meio da Resolução nº 93, de 28 de abril de 2004, cria o Programa Crédito Solidário com o objetivo de atender as necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, organizadas em cooperativas ou associações com fins habitacionais.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a alteração do item 1 da Resolução CCFDS nº 93, pela Resolução nº 102, de 24 de novembro de 2005, do CCFDS, o Programa Crédito Solidário passa a ser voltado ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda, organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando a produção e aquisição de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.

De acordo com a Resolução nº 111, de 11 de janeiro de 2007, o prazo de carência previsto para execução das obras está limitado a 12 (doze) meses, contados da data de contratação do financiamento, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, a critério do Agente Operador e o prazo de operação até 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses, constituído por prazo de amortização limitado a 240 (duzentos e quarenta) meses mais prazo de carência.

Conforme a Resolução nº 117, de 01 de fevereiro de 2007, o Agente Financeiro, mediante aprovação do Agente Operador, fica autorizado a repactuar os contratos assinados e não concluídos até 10 de janeiro de 2007, alterando os prazos de carência, de amortização e de operação, respeitados os limites estabelecidos na presente Resolução.

O Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, considerando a necessidade de revisão e atualização do Programa Crédito Solidário, confere nova disciplina ao Programa Crédito Solidário – PCS, por meio da Resolução nº 121, de 09 de janeiro de 2008, voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, com renda de 3 a 5 salários mínimos, organizadas em cooperativas ou associações e demais entidades da sociedade civil, a partir das experiências de implantação e operacionalização vivenciadas pelo Agente Gestor das aplicações, Agente Operador e Agente Financeiro do Programa, caracterizando o novo Programa de Crédito Solidário - NPCS.

As principais características do PCS são as seguintes:

- Valor de financiamento unitário: até R\$ 12.000,00, podendo ser acrescido em até 150% para o Distrito Federal e para os municípios integrantes das regiões metropolitanas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Belo Horizonte; em até 100% para os municípios integrantes das demais regiões metropolitanas, e em até 50% nos municípios com população superior a 50 mil habitantes e valor máximo de avaliação do imóvel de R\$ 72.000,00;
- Dispensada a cobrança de juros ao agente financeiro e ao beneficiário final;
- Sistema e forma de amortização: tabela Price, em parcelas mensais;
- Prazo de amortização: até 240 meses para o beneficiário final;
- Desembolsos: os recursos podem ser liberados em parcela única ou mensalmente, de acordo com o cronograma físico-financeiro;
- Remunerações do agente financeiro: taxa de administração, por operação de crédito realizada, no valor máximo de R\$ 25,00, paga antecipadamente, em espécie, ao valor presente calculado à taxa de desconto de 12% ao ano no prazo contratado e taxa de equilíbrio, por operação de crédito, realizada à vista, em percentual de até 4% ao ano;
- Remuneração do agente operador: taxa de risco de crédito, paga à vista, em espécie, em percentual diferenciado por tomador, levando-se em conta a classificação da operação e o nível de risco em percentual variável limitado à taxa de risco de 0,8% aplicado sobre o saldo devedor da operação;
- Segregação de recursos destinados à cobertura de risco de crédito do Agente Financeiro.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O PCS teve como capital inicial o montante de R\$ 120.885, integralizado em abril de 2005.

Em setembro de 2007, foi assinado contrato de abertura de crédito entre o agente operador do FDS e o agente financeiro do PCS, ambos representados pela CAIXA, no valor de R\$ 150.000.

Em 24 de julho de 2012, a Resolução do CCFDS nº 189 autorizou o Agente Operador do FDS a receber a cessão dos créditos relativos aos contratos de financiamento aos beneficiários finais, firmados nas condições previstas na Resolução do CCFDS nº 121, de 09 de outubro de 2008, com previsão de renegociação, constituindo-se, a partir da data da renegociação, em operação de repasse.

(b) Novo Programa de Crédito Solidário - NPCS

A Resolução CCFDS nº 121, de 9 de janeiro de 2008, confere nova disciplina ao Programa Crédito Solidário, criado pela Resolução nº93, de 28 de abril de 2004, do Conselho Curador do FDS, voltado ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e aquisição de novas habitações, à conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.

A Instrução Normativa – IN nº14, de 25 de março de 2008, do Ministério das Cidades, regulamentou as alterações dispostas na Resolução CCFDS nº121/08.

A Resolução CCFDS nº 125, de 25 de março de 2008, altera a Resolução nº121, de 09 de janeiro de 2008, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, que confere novas regras ao processo de seleção e contratação de projetos no âmbito do Programa Crédito Solidário.

A Resolução CCFDS nº 144, de 26 de novembro de 2009, incluiu a prerrogativa de cobertura de danos físicos no imóvel para as operações contratadas nas condições da Resolução CCFDS nº 121, de 24 de março de 2008.

Os contratos firmados neste programa podem ser renegociados conforme disposto na Resolução CCFDS nº 137, de 9 de abril de 2009, alterada pela Resolução CCFDS nº 164, de 14 de julho de 2010, em seu art. 14 com relação às renegociações dos imóveis.

A Resolução CCFDS nº 156, de 8 de abril de 2010, altera a Resolução CCFDS nº121/08 no que se refere à transferência dos recursos alocados na Carteira Subsídios do FDS para a conta específica do FDS e a Resolução CCFDS, nº 158, de 8 de abril de 2010, no que se refere a estabelecer critérios para o FDS assumir as despesas com recuperação de imóveis.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Instrução Normativa nº39, de 19 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades revoga a Instrução Normativa nº14, de 25 de março de 2008, no que se refere ao valor correspondente ao custo de manutenção da integridade e segurança do empreendimento durante a fase de produção, no caso de obras paralisadas, não concluídas e passíveis de ocupação, invasão e/ou depredação e a competência à Secretaria Nacional de Habitação - SNH da autorização de pagamento do custo com segurança, mediante as justificativas dos Agentes Financeiro e Operador, acompanhadas dos pareceres e do plano de ação que viabilize a conclusão do empreendimento, observada a disponibilidade orçamentária prevista para o Programa, que regulamenta o Programa Crédito Solidário – PCS.

As principais características no Novo Programa Crédito Solidário – NPCS são as seguintes:

- . Fontes de recursos financeiros (recursos do FDS, recursos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e outros que venham a ser destinados ao Programa) e não financeiros (bens e serviços que agreguem valor ao investimento, mensuráveis financeiramente, oriundos de Estados, Distrito Federal e Municípios);
- . Criação de subconta específica no balanço do FDS – Conta Equalizadora na disponibilidade do Fundo, constituída com aporte do FDS dos seguintes valores:
 - recurso oneroso - constituído do percentual de 20% (vinte por cento) do valor de financiamento concedido ao beneficiário final;
 - recurso da Carteira Subsídios do FDS - em percentual variável em função do prazo de amortização e carência, no percentual máximo de 50% do valor de financiamento, e
 - retorno do financiamento pago pelo beneficiário final.
- . Os recursos destinados à constituição da Conta Equalizadora do FDS serão depositados pelo agente operador, no ato da contratação do financiamento com o beneficiário final, e deverão, a partir de então, ser remunerados à taxa de mercado;
- . A utilização dos recursos onerosos do FDS será limitada à capacidade de assunção pelo Fundo, do aporte à Conta Equalizadora do FDS e do pagamento da taxa de administração ao agente financeiro, com os recursos constantes da Carteira Subsídios;
- . Prazo de carência: o previsto para execução das obras, limitado a, no mínimo, 6 (seis) meses e no máximo de 24 (vinte e quatro) meses;
- . Prazo de amortização: 240 (duzentos e quarenta) meses: o previsto para execução das obras, limitado a no mínimo 6 (seis);
- . Sistema e forma de amortização: Tabela Price, em parcelas mensais;
- . Dispensada a cobrança de juros ao agente financeiro e ao beneficiário final;
- . Desembolsos: os recursos podem ser liberados em parcela única ou mensalmente, de acordo com o cronograma físico-financeiro;
- . Remunerações do agente financeiro: taxa de administração, será paga à vista e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal máximo de R\$ 22,06 (vinte e dois reais e seis centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontado à taxa nominal de 12% ao ano até o início do prazo de carência.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O fluxo financeiro destas operações ocorre mediante a liberação de recursos transferidos da conta de subsídios (registrada em depósitos bancários), para as operações de crédito e, conseqüentemente, constituído passivo para refletir a obrigação do FDS para o NPCPS, uma vez que a garantia do pagamento das prestações destas operações é efetuada pela conta equalizadora (registrada em depósitos bancários).

(c) Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades - PMCMV-E

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, autoriza a União a transferir recursos ao FDS até o limite de R\$ 500.000, tendo sido transferido até este exercício o montante de R\$ 466.500.

A Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, dispõe sobre os parâmetros de priorização e condições e procedimentos do processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, sendo revogada a Portaria 610, de 26 de dezembro de 2011, do Ministério das Cidades.

A Lei nº 12.249, de 11 de julho de 2010, ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida, alterando o art. 6º da Lei 11.977, que facilita a aquisição, produção e requalificação do imóvel residencial.

A Portaria Interministerial nº 237, de 5 de maio de 2014, do Ministério das Cidades, no seu art.4º dispõe sobre a redução da prestação do beneficiário, que assumirá responsabilidade contratual pelo pagamento de cento e vinte prestações mensais, correspondentes a cinco por cento da renda bruta familiar mensal com valor mínimo fixado em vinte e cinco reais.

A Resolução CCFDS nº 200, de 5 de agosto de 2014, aprovou o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV –E para aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS definidos no art. 2º, inciso II, da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e no art. 2º, inciso II, do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, sendo revogada a Resolução CCFDS nº.194, de 12 de dezembro de 2012.

A Instrução Normativa nº.39, de 19 de dezembro de 2014, do MCidades regulamenta o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV – E.

O PMCMV – Entidades tem por objetivo tornar acessível a moradia para famílias com renda mensal bruta até R\$ 1.600,00, organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos.

Os recursos da União destinados aos financiamentos e descontos concedidos aos beneficiários e à remuneração do Agente Financeiro, serão segregados pelo Agente Operador, em Conta Específica do FDS, denominada Conta Recursos do Orçamento Geral da União - OGU, e serão remunerados pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para garantir o pagamento das despesas de recuperação de danos físicos nos imóveis, a cada financiamento com o beneficiário final será segregado em conta específica do FDS, remunerada à taxa SELIC, na data da contratação, o valor correspondente à aplicação do fator de 0,0001 sobre o valor da operação no prazo de 120 (cento e vinte) meses.

Caso os recursos segregados para assunção das despesas de recuperação de danos físicos não sejam suficientes, serão utilizados os recursos da Conta Subsídios do FDS.

O pagamento de 5% (cinco por cento) do total pago pelo grupo de beneficiários serão suportados pelos recursos creditados na conta específica de retorno de recursos da União.

Para garantir o pagamento das despesas de custas e emolumentos, a cada financiamento com o beneficiário final será segregado em conta específica do FDS, remunerada à taxa SELIC, na data da contratação, o valor correspondente à aplicação do fator de 0,02 sobre o valor da operação.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CAIXA em 26 março de 2015.

2 Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis para registrar os atos e fatos contábeis relativos ao FDS, as quais estão apresentadas a seguir:

(a) Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia*.

O resultado (lucro) obtido pelo FDS está isento de tributação, com base na legislação vigente, em razão da natureza de suas atividades.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como Caixa e equivalentes de caixa são representados por Depósitos Bancários em moeda nacional e são apresentados pelo seu valor de face. Caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual o inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

A Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, estabeleceu um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que são classificados de acordo com a intenção da Administração em duas categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Ativos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados diariamente ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Ativos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A Resolução do CCFDS nº 131, de 23 de julho de 2008, autorizou a CAIXA, na posição de agente operador do FDS, a adotar a marcação a mercado para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do FDS.

(e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Representam as operações de crédito junto à Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, Programa Crédito Solidário (PCS), Novo Programa Crédito Solidário (NPCS) e Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV– E).

As operações do Novo Programa Crédito Solidário – NPCS são classificadas em oito níveis de risco, sendo “A” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), tomando por base os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 26 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, em função dos atrasos nos pagamentos da parcela de principal ou de encargos, sendo que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao risco nível A, devendo ser observado o que segue:

- a) atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;
- b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;
- c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;
- d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;
- e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;
- f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G;
- g) atraso superior a 180 dias: risco nível H.

Conforme disposto, no artigo 4º, da Resolução CMN nº 2.682/99, a classificação das operações de crédito do NPCS deve ser revista, no mínimo, mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

E de acordo com o art. 7º, da Resolução CMN nº 2.682/99, a operação classificada como de risco nível H deve ser transferida para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, mentalmente, em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, aplicando os percentuais a seguir mencionados:

Rating	Percentual de Provisão
A	0,5
B	1,0
C	3,0
D	10,0
E	30,0
F	50,0
G	70,0
H	100,0

A provisão para crédito de liquidação duvidosa para o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, não adota os critérios da Resolução do CMN nº 2.682/99, e é constituída com base em índice de perda esperada, de 9,93%, considerado desde o ano de sua criação, totalizando uma série histórica de 62 meses, para a carteira do Programa, .

(f) Outros valores de bens

Representam as taxas de administração, pagas antecipadamente ao agente financeiro CAIXA, sobre o valor das contratações com recursos do NPCCS.

(g) Outros créditos

Correspondem à previsão de remuneração sobre as disponibilidades do Programa Crédito Solidário, Novo Programa Crédito Solidário e Programa Minha Casa Minha Vida, remuneradas pela SELIC e a serem incorporadas no primeiro dia útil do mês subsequente.

(h) Outras Obrigações

Demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias, ocorridas *pro rata dia*.

Com destaque para a Taxa de Administração a pagar ao Agente Operador do FDS, de acordo com a Resolução nº 191/12 que define no art. 1º o seguinte:

a) 2% a.a. sobre o total dos ativos até o montante de R\$ 1 bilhão, calculada sobre o ativo total do Fundo, com base nos saldos do balancete do mês anterior;

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) 1% a.a. sobre o total dos ativos a partir de R\$ 1 bilhão e até R\$ 3 bilhões, calculada sobre o ativo total do Fundo, com base nos saldos do balancete do mês anterior;

c) 0,5% a.a. sobre o total dos ativos a partir de R\$ 3 bilhões, calculada sobre o ativo total do Fundo, com base nos saldos do balancete do mês anterior.”

A Resolução CCFDS nº 186, de 29 de maio de 2012, alterou o disposto no item 12 da Resolução CCFDS nº 121, de 9 de janeiro de 2008, no que se refere à alteração no valor da taxa de administração paga ao Agente Financeiro, no Programa Crédito Solidário, que passou a vigorar com a seguinte redação: A taxa de administração do Agente financeiro será paga à vista, em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal de R\$ 22,06 (vinte e dois reais e seis centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontada à taxa nominal de 12%a.a (doze por cento ao ano).

(i) Subsídios do PMCMV

Corresponde à parcela resultante da diferença entre o valor pago pelo imóvel no âmbito do PMCMV, com recursos do FDS, e o valor presente do financiamento ao beneficiário final. Este subsídio é dado por ocasião do início da fase de retorno da operação de crédito junto ao beneficiário final, ocasião que haverá o reconhecimento em despesa.

A dotação da União para aplicação no PMCMV é reconhecida como um passivo até que o FDS cumpra a obrigação de financiar o imóvel ao beneficiário final, momento no qual é baixado contra resultado (receita), para contrapor o reconhecimento da despesa relativamente ao subsídio concedido. O resultado líquido das operações enquadradas no PMCMV advém dos financiamentos dos imóveis.

(j) Passivo atuarial

Registrado com base em relatório emitido por atuário contratado para elaborar a avaliação atuarial do FDS, em contrapartida às despesas de reservas técnicas, e avaliadas anualmente com a emissão de novo parecer de atuário.

A Provisão para sinistros ocorridos e não avisados - PEONA corresponde à diferença entre a projeção final do valor total de eventos ocorridos até a data-base de cálculo e o valor total de eventos ocorridos já avisados ao Fundo até a mesma data-base.

O cálculo é realizado com base no Método de Desenvolvimento dos Sinistros Incorridos. Este método parte do pressuposto de que os avisos referentes aos eventos ocorridos em um dado período se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrência anteriores. Ao utilizar este método, a informação histórica real de eventos incorridos por período de ocorrência é avaliada ao final de cada período.

(k) Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do

FDS.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Depósitos bancários

Estão representados pelos recursos depositados na CAIXA, referentes ao FDS, Programa Crédito Solidário e Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, os quais incorporam os rendimentos proporcionais auferidos, remunerados pela taxa SELIC.

Depósitos bancários	2014
Conta FDS	93.497
Conta Equalizadora	242.682
Conta Dotação União – PMCMV-E	44.030
	<u>380.209</u>

A remuneração desses depósitos está registrada na rubrica outros créditos no montante de R\$ 3.725 referentes ao mês de dezembro de 2014 (2013 – R\$ 2.691). No exercício de 2014, o valor dos rendimentos auferidos foi de R\$ 38.533 (2013 – R\$ 29.993).

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composição da carteira

	2014
Operações compromissadas	
Posição bancada	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	448.460
Nota do Tesouro Nacional - NTN	
	<u>448.460</u>

5 Títulos e valores mobiliários

Todos os títulos registrados nesse componente estão classificados, a partir do exercício de 2008, na categoria 1 – títulos para negociação, conforme Resolução do CCFDS nº 131/08, de 23 de julho de 2008.

Composição da carteira

	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
CDB – Certificado de Depósito Bancário – até 3 meses	2014 <u>47.325</u>	<u>47.325</u>

Os CDBs são de emissão da CAIXA, remunerados por 99% do CDI e são custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP).

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Operações de crédito

Correspondem à linha de crédito aberta à CAIXA e transferida à EMGEA (empresa controlada integralmente pela União) com base na MP 2.196/01, para repasse aos tomadores finais de financiamentos habitacionais, e estão sendo atualizadas de acordo com remuneração básica dos depósitos de poupança (Taxa Referencial – TR), acrescida de juros de 0,5% ao ano.

Correspondem, também, aos financiamentos concedidos ao Agente Financeiro CAIXA referente ao Programa Crédito Solidário (PCS) e Novo Programa Crédito Solidário (NPCS).

A partir de 2009 o FDS passou a ter financiamentos junto ao Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.

Os financiamentos habitacionais com o tomador EMGEA são reconhecidos pelos valores liberados com base na regulamentação vigente e atualizadas com base nas taxas de remuneração pactuadas, não sendo constituída provisão para créditos de realização duvidosa tendo em vista que o credor é instituição controlada integralmente pela União.

O risco de crédito com o mutuário final no PCS é do Agente Financeiro.

No NPCS e PMCMV o risco de crédito é do Fundo, sendo constituída a provisão para crédito de liquidação duvidosa a partir do exercício de 2013.

	<u>2014</u>
FDS – EMGEA	4.731
Programa Crédito Solidário (PCS) (i)	2.196
Novo Programa Crédito Solidário (NPCS) (i)	281.974
Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (PMCMV-E)	<u>713.246</u>
	<u><u>1.002.147</u></u>

(i) No exercício de 2012, a partir da Resolução do CCFDS nº 189/12, os contratos de empréstimos firmados entre o Agente Operador e o Agente Financeiro e enquadrados no PCS foram renegociados nas condições previstas nas Resoluções do CCFDS nº 121/08 e 189/12, de forma que o risco de crédito inerente a essas operações passou a ser do próprio Fundo em linha com o NPCS, amparado na Conta Equalizadora (vide Nota 3).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a provisão das operações de crédito do FDS referente ao NPCS, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, e ao PMCMV-E, conforme percentual de perda esperada.

Foi incorrida a despesa de R\$ 31.528 a título de despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa durante o exercício de 2014 (2013 – R\$ 84.935).

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício de 2014 foram baixados para prejuízo as operações de crédito do NPCS, as quais os contratos estavam em atraso há mais de 360 dias, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

(a) Novo Programa Crédito Solidário

Rating	2014	
	Carteira de crédito	Provisão
AA		
A	232.873	1.164
B	7.657	76
C	9.179	275
D	5.643	564
E	4.243	1.272
F	4.501	2.250
G	2.409	1.686
H	38.154	38.154
Total	<u>304.659</u>	<u>45.441</u>
Transferência Prejuízo	<u>(22.685)</u>	<u>(22.685)</u>
Total	<u>281.974</u>	<u>22.756</u>

(b) Programa Minha Casa Minha Vida- Entidades – registrado o valor de R\$ 70.844 (2013 – R\$ 43.167) a título de provisão para crédito de liquidação duvidosa com base em percentual de 9,93% para perda esperada, não sendo adotada a classificação por rating (conforme disposto na Resolução 2.682/99).

7 Outros Créditos

Representam a provisão de remuneração sobre as disponibilidades do Programa Crédito Solidário e Novo Programa Crédito Solidário da ordem de R\$ 3.298 (2013 – R\$ 2.506) e do Programa Minha Casa Minha Vida da ordem de R\$ 427 (2013 – R\$ 185) a serem incorporadas no primeiro dia útil do mês subsequente.

8 Outros Valores e Bens

Representam as taxas de administração, pagas antecipadamente ao agente financeiro CAIXA, sobre o valor das contratações com recursos do NPCS da ordem de R\$ 9.007 (2013 – R\$ 9.621)

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Dotação União - PMCMV

Representa a dotação recebida da União para aplicação no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV até que o Programa cumpra a obrigação de entregar o imóvel ao beneficiário final, momento no qual é baixado contra resultado (receita), para contrapor o reconhecimento da despesa referente ao subsídio concedido. Até o exercício de 2014, foi recebido da União o valor de R\$ 466.500 e foram entregues, no exercício de 2014, 17 empreendimentos cujo valor total liberado foi de R\$ 46.450, restando o saldo de R\$ 646.017.

Ano	Nº de Empreendimentos	Nº de U.H.	Valor Liberado	Valor Subsidiado
2014	17	1.200	46.450	41.053
Dotação União			2014	
Saldo Anterior			358.088	
Valores liberados			(46.450)	
Valores recebidos da União			334.379	
Saldo			<u>646.017</u>	

10 Outras Obrigações

Representam as taxas de administração a pagar à CAIXA como Agente Operador do FDS, no valor de R\$ 2.294 (2013 – R\$ 2.143), Agente Financeiro junto ao Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades em R\$ 8.986 (2013 – R\$ 6.493), as indenizações de DFI a pagar, no valor de R\$ 40 (2013 – R\$ 6) e a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA, no montante de R\$ 542 (Nota 16).

11 Patrimônio líquido

Os recursos do FDS provinham da emissão de cotas adquiridas pelos extintos Fundos de Aplicação Financeira-FAF. A proposta de aquisição permite às instituições financeiras detentoras de cotas FDS o resgate dessas cotas ao Fundo pela cotação da data de extinção do FAF do qual elas foram adquiridas. Nos exercícios findos em 2014 e 2013 não ocorreram resgates de cotas.

Ocorreu crescimento da ordem de R\$ 28.349 por motivo do lucro ocorrido no exercício de 2014.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Despesas administrativas – Comissões e tarifas

Comissões e tarifas	2014
FDS (a)	26.241
NPCS (b)	954
PMCMV – E (c)	<u>9.337</u>
Total	<u>36.532</u>

- (a) Neste exercício totalizaram R\$ 26.241 (2013 –R\$ 25.095) representando 2,76% (2013 – 2,71%) do patrimônio líquido médio do exercício, a título de taxa de administração junto ao Agente Operador do FDS.
- (b) Corresponde à taxa de administração devida ao Agente Financeiro CAIXA no montante de R\$ 954 (2013 – R\$ 614) para o Novo Programa de Crédito Solidário - NPCS.
- (c) Conforme estabelecido nas Resoluções nº 182 e nº 183, de 18 de agosto de 2011 e 10 de novembro de 2011, respectivamente, a taxa de administração dos agentes financeiros será paga antecipadamente e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal de R\$ 22,06 , apurada durante o prazo de carência e amortização, descontada a taxa de 12% a.a. No exercício de 2014, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 9.337 (2013 -R\$ 8.744).

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Distribuição do resultado

O resultado apurado é reinvestido, diariamente, sob a forma de aumento do valor unitário das cotas, permitindo a participação proporcional dos cotistas aos seus respectivos números de cotas.

	<u>2014</u>				
	Próprias	PMCMV-E	Sub-total	PCS	Total
Receitas					
Rendas de op. de crédito	87	434	521	1.504	2.025
Rendas de aplic. em op. compromissada	44.255		44.255		44.255
Rendas de aplic em depósitos interfinanceiros	7.266	4.177	11.443	27.090	38.533
Rendas com títulos e valores mobiliários	4.616		4.616		4.616
Reversão de despesas taxa de administração		106	106	294	400
Receita com subvenção		46.450	46.450		46.450
Outras receitas operacionais		31	31	3.887	3.918
Sub-total	<u>56.224</u>	<u>51.198</u>	<u>107.422</u>	<u>32.775</u>	<u>140.197</u>
Despesas					
Despesas administrativa.	(26.241)	(9.337)	(35.578)	(954)	(36.532)
Despesas com subsídios -PMCMV		(41.053)	(41.053)		(41.053)
Despesa prov crédito liquid. duvidosa		(27.676)	(27.676)	(3.852)	(31.528)
Desp.reserva técnica-MIP/DFI ocor.não avisado		(542)	(542)		(542)
Outras desp. operac.		(1.165)	(1.165)	(1.028)	(2.193)
Sub-total	<u>(26.241)</u>	<u>(79.773)</u>	<u>(106.014)</u>	<u>(5.834)</u>	<u>(111.848)</u>
Totais 2014	<u>29.983</u>	<u>(28.575)</u>	<u>1.408</u>	<u>26.941</u>	<u>28.349</u>
Totais 2013	<u>15.199</u>	<u>(36.936)</u>	<u>(21.737)</u>	<u>(22.360)</u>	

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Outras receitas operacionais

Representam as receitas oriundas da cessão de crédito relativas aos contratos de financiamentos junto aos beneficiários finais, firmados nas condições previstas nas Resoluções do CCFDS nº.121/08, de 09 de janeiro de 2008 e nº.189/12, de 24 de julho de 2012.

15 Outras despesas operacionais

Representam os descontos concedidos ao beneficiário final quando do pagamento em dia das prestações do NPCPS, bem como das despesas com MIP e DFI do NPCPS e PMCMV-E e a provisão de sinistros ocorridos e não avisados.

16 Passivos atuariais

O relatório final emitido em 29 de janeiro de 2015, elaborado pela empresa DelloitteTouche Tohmatsu, tem por objetivo apresentar os resultados obtidos na avaliação atuarial do FDS, considerando a data base 31 de dezembro de 2014. A base cadastral dos contratos está posicionada em 30 de novembro de 2014.

Além da avaliação atuarial do Fundo, foram realizadas análises descritivas sobre as bases de cadastro e eventos ocorridos, a fim de identificar o perfil dos participantes e de seus contratos, além de crítica nas bases cadastrais, com a finalidade de verificar a consistência dos dados.

O conjunto de premissas, hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos baseou-se em experiência de mercado e informações fornecidas pelo Fundo. Quando as informações do FDS apresentaram-se suficientes, a hipótese calculada baseou-se nesses dados. Para os demais casos, buscou-se verificar as hipóteses praticadas pelo mercado.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As hipóteses e premissas adotadas são as seguintes:

Hipóteses e premissas		
Tábua de mortalidade		BR-EMS
Tábua de entrada em invalidez		Álvaro Vindas
Taxa de Desconto		Curva SELIC
Retorno Financeiro		Curva SELIC
Inadimplência - PCS		17,81% a.a.
Inadimplência – PMCMV-E		4,51% a.a.
Severidade DFI – PCS		18,41% a.a.
Severidade DFI PMCMV-E	Obra Concluída	9,18% a.a.
	Obra em Andamento	2,68% a.a.
Frequência DFI – PCS		0,1% a.a.
Frequência DFI PMCMV-E	Obra Concluída	0,23% a.a.
	Obra em Andamento	1,16% a.a.
Severidade ações judiciais		51,63% a.a.
Frequência ações judiciais		0,01% a.a.
Despesa administrativa		9,74% a.m.
Atualização monetária		0,80% a.m.
Inflação		6,50% a.a.

Os resultados da avaliação atuarial compreendem a projeção dos fluxos de caixa para cada contrato inserido no Fundo. As projeções foram realizadas de acordo com a metodologia e as hipóteses definidas no Relatório Metodológico do FDS.

Os resultados apresentados representam as projeções dos fluxos de caixa para o Fundo como um todo, sem observar a segregação por programa.

Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a segregação dos resultados do Fundo entre programas foi utilizado um critério de segregação de dois fluxos, uma vez que não era possível determiná-los separadamente, sendo estes o fluxo de 'Retorno Financeiro' e a 'Remuneração do Agente Operador'. Para estes dois fluxos utilizou-se o critério de segregação, alinhado com a administração do Fundo, sendo este critério o de valor de financiamento dos imóveis. Neste critério, observou-se o valor total de financiamento coberto pelo Fundo para ambos os programas, verificando a proporção de cada no total do Fundo, conforme quadro a seguir:

	Valor	Proporção (%)
Programa de Crédito Solidário	430.456	22,81
Programa Minha Casa Minha Vida	1.456.734	77,19
Total	1.887.190	100,00

Os resultados da avaliação atuarial demonstram que o FDS apresenta déficit na data-base da avaliação atuarial. Os fluxos calculados consideram os riscos atuariais a que o Fundo está exposto, além do risco de crédito dos participantes que pagam as prestações ao FDS. A fim de evitar a insuficiência no PMCMV-E, o Fundo recebe aportes periódicos do Governo Federal, entretanto, como esses valores são determinados a cada ano através do Orçamento Geral da União, não foi capturado nesta avaliação o fluxo de entrada destes recursos. A projeção dos fluxos de perda com ações judiciais foi obtida considerando as hipóteses do FGHab – Fundo Garantidor da Habitação Popular, conforme descrito no relatório Metodológico do FDS.

A base de dados de eventos ocorridos utilizada para cálculo da PEONA é uma base histórica dos eventos ocorridos de morte e invalidez (MIP) e danos físicos no imóvel (DFI), com informações desde dezembro de 2007.

Como metodologia para o cálculo da PEONA considerou-se, a princípio, o uso da metodologia de triângulo de *run-off*, porém, mesmo o Fundo possuindo histórico desde de dezembro de 2007 foi identificado que não há um número elevado de ocorrências de eventos fazendo com que não haja confiança estatística suficiente para o uso da metodologia de desenvolvimento de sinistros incorridos.

Como alternativa, foi aplicada a metodologia definida na Circular SUSEP nº 485/2014 que estabelece critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA).

Tendo em seu art. 2º, definido que para fins de constituição da PEONA deverá ser utilizado, como base de cálculo, o maior valor entre os percentuais definidos, aplicados sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 meses, considerando o mês de constituição e os 11 meses anteriores. Para fins de aplicação de percentual, considerou-se o Grupo 10 (Habitacional) e o Ramo 1065 (Seguro Habitacional em Apólices de Mercado – Demais Coberturas).

Com base na metodologia de cálculo, o resultado de provisão técnica do FDS, para a data-base de 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 542, e está registrado em Outras Obrigações (Nota 10).

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade

A Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade foi elaborada de acordo com as definições da Instrução CVM nº 438, cujo objetivo é informar aos usuários das demonstrações contábeis a rentabilidade auferida no exercício.

<u>Ano</u>	<u>Valor da cota R\$</u>	<u>Rentabilidade em %</u>	
		<u>Fundo</u>	<u>TR</u>
		<u>Acumulada (*)</u>	<u>Acumulada(*)</u>
2011	0,0567235	5,5395	1,2079
2012	0,0664219	3,2726	0,2897
2013	0,0648162	(2,9835)	0,0375
2014	0,0649202	3,0869	0,8592

(*) Percentual acumulado por ano.

18 Transações entre partes relacionadas

Operações com a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA

	<u>2014</u>
Passivo	4.731
Obrigações por empréstimos e repasses	4.731
Despesas	87
Despesas de obrigações por empréstimo e repasses	87

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
PRESIDENTE

ALEXSANDRA CAMELO BRAGA
VICE-PRESIDENTE – INTERINO
PORTARIA Nº 499/2014, DE 23/04/2014

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
VICE-PRESIDENTE

FÁBIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

FÁBIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

MÁRCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

TEOTÔNIO COSTA REZENDE
VICE-PRESIDENTE - INTERINO
PORTARIA Nº072/2015, DE 12/01/2015

ROBERTO DERZIÊ DE SANTANNA
VICE-PRESIDENTE

SÉRGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE
DE TERCEIROS CRC/DF 11025/0

Resumo Executivo – Votos Balancetes para Conselho Diretor de 10/03/2015**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS**

Balancetes OUT a DEZ/14;

Demonstrações Contábeis – Exercício de 2014

O Fundo de Desenvolvimento Social tem por finalidade atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e aquisição de novas habitações, à conclusão e reforma de moradias existentes e requalificação de imóveis urbanos por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades – PMCMV - E, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física e aplicação dos recursos, tornando acessível à moradia para famílias com renda mensal bruta até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

O resultado do exercício de 2014 do FDS foi positivo em R\$ 28.349mil, representando um crescimento de R\$ 72.446 mil em relação exercício de 2013 que foi negativo em R\$ 44.097 mil.

O crescimento de 164,29% em relação ao exercício de 2013 foi motivado basicamente pela queda das despesas de provisão para crédito de liquidação duvidosa em R\$ 53.407 mil, por motivo da redução do valor da prestação a ser paga pelo beneficiário final, bem como pelo aumento da rentabilidade das aplicações interfinanceiras de liquidez em R\$ 21.768 mil, do aumento da taxa Selic verificada no período (Selic – Dez/14: 11,65 % a.a. – Dez/13: 9,90 % a.a.), pelo incremento de receitas eventuais em R\$ 3.680 mil devido à finalização do processo de migração/cessão dos contratos do Programa Crédito Solidário resultando em saldo remanescente devolvido em julho de 2014 ao FDS, no valor de R\$ 3.451 mil, apesar do incremento das despesas com subsídio em R\$ 10.370 mil, sendo R\$ 5.275 mil em razão do subsídio incorrido neste exercício por motivo de redução do valor da prestação a ser paga pelo beneficiário final.

Em dezembro de 2014, o Ativo Total do FDS cresceu 21,60% quando comparado com dezembro de 2013 totalizando R\$ 1.797.273 mil com destaque para as operações de crédito que cresceram 33,67%, atingindo o montante de R\$ 908.547 mil, já deduzida a transferência para prejuízo (R\$ 22.686 mil) e Provisão para devedores duvidosos (R\$ 93.599 mil).

O Passivo do FDS apresentou saldo em dezembro de 2014 de R\$ 657.879 mil, tendo como principal componente a conta Dotação União no valor de R\$ 646.017 mil com crescimento de 80,41% em relação a dezembro/13, em função dos repasses da União em R\$ 334.379 mil, apesar da realização dessas subvenções em R\$ 46.450 mil. Ressalta-se, também, o incremento da Taxa de Administração a Pagar ao Agente Financeiro – PMCMV, em 38,39% em função das contratações efetivadas no período.

O Patrimônio Líquido obteve incremento de 2,55%, no valor de R\$ 28.349 mil em relação ao exercício/13 decorrente do resultado positivo apurado no exercício/14.

Segue abaixo os principais números do FDS até dezembro de 2014, em R\$ mil:

Principais Contas	DEZ/14	DEZ/13	Variação	%
ATIVO	1.797.273	1.477.997	319.276	21,60
Depósitos Bancários	380.209	331.573	48.636	14,67
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	448.460	412.194	36.265	8,80
Títulos e Valores Mobiliários	47.325	42.231	5.094	12,06
Operações de Crédito	1.024.832	764.619	260.213	34,03
Transferência p/ Prejuízo - FDS	(22.686)	-	(22.686)	-
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(93.599)	(84.935)	8.664	10,20
PASSIVO	657.879	366.952	290.927	79,28
Dotação União – Subvenção Governamental	646.017	358.088	287.929	80,41
Taxa de Adm. a Pagar Ag. Financ - PMCMV	8.985	6.493	2.492	38,39
Provisão/Passivo Atuarial	542	221	321	144,94
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.139.394	1.111.045	28.349	2,96

	2014	2013	Variação	%
RECEITAS OPERACIONAIS	140.197	107.813	32.384	30,04
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	82.789	61.021	21.768	35,67
Receita com Subvenção	46.450	41.827	4.623	11,05
Receitas Eventuais	3.688	20	3.668	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(111.848)	(151.910)	(40.062)	(26,38)
Despesas com Reservas Técnicas	(542)	-	542	-
Comissões e Tarifas	(36.532)	(34.453)	2.079	6,03
Despesas com Subsídios - PMCMV	(41.053)	(30.683)	10.370	33,79
Despesa Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(31.528)	(84.935)	(53.407)	(62,88)
RESULTADO LÍQUIDO	28.349	(44.097)	72.446	164,29

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS

Proposta de Orçamentária – 2014

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 A presente proposta orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social-FDS foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto nº 103, de 22.04.1991, no inciso VII, do art. 6º, da Lei 8.677, de 13.06.1993, e no Regimento Interno do Conselho Curador do FDS-CCFDS, alterado pela Resolução CCFDS nº 86, de 23.10.2002, e objetiva oferecer um planejamento com vistas à adequada aplicação dos recursos financeiros do Fundo.

1.2 Foram consideradas as seguintes premissas nesta proposta:

Indicadores Econômicos	Realizado 2012	Orçado 2013	Orçado 2014
Taxa Referencial (TR) média	1,21% a.a	0% a.a	0,84% a.a
SELIC média	11,62% a.a	7,25% a.a	10,04 % a.a
Contratações PCS no ano (R\$ mil)	R\$ 8.410	R\$ 36.742	R\$ 36.742
Contratações MCMV no ano (R\$ mil)	R\$ 102.522	R\$ 1.100.000	R\$ 1.100.000

1.2.1 As contratações ocorrerão no âmbito dos Programas Crédito Solidário e Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades.

1.2.2 Programa Crédito Solidário-PCS aprovado pelo CCFDS através da Resolução nº 121 de 09/01/2008 com o objetivo de conceder financiamento a adquirentes ou proprietários de habitações ou lotes, com faixa de renda de até três salários mínimos, sem cobrança de juros, sendo as remunerações dos agentes financeiros e agente operador custeadas pelo FDS.

1.2.3 Programa Habitacional Popular-Entidades Minha Casa Minha Vida, criado pela Resolução CCFDS nº 141, de 10/06/2009, alterado para Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades, por meio da Resolução CCFDS nº 182, de 18/08/2011 e normas alteradas pela Resolução CCFDS nº 194, de 12/12/2012, voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, utilizando os recursos definidos no art. 18 da Lei nº 11.977, de 07/07/2009, alterada pela Lei 12.424, de 16/06/2011 e Decreto 7.499, de 16/06/2011, alocados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

2 ORÇAMENTO OPERACIONAL

2.1 Para 2014, manteve-se a previsão de R\$ 36.742 mil, para contratação no Programa Crédito Solidário, com a seguinte distribuição regional:

REGIÕES	Percentual orçamento 2013	Recursos por região
NORTE	9,57%	3.516.175,22
NORDESTE	30,08%	11.051.886,17
SUDESTE	41,51%	15.251.455,95
SUL	10,44%	3.835.827,52
CENTRO-OESTE	8,40%	3.086.298,00
TOTAL	100,00%	36.741.642,86

- 2.2 No Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades, em 2014, prevê-se contratação de R\$ 1.100.000 mil, com a seguinte distribuição regional:

REGIÕES	Percentual orçamento 2013	Recursos por região
NORTE	9,57%	105.270.000,00
NORDESTE	30,08%	330.880.000,00
SUDESTE	41,51%	456.610.000,00
SUL	10,44%	114.840.000,00
CENTRO-OESTE	8,40%	92.400.000,00
TOTAL	100,00%	1.100.000.000,00

3 ORÇAMENTO FINANCEIRO

3.1 ENTRADAS DE RECURSOS

3.1.1 ARRECADAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

- 3.1.1.1 A arrecadação prevista para retorno de financiamentos é de R\$ 16.369 mil, considerando o montante de R\$ 14.413 mil do Programa Crédito Solidário e Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades (PMCMV-E) de R\$ 1.955 mil.

3.1.2 RECEITAS FINANCEIRAS

- 3.1.2.1 Correspondem à remuneração das disponibilidades do FDS, representadas por aplicações em títulos públicos e privados, sendo projetadas, com base na taxa SELIC, em R\$ 79.193 mil.

3.1.3 APORTE OGU

- 3.1.3.1 O saldo de empenho na Ação 00CY transferência ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Programa Moradia Digna – PPA 2012-2015), considerando o montante existente em restos a pagar e o orçamento da LOA 2013 é de R\$ 866.393 mil, posição 16/12/2013, conforme informações provenientes do Ministério das Cidades.

- 3.1.3.2 A previsão de orçamento para esta Ação na PLOA 2014 é de R\$ 100.000 mil.

3.2 SAÍDAS DE RECURSOS

3.2.1 APLICAÇÕES

3.2.1.1 Para atender aos Programas em 2014, estima-se o valor de desembolso total de R\$ 675.875 mil, sendo R\$ 16.294 mil do PCS e R\$ 659.581 mil do PMCMV-E.

3.2.2 ENCARGOS DO FDS

3.2.2.1 Os pagamentos do FDS referentes ao PCS estão previstos em R\$ 24.904 mil e ao PCMV-E em 32.944 mil, correspondentes à taxa de administração.

3.3 DISPONIBILIDADE FINAL

3.3.1 A disponibilidade total projetada para 2014 é de R\$ 781.471 mil.

4 ORÇAMENTO ECONÔMICO

4.1 Caso as estimativas se concretizem, o FDS apresentará resultado positivo de R\$ 1.253 mil.

Demonstração de Resultados	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	RS mil	
	2012	2013	até out/2013	2014	△	%
		(A)		(B)	(B) ⇨ (A)	
RECEITAS OPERACIONAIS						
Operações de Crédito	142.620	104.788	77.344	110.446	105,40	
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	822	902	320	185	20,51	
Outras Receitas Operacionais	71.744	57.136	52.712	81.473	142,59	
Receitas com subvenção PMCMV	66.475	20.955	24.312	28.788	137,38	
Outras receitas operacionais	66.475	20.955	23.989	28.347	135,28	
	-	-	323	441	-	
DESPESAS OPERACIONAIS						
Despesas Administrativas	(63.799)	(103.252)	(46.284)	(109.193)	105,75	
Despesas de Obrigações por Empréstimos	-	(22.000)	(37)	(22.000)	100,00	
Comissões e Tarifas	-	-	(6)	-	-	
Tx de Administração - CAIXA	(21.898)	(57.844)	(27.833)	(57.848)	100,01	
Tx Administração - PCS Ag Financeiro	(11.114)	(24.900)	(20.842)	(24.904)	100,02	
Tx de Equilíbrio	(3.884)	-	(511)	-	-	
Tx Administração PMCMV - Ag Financeiro	(2.020)	-	-	-	-	
Outras Despesas Operacionais	(4.880)	(32.944)	(6.480)	(32.944)	100,00	
Despesas com subsídio PMCMV	(41.901)	(23.408)	(18.409)	(29.345)	125,36	
Outras despesas operacionais	41.901	23.408	(17.331)	(28.164)	(120,32)	
	-	-	(1.078)	(1.181)	-	
RESULTADO LIQUIDO	78.821	1.536	31.060	1.253	-	

4.1.1 As receitas operacionais apresentam acréscimo de 5,4% comparado ao orçado 2013, principalmente, pelo aumento de R\$ 24.337 mil em aplicação interfinanceira de liquidez. Tal fato se dá, em parte, em razão da previsão de aporte citada no item 3.1.3.1 e aumento da taxa SELIC.

4.1.2 Nas despesas, os valores se mantêm semelhantes em razão da manutenção da expectativa de contratação para o exercício, pelo Ministério das Cidades.

4.2 A proposta orçamentária para 2014 projeta ativos totais de R\$ 2.222.737 mil, basicamente, pela conservação da previsão de aporte da União.

Balço Patrimonial	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	R\$ mil	
	2012	2013	até out/13	2014	Δ	%
	(A)			(B)	(B) ⇔ (A)	
ATIVO						
CIRCULANTE E REALIZÁVEL						
Depósitos Bancários	1.492.047	2.691.185	1.552.399	2.222.737		82,59
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e TVM	446.374	931.233	344.641	600.274		64,46
Operações de Crédito	428.995	762.215	449.724	181.198		23,77
Outros Créditos	603.945	982.588	745.425	1.427.248		145,25
Outros Valores e Bens	2.500	5.528	2.886	5.010		90,63
TOTAL DO ATIVO	10.234	9.621	9.723	9.007		93,62
PASSIVO	1.492.047	2.691.185	1.552.399	2.222.737		82,59
Cretores Diversos	336.905	287.541	366.198	368.185		128,05
Patrimônio Líquido Ajustado	1.155.142	2.403.644	1.186.201	1.854.552		77,16
TOTAL DO PASSIVO	1.492.047	2.691.185	1.552.399	2.222.737		82,59

1 - O valor de Fundo de Liquidez é composta de 10% em títulos, sendo 50% em títulos públicos e 50% de títulos de emissão da CAIXA.

- 4.2.1 No balanço patrimonial projetado, observa-se redução de saldo nos itens depósitos bancários e aplicações interfinanceiras de liquidez/TVM em função do desembolso das parcelas referentes ao PMCMV-E.
- 4.2.2 As operações de crédito apresentam acréscimo no montante de R\$ 681.823 mil em função da previsão de valor a ser desembolsado para tais operações.
- 4.3 No patrimônio líquido, destaca-se previsão de R\$ 2.222.737 mil, essencialmente, em razão do aporte já citado, conforme previsto pelo Ministério das Cidades.

ELIS ROCHA
ELIS ROCHA
Assistente Executivo

ITAMAR DOS SANTOS LIRA
ITAMAR DOS SANTOS LIRA
Gerente Nacional
GN Orçamento

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS

Execução Orçamentária de 2014

1 OBJETIVO

1.1 O presente relatório refere-se à execução orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, relativa ao exercício de 2014, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho Curador do FDS.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1 O FDS foi criado pelo Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991, com a finalidade de financiar projetos de investimentos de relevante interesse social e iniciativas de empresas ou entidades do setor privado, nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.

2.1.1 Para tanto, após alguns anos sem novas operações, foi criado o Programa de Crédito Solidário, que se destina ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda, conforme Resoluções nº 93, de 28/04/04 e nº 94, de 02/06/04, cujas contratações iniciaram-se em julho de 2005, regido atualmente pela Resolução 121, de 09/01/2008.

2.1.2 A Resolução CCFDS nº194, de 12 de dezembro de 2012, aprovou o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV – E para aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, definidos no art. 2º, inciso II, da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e no art. 2º, inciso II, do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.

2.1.2.1 O PMCMV – Entidades tem por objetivo tornar acessível a moradia para famílias com renda mensal bruta até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos.

3 ORÇAMENTO FINANCEIRO

3.1 O fluxo financeiro do exercício de 2014 apresentou saldo final de R\$ 785.999 mil.

	Realizado 2013	Orçado 2014 (A)	Realizado 2014 (B)	(%) (B/A)
SALDO INICIAL	875.368	788.405	788.405	100,00
ENTRADAS	145.724	754.062	460.999	61,14
Operações de Crédito	18.497	16.369	17.837	108,97
Receitas Financeiras	60.727	79.193	108.783	137,36
Aporte da União	66.500	658.500	334.379	50,78
SAÍDAS	232.687	755.723	373.410	49,41
Liberção - Operações de Crédito	210.071	675.875	318.334	47,10
Taxa de Administração	21.794	57.848	33.275	57,52
Despesas Administrativas	39	22.000	443	2,01
Devolução Recursos Financeiros	0	0	21.031	-
Despesas com DFI	783	0	327	-
SALDO ATUAL	788.405	786.743	875.994	111,34

Fonte : GN Contabilidade Entidades Sociais e Fundos de Investimentos

3.1.1 As entradas de recursos no FDS totalizaram R\$ 460.999 mil, 61,14% do valor orçado, impactadas, principalmente, pela não efetivação do montante previsto para Aporte de Recursos da União.

3.1.2 As saídas realizaram R\$ 373.410 mil, 49,41% do valor orçado para o exercício, devido, essencialmente, ao item liberação para operações de crédito que apresentou realização de 47,10% do esperado.

4 ORÇAMENTO ECONÔMICO

4.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

4.1.1 O resultado líquido apurado pelo FDS, no exercício, foi positivo em R\$ 28.349 mil proveniente das receitas e despesas apresentadas adiante:

Demonstrações de Resultados	Em R\$ mil			
	Realizado 2013	Orçado 2014 (A)	Realizado 2014 (B)	% (B) ⇒ (A)
RECEITAS OPERACIONAIS	107.813	110.446	140.197	126,94
Operações de Crédito	486	185	2.025	1.094,59
Aplicação Interfinanceira de Liquidez/TVM	64.695	81.473	87.405	107,28
Outras Receitas Operacionais	42.632	28.788	50.767	176,35
Receitas com subvenção PMCMV	41.827	28.347	46.450	163,86
Outras receitas operacionais	805	441	4.317	978,91
DESPESAS OPERACIONAIS	(151.910)	(109.193)	(111.848)	102,43
Despesas de obrigações p/ empréstimo	(6)	-	-	-
Comissões e Tarifas	(34.453)	(57.848)	(36.532)	63,15
Tx de Administração - CAIXA	(25.095)	(24.904)	(26.241)	105,37
Tx Administração PCS - Ag Financeiro	(614)	-	(954)	-
Tx Administração PMCMV - Ag Financeiro	(8.744)	(32.944)	(9.337)	28,34
Despesas Administrativas	(41)	(22.000)	(443)	2,01
Despesas Prov p/ Cred Liquid Duvidosa	(84.935)	-	(31.528)	-
Despesas com Reserva Técnica	-	-	(542)	-
Outras Despesas Operacionais	(32.475)	(29.345)	(42.803)	145,86
Despesas com subsídio PMCMV	(30.683)	(28.164)	(41.053)	145,76
Outras despesas operacionais	(1.792)	(1.181)	(1.750)	148,18
RESULTADO LÍQUIDO	(44.097)	1.253	28.349	2.262,49

Fonte : Balancete FDS

4.1.2 As receitas operacionais acumularam, no exercício, o montante de R\$ 140.197 mil, 26,94% superior ao previsto.

4.1.2.1 O item de receitas com subvenção do PMCMV superou a expectativa do orçamento no montante de R\$ 18.103 mil em decorrência do aumento dos contratos em fase de retorno do PMCMV-Entidades, quando finda a carência e inicia a etapa de amortização dos imóveis financiados.

4.1.2.2 Referente a outras receitas operacionais, houve um incremento no mês de julho no valor de R\$ 3.451 mil referente à devolução do saldo remanescente do processo de migração dos contratos do Programa de Crédito Solidário, não previsto no orçamento de 2014.

4.1.3 As despesas operacionais totalizaram R\$ 111.848 mil, 2,43% superior ao orçado.

4.1.3.1 A taxa de administração PMCMV – agente financeiro efetivou R\$ 23.607 mil inferior ao previsto na proposta orçamentária em virtude do menor volume de contratação no Programa, no período.

4.1.3.2 A previsão de realização de R\$ 22.000 mil em despesas administrativas, para pagamento de custas com emolumentos judiciais e cartorários, foi frustrada em razão da não concretização de contratos habitacionais previstos.

4.1.3.3 Quando da elaboração do orçamento do exercício, não houve previsão para constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa que realizou R\$ 31.528 mil para fazer face às perdas prováveis na realização de crédito do Novo Programa de Crédito Solidário e do PMCMV- E.

5 BALANÇO PATRIMONIAL

5.1 O Fundo registrou ativo total de R\$ 1.797.273 mil, 80,86% do valor previsto para 2014.

Em R\$ mil

Balanco Patrimonial	Realizado 2013	Orçado 2014 (A)	Realizado 2014 (B)	% (B) ⇨ (A)
ATIVO				
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	1.477.997	2.222.737	1.797.273	80,86
Depósitos Bancários	331.573	600.274	380.209	63,34
Aplicação Interfinanceira de Liquidez/TVM	454.425	181.198	495.785	273,62
Operações de Crédito	679.684	1.427.248	908.547	63,66
Outros Créditos	2.694	5.010	3.725	74,35
Outros Valores e Bens	9.621	9.007	9.007	100,00
PASSIVO				
Credores Diversos	366.952	1.026.685	657.337	64,03
Passivos Atuariais	-	-	542	-
Patrimônio Líquido	1.111.045	1.196.052	1.139.394	95,26
TOTAL DO PASSIVO	1.477.997	2.222.737	1.797.273	80,86

Obs.: O valor da Reserva de Liquidez é composta de 10% em títulos, sendo 50% em títulos públicos e 50% de títulos de emissão da CAIXA.

- 5.2 O item depósitos bancários apresentou realização de 36,66% abaixo do esperado, em função da não efetivação do valor estimado de aporte para o período.
- 5.3 As operações de crédito realizaram 63,66% do previsto em razão, basicamente, do menor volume de aporte, pela União, no exercício.
- 5.4 No passivo, o item credores diversos registrou 64,03% do esperado, em função da não realização do repasse, conforme comentário do item 5.2.

ELIS ROCHA
Assistente Executivo

OSVALDO SALSANO JÚNIOR
Gerente Executivo

ITAMAR DOS SANTOS LIRA
Gerente Nacional
GN Orçamento

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis para propósito especial

Aos Administradores do
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS ("FDS" ou "Fundo"), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2014 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, sendo consideradas para propósito especial, por não atenderem a todos os requerimentos constantes das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do FDS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do FDS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do FDS. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis para propósito especial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis foram preparadas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto dos normativos aplicáveis ao FDS. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

São Paulo, XX de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-SP

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

*Relatório Final dos Resultados da Avaliação
Atuarial para a Data-base
31 de Dezembro de 2014*

Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

Sr. Jucemar José Imperatori
Superintendência Nacional de Fundos de Governo
Setor Autarquias Sul - Quadra 03 - Lote 03/04 - CAIXA Matriz III - 10º andar - SUFUS
Brasília - DF

29 de Janeiro de 2015

Prezados Senhores:

Apresentamos a seguir o relatório final dos resultados obtidos da avaliação atuarial do FDS - Fundo de Desenvolvimento Social, posicionada em 31 de dezembro de 2014, bem como os fluxos de caixa projetados, as análises de sensibilidade das hipóteses adotadas e a evolução do patrimônio do Fundo.

Atenciosamente,

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.



João Batista da Costa Pinto
Sócio
Atuário - MIBA 944

Assinatura do Representante do Fundo de
Desenvolvimento Social

Nome: _____

Cargo: _____

Assinatura do Representante do Fundo de
Desenvolvimento Social

Nome: _____

Cargo: _____

FDS - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RELATÓRIO FINAL DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

PARA A DATA BASE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVO.....	1
3. ANÁLISE DESCRITIVA	1
3.1. PROGRAMA DE CREDITO SOLIDÁRIO - BASE CADASTRAL	2
3.1.1. Quantidade.....	2
3.1.2. Estado Civil	2
3.1.3. Distribuição Geográfica.....	3
3.2. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES – BASE CADASTRAL.....	3
3.2.1. Quantidade.....	3
3.2.2. Estado Civil	4
3.2.3. Distribuição Geográfica.....	4
3.3. PROGRAMA DE CRÉDITO SOLIDÁRIO – EVENTOS OCORRIDOS.....	5
3.4. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES – EVENTOS OCORRIDOS.....	7
4. CRÍTICA DE DADOS	8
4.1. INFORMAÇÕES UTILIZADAS	8
4.2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS.....	8
5. HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS.....	8
6. RESULTADOS OBTIDOS	9
7. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE.....	10
8. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO	12
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12

ANEXOS:

I - RESULTADO DOS FLUXOS DE CAIXA PROJETADOS ANUAIS

II – RESULTADO DOS FLUXOS DE CAIXA PROJETADOS ANUAIS SEGREGADOS POR PROGRAMA

III - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS

IV - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – FLUXOS DE CAIXA PROJETADOS ANUAIS

V - EVOLUÇÃO DO PATRIMONIO

1. INTRODUÇÃO

O FDS – Fundo de Desenvolvimento Social (“FDS” ou “Fundo”) tem por objetivo prover recursos ao PCS – Programa de Crédito Solidário e ao PMCMV-E – Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, para a realização de investimentos e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários (unidades habitacionais).

O FDS tem como objetivo buscar a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio de financiamentos de projetos de investimento de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.

A Caixa Econômica Federal (“CAIXA”) atua como agente operador dos recursos do FDS e tem por competência, dentre outras, a de praticar todos os atos necessários à operação do FDS, de acordo com as diretrizes do programa e normas estabelecidas.

A presente avaliação atuarial foi elaborada pelos atuários da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., conforme qualificação técnica a seguir:

- João Batista da Costa Pinto, atuário formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ em 1996 e membro do Instituto Brasileiro de Atuária (MIBA 944). Atualmente é o líder da área atuarial da Deloitte no Brasil, com atuação desde 1997.
- Dinarte Ferreira Bonetti, atuário formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP em 2007 e membro do Instituto Brasileiro de Atuária (MIBA 2.147). Desempenha a função de gerente atuarial na Deloitte, com atuação desde 2001.
- Pietro Angelo Lioi Cafasso, atuário formado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA-USP em 2010 e membro do Instituto Brasileiro de Atuária (MIBA 2.311). Desempenha a função de sênior atuarial, com atuação desde 2010.
- Juan Fernandes Bertunes Rocha, cursando ciências atuariais na Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Desempenha a função de assistente atuarial desde 2013.

2. OBJETIVO

O presente relatório tem por objetivo apresentar os resultados obtidos na avaliação atuarial do FDS, considerando a data base 31 de Dezembro de 2014. A base cadastral dos contratos está posicionada em 31 de Novembro de 2014. Os resultados apresentados neste relatório basearam-se por completo na metodologia apresentada no Relatório Metodológico do FDS.

Além da avaliação atuarial do Fundo, foram realizadas análises descritivas sobre as bases de cadastro e eventos ocorridos, a fim de identificar o perfil dos participantes e de seus contratos, além de crítica nas bases cadastrais, com a finalidade de verificar a consistência dos dados.

3. ANÁLISE DESCRITIVA

As análises descritivas dos dados cadastrais e de eventos foram divididas por programa.

3.1.PROGRAMA DE CREDITO SOLIDÁRIO - BASE CADASTRAL

3.1.1. Quantidade

Para a data-base considerada, identificamos que existem 25.227 mutuários, sendo que deste número há um total de 20.144 mutuários de contratos ativos, que indica todos os indivíduos (mutuários principais e coobrigados) cujos financiamentos habitacionais estão garantidos pelo Fundo.

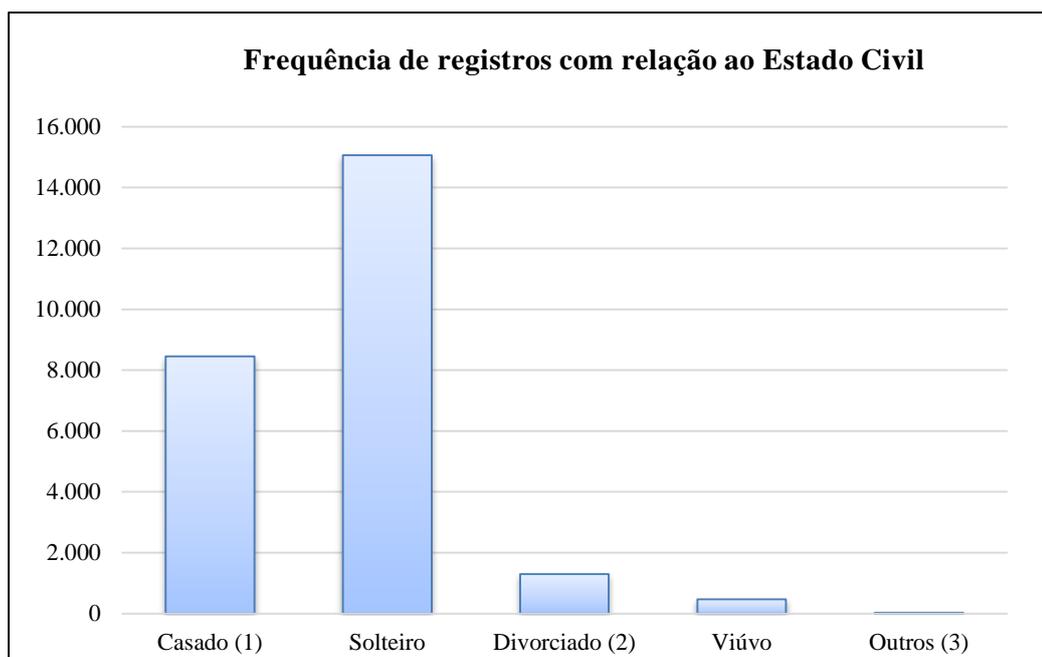
Através da base cadastral fornecida, verificou-se que cada contrato de financiamento apresenta um mutuário principal e até dois coobrigados. A descrição quantitativa e o percentual de coobrigados estão apresentados da seguinte forma:

Quantidade de coobrigados	Frequência	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Sem coobrigados	15.077	74,84611	74,84611
Um coobrigado	5.051	25,07446	99,92057
Dois coobrigados	16	0,07943	100,00000

Os mutuários estão segregados em 11.332 do sexo masculino (44,92%) e 13.895, do sexo feminino (55,08%).

3.1.2. Estado Civil

Em relação ao estado civil, verifica-se que 59,48% dos participantes são solteiros e 33,42% são casados. Os histogramas a seguir demonstram as frequências de cada classificação:



Observações:

- (1) Casados com comunhão total ou parcial de bens e com separação de bens.
- (2) Divorciados e separados judicialmente.
- (3) Menores emancipados e A Regularizar.

3.1.3. Distribuição Geográfica

Quanto à distribuição geográfica, observa-se que 15,36% dos financiamentos imobiliários foram feitos no Estado de Goiás. Verifica-se que, embora a frequência seja maior nesse Estado, os maiores valores médios de financiamento e avaliação dos imóveis estão nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo: R\$ 29.997 e R\$ 51.233, respectivamente. A tabela a seguir indica os valores médios de financiamento, avaliação do imóvel e prestação, além da frequência absoluta e relativa de contratos garantidos, segregados por Unidade da Federação:

Estado	Valor Médio de Financiamento (R\$)	Valor Médio de Avaliação (R\$)	Valor Médio Prestação (R\$)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
AL	18.000	20.000	75	249	0,99
BA	21.816	24.041	91	829	3,29
CE	18.160	25.563	85	170	0,67
DF	24.000	25.582	100	1	0,00
ES	17.372	29.572	85	29	0,11
GO	18.705	32.774	88	3.875	15,36
MA	12.673	16.777	55	2.064	8,18
MG	21.571	31.290	92	1.772	7,02
MS	10.571	17.609	51	1.884	7,47
PA	24.393	34.114	102	1.209	4,79
PB	11.051	16.972	59	555	2,20
PE	11.349	23.082	60	228	0,90
PI	12.541	15.000	56	1018	4,04
PR	5.219	13.288	30	582	2,31
RJ	29.997	30.300	125	140	0,55
RN	19.606	33.333	87	575	2,28
RO	10.717	14.222	55	553	2,19
RS	12.603	26.095	62	3.649	14,46
SC	14.944	23.867	72	2.350	9,32
SE	15.687	36.959	69	274	1,09
SP	29.109	51.233	123	2.700	10,70
TO	10.749	20.066	52	521	2,07
TOTAL	17.132	25.534	76	25.227	100,00

3.2.PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES – BASE CADASTRAL

3.2.1. Quantidade

Considerando a base de cadastros de mutuários, foram verificados 20.841 mutuários, sendo que destes mutuários há um total de 16.914 de mutuários com contratos ativos. Esse

número indica todos os indivíduos (mutuários principais e coobrigados) cujos financiamentos habitacionais estão garantidos pelo Fundo. Além disso, a base de dados contempla um total de 52 contratos liquidados.

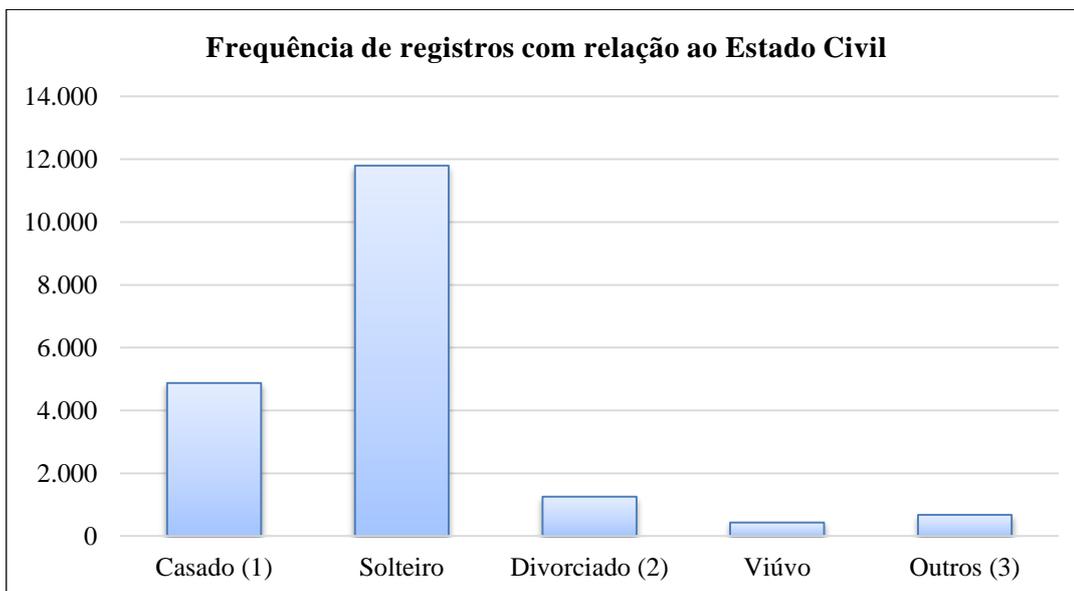
Através da base cadastral fornecida, verificou-se que cada contrato de financiamento apresenta um mutuário principal e até dois coobrigados. A descrição quantitativa e o percentual de coobrigados estão apresentados da seguinte forma:

Quantidade de coobrigados	Frequência	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Sem coobrigados	12.992	76,81211	76,81211
Um coobrigado	3.917	23,15833	99,97044
Dois coobrigados	5	0,02956	100,00000

Os participantes estão segregados em 7.701 do sexo masculino (33,93%) e 13.770 do sexo feminino (66,07%).

3.2.2. Estado Civil

Em relação ao estado civil, verifica-se que 63,91% dos participantes são solteiros e 26,21% são casados. O histograma a seguir demonstra a frequência de cada classificação:



Observações:

- (1) Casados com comunhão total ou parcial de bens e com separação de bens.
- (2) Divorciados e separados judicialmente.
- (3) Menores emancipados e A Regularizar.

3.2.3. Distribuição Geográfica

Observa-se que 23,49% dos contratos encontram-se no Estado de Goiás, seguido de Mato Grosso do Sul (12,81%), Rio Grande do Sul (11,84%) e Pernambuco (11,04%). A tabela

a seguir indica os valores médios dos contratos, avaliação do imóvel e prestação, além da frequência absoluta e frequência relativa do programa segregados por Unidade da Federação:

Estado	Valor Médio de Financiamento (R\$)	Valor Médio de Avaliação (R\$)	Valor Médio de Prestação (R\$)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
AL	7.685	35.936	64	85	0,41
BA	22.652	46.845	189	1.238	5,94
GO	24.890	40.976	207	4.895	23,49
MA	13.926	36.303	116	791	3,80
MG	30.370	39.625	253	1519	7,29
MS	40.149	53.738	335	2669	12,81
MT	55.994	56.000	467	126	0,60
PA	29.627	35.571	247	325	1,56
PB	37.886	50.676	316	451	2,16
PE	42.825	54.592	357	2.300	11,04
PI	6.477	28.920	54	435	2,09
PR	44.181	56.377	368	412	1,98
RJ	11.523	71.052	96	78	0,37
RO	57.992	58.000	483	197	0,95
RS	33.870	50.858	282	2.468	11,84
SC	42.388	47.939	353	327	1,57
SE	36.996	42.821	308	123	0,59
SP	38.115	76.661	318	2.195	10,53
TO	44.804	44.809	373	207	0,99
TOTAL	32.755	48.826	273	20.841	100,00

Além disso, existem contratos referentes à Pessoa Jurídica que são contratos que estão na fase de desenvolvimento de Projeto. Desses, 140 contratos estão ativos e futuramente poderão iniciar o processo de construção das moradias.

3.3.PROGRAMA DE CRÉDITO SOLIDÁRIO – EVENTOS OCORRIDOS

Até a data-base 31 de dezembro de 2014 foram constatados um total de 126 ocorrências na base de dados referentes a eventos por Morte e Invalidez Permanente (“MIP”) e Danos Físicos ao Imóvel (“DFI”), sendo MIP o evento com maior frequência, cerca de 55,56% e DFI com 44,44% do total. Os dados de DFI são referentes a apenas os anos de 2012, 2013 e 2014, pois anterior a isso, o controle não era realizado pela Centralizadora.

Em relação aos eventos de MIP, não existe o desembolso de valores do Fundo, mas o mesmo deixa de receber o retorno das prestações que seriam pagas pelo mutuário. Dessa forma, não foi apurado o valor desembolsado pelo Fundo na ocorrência desse evento. No estudo, foram identificados 52 acionamentos em que sua análise foi concluída (74,29%) e 18 que a análise está com pendência (25,71%). Do total de eventos ocorridos com MIP, 54 empreendimentos estão concluídos e 16 ainda estão em fase de construção. Quanto a distribuição geográfica, nota-se que 54,54% dos contratos que tiveram acionamento por MIP estão nos estados de Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo e que o maior valor médio de financiamento é dos imóveis do estado de São Paulo, no valor de R\$ 29.999.

Estado	Valor Médio de Financiamento (R\$)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
AL	18.000	1	1,43
BA	16.359	2	2,86
GO	21.463	11	15,71
MA	16.077	9	12,86
MG	19.717	5	7,14
MS	11.333	3	4,29
PI	15.000	5	7,14
PR	9.494	2	2,86
RS	11.941	11	15,71
SC	22.606	5	7,14
SP	29.040	12	17,14
PB	14.100	2	2,86
Total	18.701	70	100,00

A seguir, apresenta-se a mesma distribuição, porém, em relação ao ano de ocorrência dos eventos:

Ano de Ocorrência	Valor Médio de Financiamento (R\$)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
2008	15.317	1	1,43
2009	17.086	6	8,57
2010	20.461	8	11,43
2011	23.516	9	12,86
2012	19.903	18	25,71
2013	15.948	20	28,57
2014	17.233	7	10,00
Total	18.700,98	70	100,00

A respeito do evento de DFI, foram identificados 47 acionamentos em que sua análise foi concluída (85,45%) e 8 que a análise está com pendência (14,55%). Do total de eventos ocorridos com DFI, 55 empreendimentos estão concluídos e 1 ainda está em fase de construção. Quanto a distribuição geográfica, nota-se que 80,36% dos contratos que tiveram acionamento por DFI estão no estado do Rio Grande do Sul e que o maior valor médio de financiamento refere-se aos imóveis do estado de São Paulo:

Ano de Ocorrência	Valor Médio Pago (R\$)	Valor Médio de Financiamento (R\$)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
RS	3.244	15.845	45	80,36
SC	3.540	16.664	3	5,36
SP	Não Aplicável	23.490	1	1,79
PR	2.927	10.592	5	8,93
GO	Todos em análise	Todos em análise	1	1,79
MG	Não informado	Não informado	1	1,79
Total	3.229	15.535	56	100,00

Como já citado, os dados que compõe esta análise referem-se apenas aos anos de 2012, 2013 e 2014, Dessa forma, verificou-se que em 2012 houve 16 acionamentos, enquanto que em 2013, 37, em 2014 houve 2 acionamentos e 1 acionamento não dispôs do período de ocorrência.

3.4. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES – EVENTOS OCORRIDOS

Até a data-base 31 de dezembro de 2014 foram constatados um total de 134 ocorrências na base de dados referentes aos eventos de morte e invalidez (59) e danos físicos no imóvel (75).

Para os acionamentos por morte não existe o desembolso de valores do Fundo, mas o mesmo deixa de receber o retorno das prestações que seriam pagar pelo mutuário. No estudo, foram identificados 50 acionamentos em que sua análise foi concluída (84,75%) e 9 que a análise está com pendência (15,25%). Do total de eventos ocorridos com MIP, 31 empreendimentos estão concluídos, 28 ainda estão em fase de construção. Quanto a distribuição geográfica, nota-se que 32,20% dos contratos que tiveram acionamento por MIP estão no estado de Goiás e que o maior valor médio de financiamento refere-se aos imóveis do estado do Paraná, R\$40.254.

Estado	Valor Médio de Financiamento (R\$)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
GO	15.683	19	32,20
MA	6.953	2	3,39
MG	9.400	9	15,25
MS	7.930	5	8,47
MT	Em Análise	1	1,69
PB	6.120	1	1,69
PI	6.120	1	1,69
PR	40.254	2	3,39
RS	24.404	14	23,73
SC	34.924	1	1,69
SP	10.329	3	5,08
Não Informado	6.120	1	2,17
Total	15.677	59	100,00

A respeito do evento de DFI, foram identificados 57 acionamentos em que sua análise foi concluída (76,00%) e 18 em análise que apresentam pendência (24,00%). Do total de eventos ocorridos com DFI, 64 empreendimentos estão concluídos e 11 ainda em estão em fase de construção. Quanto a distribuição geográfica, nota-se que 86,49% dos contratos que tiveram acionamento por DFI estão no estado do Rio Grande do Sul e que o maior valor médio de financiamento refere-se aos imóveis do estado de Goiás, R\$ 18.151.

Ano de Ocorrência	Valor Médio Pago (R\$)	Valor Médio de Financiamento (R\$)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
GO	62.727	18.151	7	9,33
MA	214.540	Não Aplicável	3	4,00
MS	Em Análise	6.120	1	1,33
RS	3.270	7.284	64	85,33
Total	17.273	7.776	75	100,00

4. CRÍTICA DE DADOS

Antes da realização do cálculo atuarial, foi realizada uma análise crítica nos dados a fim de testar a consistência dos mesmos. A crítica das informações cadastrais visa a identificação de possíveis inconsistências nos dados e, em caso de existência, os mesmos são ajustados antes da avaliação atuarial.

4.1. INFORMAÇÕES UTILIZADAS

Consideramos, nesta avaliação, os dados fornecidos pelo FDS, relativos ao cadastro de participantes do PCS e PMCMV-E, como os dados utilizados para esta avaliação atuarial de 30 de novembro de 2014, ressaltando que a veracidade das informações é de responsabilidade da Administração do Fundo.

O arquivo utilizado para os procedimentos de análise de consistência foi:

AvaliacaoAtuarial_FDS_20141128.txt

4.2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

Realizamos o procedimento de análise de consistência das bases de dados a fim de verificar a existência de possíveis inconsistências que pudessem prejudicar a acurácia da avaliação atuarial.

Nosso exame compreendeu a avaliação dos seguintes campos:

ID Contrato	Valor do Financiamento	Data de Assinatura
Prazo de Amortização	CPF	Data de Nascimento
Valor de Avaliação	Sexo	Renda Pactuada (%)

Para cada campo acima citado, foi verificado se existem inconsistências, como campos com informações vazias ou zeradas, e datas inconsistentes, data de nascimento ser maior que a data de assinatura do contrato, ou o Valor do Financiamento for igual a zero.

Também se verificou, através do número do CPF, se existiam mutuários duplicados, ou seja, que apareciam mais de uma vez na base de dados. Caso surgissem esses casos, verificamos se o registro duplicado era rigorosamente igual ou se um mesmo mutuário estava inserido em dois contratos diferentes. Com relação à renda pactuada, analisamos a existência de mutuários com responsabilidade superior a 100%.

Não foram identificadas inconsistências que comprometessem esta avaliação atuarial.

5. HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS

Para a realização da avaliação atuarial utilizaram-se as seguintes hipóteses e premissas atuariais:

Hipóteses e premissas		
Tábua de mortalidade	BR-EMS	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	
Taxa de Desconto	Curva SELIC	
Retorno Financeiro	Curva SELIC	
Inadimplência – PCS	17,81% a.a.	
Inadimplência – PMCMV-E	4,51% a.a.	
Severidade DFI – PCS	18,41% a.a.	
Severidade DFI PMCMV-E	Obra Concluída	9,18% a.a.
	Obra em Andamento	2,68% a.a.
Frequência DFI – PCS	0,1% a.a.	
Frequência DFI PMCMV-E	Obra Concluída	0,23% a.a.
	Obra em Andamento	1,16% a.a.
Severidade ações judiciais	51,63% a.a.	
Frequência ações judiciais	0,01% a.a.	
Despesa administrativa	9,74% a.m.	
Atualização monetária	0,80% a.m.	
Inflação	6,50% a.a.	

Ressaltamos que a justificativa para a adoção de cada hipótese se encontra no Relatório Metodológico do FDS.

6. RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados da avaliação atuarial compreendem a projeção dos fluxos de caixa para cada contrato inserido no Fundo. As projeções foram realizadas de acordo com a metodologia e as hipóteses definidas no Relatório Metodológico do FDS. Os resultados anuais dos fluxos de caixa estão apresentados no anexo I. Os resultados apresentados neste anexo representam as projeções dos fluxos de caixa para o Fundo como um todo, sem observar a segregação por programa, porém, conforme solicitado pela Administração do FDS, apresentamos o resultado segregado por programa (anexo II). Para a segregação dos resultados do Fundo entre programas foi utilizado um critério de segregação de dois fluxos, uma vez que não era possível determiná-los separadamente, sendo estes o fluxo de 'Retorno Financeiro' e a 'Remuneração do Agente Operador'. Para estes dois fluxos utilizou-se o critério de segregação, alinhado com a administração do Fundo, sendo este critério o de valor de financiamento dos imóveis. Neste critério, observou-se o valor total de financiamento coberto pelo Fundo para ambos os programas, verificando a proporção de cada no total do Fundo, conforme quadro a seguir:

	Valor (R\$)	Proporção (%)
Programa de Crédito Solidário	430.456.141,12	22,81
Programa Minha Casa Minha Vida	1.456.734.175,07	77,19
Total	1.887.190.316,19	100,00

Estes percentuais foram aplicados diretamente nos fluxos citados. Ressalta-se que o resultado apresentado por programa pode não refletir a realidade, uma vez que trata-se de um rateio dos fluxos a fim de determinar o resultado segregado.

A avaliação atuarial do Fundo compreendeu na mensuração das receitas e despesas futuras, descontadas a valor presente. Como resultado dessas projeções e considerando as hipóteses descritas no item 5, o FDS apresentou a deficiência no fluxo de caixa no valor de R\$ 798.335.490. no médio prazo o patrimônio mostrou-se insuficiente, porém no longo prazo retornou a ser suficiente. Esta deficiência ocorre, em grande parte, ao fluxo de desembolso futuro com obras já contratadas pelos dois programas até a data base de cálculo.

Dentre os fluxos de caixa projetados para o Fundo, as receitas financeiras mostraram-se relevante para contribuir para a diminuição do fluxo negativo de despesas. O montante investido que, na data-base de cálculo era de R\$ 444.484.519,99, gera receitas financeiras consistentes e constantes para o FDS.

O fluxo de retorno das prestações por parte dos participantes gera receita considerável, porém este fluxo está exposto ao risco de inadimplência dos participantes e ao risco atuarial dos mesmos. Caso um participante venha a falecer ou se invalidar, o Fundo deixa de receber os pagamentos futuros deste participante. A estimativa realizada nesta avaliação atuarial utilizou hipóteses biométricas comumente utilizadas pelo mercado segurador e órgão regulador de seguros, conforme descrito no Relatório Metodológico do FDS. Caso a característica dos participantes não reflita a expectativa das tábuas biométricas utilizadas, este fluxo poderá se comportar diferentemente do esperado. Ressalta-se que a análise destas hipóteses será revista a cada data-base de avaliação.

Dentre as despesas do Fundo, os desembolsos com obras já contratadas e em andamento contribuiu para o resultado negativo do FDS. Como estes recursos serão aportados pelo Governo Federal ao longo do tempo, não foi capturado nesta avaliação o fluxo de entrada destes recursos.

A despesa paga ao agente operador pelo serviço de gestão do Fundo representa o segundo maior fluxo de saída de caixa do FDS. Esta despesa é paga de acordo com a descrição do relatório Metodológico do FDS. A mesma foi projetada ao longo do tempo, considerando o valor do patrimônio do Fundo nos períodos futuros.

7. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Conforme descrito no item 6, o FDS apresenta uma deficiência na data base de cálculo. A fim de mensurar o impacto de possíveis alterações no resultado do valor presente dos fluxos de caixa, foram calculados cenários diferentes do cenário-base adotado, considerando o agravamento das hipóteses determinadas. O quadro contendo as hipóteses e premissas de cada cenário encontra-se no anexo III.

Os resultados obtidos e os respectivos impactos em relação ao cenário-base estão na tabela a seguir:

Cenário	Valor presente dos fluxos de caixa	Impacto em relação ao cenário base (%)	Valor presente do patrimônio	Impacto em relação ao cenário base (%)
Base	(798.335.490)	N/A	341.058.437	N/A
I	(829.762.240)	3,94	309.631.688	-9,21
II	(831.564.546)	4,16	307.829.382	-9,74
III	(792.403.734)	-0,74	346.990.193	1,74
IV	(841.148.441)	5,36	298.245.487	-12,55
V	(774.803.849)	-2,95	364.590.078	6,90
VI	(872.037.896)	9,23	267.356.031	-21,61
VII	(835.634.185)	4,67	303.759.742	-10,94
VIII	(842.962.498)	5,59	296.431.429	-13,08
IX	(904.190.808)	13,26	235.203.119	-31,04
X	(829.495.930)	3,90	309.897.997	-9,14
XI	(835.771.734)	4,69	303.622.193	-10,98
XII	(818.113.891)	2,48	321.280.036	-5,80
XIII	(813.234.245)	1,87	326.159.682	-4,37
XIV	(813.874.401)	1,95	325.519.526	-4,56
XV	(810.436.112)	1,52	328.957.815	-3,55
XVI	(838.258.343)	5,00	301.135.585	-11,71
XVII	(848.586.708)	6,29	290.807.219	-14,73
XVIII	(629.137.816)	-21,19	510.256.111	49,61

Os fluxos de caixa anuais de cada cenário encontram-se no Anexo IV.

Através dessa análise de sensibilidade, verificou-se que os resultados dos fluxos de caixa não seriam impactados, isto ocorre pois os montantes com desembolso futuro possuem peso significativo na análise, inibindo o efeito das demais alterações.

Nos cenários I e II a tábua de mortalidade e entrada em invalidez foram alteradas nas projeções. Os impactos apresentados foram da ordem de 9% do valor presente do fluxo de caixa, sendo estes impactos baixos uma vez que poucos fluxos de caixa do Fundo são condicionados à sobrevivência dos mutuários e, assim, a alteração de uma tábua biométrica não reflete em impactos relevantes.

Para os cenários III, IV, V e VI, a curva de juros utilizada para descontar os fluxos a valor presente foi alterada, sendo esta uma hipótese importante devido ao efeito direto no fluxo de desconto financeiro. Os impactos se mostraram dentro do esperado, sendo necessário o acompanhamento desta hipótese nas próximas avaliações a serem realizadas pelo Fundo.

Nos cenários VII, VIII e IX a hipótese de inadimplência foi agravada. Esta hipótese possui influência direta nos retornos das prestações e importância relevante pois estes fluxos representam boa parte das receitas operacionais do FDS. Analisando o cenário IX, com hipótese de inadimplência de 50%, o valor presente do fluxo de caixa apresentou impacto de 13% aproximadamente, e o patrimônio do Fundo de 31%. Esta hipótese possui pouco poder de previsibilidade, devido à pouca qualidade dos dados disponíveis e pelo perfil dos mutuários do programa.

Para os cenários X, XI e XII, as hipóteses de danos físicos no imóvel foram agravadas. Como valor em risco desta hipótese não é elevado, o impacto do valor presente não se mostrou relevante, porém ressalta-se a importância do monitoramento desta hipótese a fim de se evitar que a mesma se agrave no decorrer dos anos.

Para os cenários XIII, XIV e XV, as hipóteses de frequência e severidade das ações judiciais foram agravadas. Mesmo o Fundo não possuindo histórico consistente para determinação desta hipótese, é importante para a Administração saber o impacto pelo agravamento da mesma para o FDS. O impacto no valor presente não se mostrou relevante, porém o fato desta hipótese possui baixa previsibilidade deve ser considerado na análise. Ressalta-se a importância da modelagem e acompanhamento destas hipóteses, pois seus comportamentos podem se agravar em um período de tempo curto.

Nos últimos cenários, XVI, XVII e XVIII, as hipóteses que foram alteradas separadamente nos cenários anteriores, foram alteradas conjuntamente a fim de mensurar o impacto simultâneo das mesmas. Estes cenários podem ser classificados como ‘catastróficos’, uma vez que, a princípio, possuem baixa probabilidade de ocorrência. Os impactos foram de 5%, 6% e 21%, respectivamente e aproximadamente. Nestes cenários é possível identificar qual seria o impacto em caso de um cenário extremo, porém o mesmo foi calculado por um método determinista, ou seja, foi calculado o cenário médio de ocorrência. Para determinação de cenários extremos, tanto positivos como negativos, é necessário a utilização de metodologia estocástica, com geração de cenários suficientes para determinação destes fluxos.

8. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

O patrimônio atual do FDS foi evoluído de acordo com os resultados apurados mensalmente na projeção dos fluxos de caixa. Na data-base 31 de dezembro de 2014, o patrimônio constituído era de R\$ 1.139.393.927,24, conforme indicado no balancete do Fundo. Os valores do patrimônio, de acordo com cada cenário utilizado e posicionados no mês de dezembro de cada ano, estão presentes no Anexo V.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da avaliação atuarial demonstram que o FDS apresenta déficit na data-base da avaliação atuarial, conforme item 6. Os fluxos calculados consideram os riscos atuariais a que o Fundo está exposto, além do risco de crédito dos participantes que pagam as prestações ao FDS. A fim de evitar a insuficiência no PMCMV-E, o Fundo recebe aportes periódicos do Governo Federal, entretanto, como esses valores são determinados a cada ano através do Orçamento Geral da União, não foi capturado nesta avaliação o fluxo de entrada destes recursos. A projeção dos fluxos de perda com ações judiciais foi obtida considerando as hipóteses do FGHab – Fundo Garantidor da Habitação Popular, conforme descrito no relatório Metodológico do FDS. Para a

avaliação de 30 de junho de 2015, espera-se calcular as hipóteses referentes ao FDS, caso o Fundo apresente dados consistentes para determinar tal hipótese.

Ressaltamos que as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial do FDS devem ser monitoradas periodicamente, a fim de verificar possíveis alterações no comportamento da massa de participantes, riscos envolvidos nas operações do Fundo e dos eventos ocorridos e esperados.

* * * * *

ANEXO I - RESULTADO DOS FLUXOS DE CAIXA PROJETADOS ANUAIS (VALORES EM MILHARES DE REAIS)

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras – PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	14.036	24.962	112	(82.309)	(853.040)	(368)	(61)	(13.941)	(1.367)	(911.975)	(885.517)
2016	18.738	26.615	150	(33.311)	(342.695)	(363)	(48)	(1.536)	(1.825)	(334.275)	(307.472)
2017	23.833	26.044	191	(16.368)	(50.467)	(358)	(38)	-	(2.321)	(19.484)	(17.205)
2018	27.240	25.438	218	(9.661)	(824)	(353)	(37)	-	(2.653)	39.368	32.127
2019	28.386	24.646	227	(2.716)	(85)	(348)	(37)	-	(2.765)	47.308	36.797
2020	28.613	24.050	229	(691)	-	(343)	(37)	(299)	(2.787)	48.735	36.137
2021	28.480	23.528	228	-	-	(337)	(37)	(1.002)	(2.774)	48.086	34.047
2022	27.493	23.583	220	-	-	(325)	(36)	(1.657)	(2.678)	46.600	31.269
2023	26.293	23.515	210	-	-	(311)	(34)	(2.258)	(2.561)	44.854	28.583
2024	25.268	23.281	202	-	-	(298)	(33)	(2.807)	(2.461)	43.151	26.215
2025	24.030	23.106	192	-	-	(280)	(32)	(3.310)	(2.340)	41.365	23.947
2026	20.505	23.106	164	-	-	(222)	(26)	(3.762)	(1.997)	37.767	20.766
2027	15.870	23.106	127	-	-	(154)	(19)	(4.146)	(1.546)	33.238	17.355
2028	12.193	23.106	98	-	-	(100)	(13)	(4.466)	(1.188)	29.629	14.682
2029	17.616	23.106	141	-	-	(152)	(20)	(4.766)	(1.716)	34.210	16.078
2030	16.793	23.106	134	-	-	(151)	(20)	(5.083)	(1.636)	33.143	14.808
2031	13.947	23.106	112	-	-	(131)	(17)	(5.361)	(1.358)	30.295	12.852
2032	12.275	23.106	98	-	-	(118)	(16)	(5.604)	(1.196)	28.544	11.494
2033	11.058	23.106	88	-	-	(109)	(15)	(5.824)	(1.077)	27.227	10.410
2034	10.186	23.106	81	-	-	(98)	(14)	(6.025)	(992)	26.245	9.528
2035	7.721	23.106	62	-	-	(70)	(10)	(6.204)	(752)	23.853	8.224
2036	5.561	23.106	44	-	-	(50)	(7)	(6.357)	(542)	21.755	7.120
2037	3.666	23.106	29	-	-	(32)	(5)	(6.490)	(357)	19.917	6.188
2038	2.324	23.106	19	-	-	(21)	(3)	(6.608)	(226)	18.589	5.485
2039	747	23.106	6	-	-	(7)	(1)	(6.711)	(73)	17.066	4.780
2040	202	15.404	2	-	-	(2)	(0)	(4.525)	(20)	11.060	2.966
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* * * * *

ANEXO II

ANEXO II - RESULTADO DOS FLUXOS DE CAIXA PROJETADOS ANUAIS (VALORES EM MILHARES DE REAIS)
PROGRAMA DE CRÉDITO SOLIDÁRIO

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	10.307	5.667	82	(82.309)	(126)	(15)	(3.799)	(1.004)	(71.196)	(69.553)
2016	11.706	6.043	94	(33.311)	(125)	(15)	(2.242)	(1.140)	(18.991)	(17.426)
2017	12.904	5.913	103	(16.368)	(124)	(15)	(1.773)	(1.257)	(617)	(549)
2018	13.677	5.775	109	(9.661)	(123)	(15)	(1.735)	(1.332)	6.695	5.433
2019	14.658	5.595	117	(2.716)	(122)	(15)	(1.827)	(1.428)	14.263	11.087
2020	14.959	5.460	120	(691)	(122)	(15)	(1.947)	(1.457)	16.307	12.087
2021	15.011	5.342	120	-	(121)	(15)	(2.069)	(1.462)	16.806	11.899
2022	14.899	5.354	119	-	(119)	(15)	(2.183)	(1.451)	16.605	11.141
2023	14.754	5.339	118	-	(118)	(15)	(2.286)	(1.437)	16.354	10.421
2024	14.608	5.286	117	-	(117)	(15)	(2.381)	(1.423)	16.075	9.765
2025	14.435	5.246	115	-	(115)	(15)	(2.466)	(1.406)	15.793	9.143
2026	14.042	5.246	112	-	(112)	(14)	(2.543)	(1.368)	15.363	8.445
2027	13.078	5.246	105	-	(105)	(13)	(2.606)	(1.274)	14.430	7.533
2028	11.913	5.246	95	-	(96)	(13)	(2.657)	(1.160)	13.328	6.605
2029	10.456	5.246	84	-	(85)	(11)	(2.706)	(1.018)	11.965	5.631
2030	8.858	5.246	71	-	(74)	(10)	(2.760)	(863)	10.468	4.678
2031	7.469	5.246	60	-	(64)	(9)	(2.807)	(727)	9.167	3.890
2032	6.612	5.246	53	-	(57)	(8)	(2.847)	(644)	8.354	3.364
2033	5.977	5.246	48	-	(53)	(7)	(2.883)	(582)	7.745	2.962
2034	5.537	5.246	44	-	(47)	(7)	(2.915)	(539)	7.318	2.657
2035	4.210	5.246	34	-	(33)	(5)	(2.944)	(410)	6.097	2.103
2036	3.024	5.246	24	-	(24)	(4)	(2.968)	(295)	5.004	1.639
2037	1.957	5.246	16	-	(15)	(2)	(2.988)	(191)	4.022	1.250
2038	1.247	5.246	10	-	(10)	(2)	(3.005)	(121)	3.364	994
2039	408	5.246	3	-	(4)	(1)	(3.019)	(40)	2.593	727
2040	108	3.497	1	-	(1)	(0)	(2.020)	(11)	1.575	422
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RESULTADO DOS FLUXOS DE CAIXA PROJETADOS ANUAIS (VALORES EM MILHARES DE REAIS)
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	3.729	19.295	30	(853.040)	(242)	(46)	(12.934)	(363)	334	324
2016	7.033	20.573	56	(342.695)	(238)	(34)	(7.632)	(685)	630	573
2017	10.929	20.131	87	(50.467)	(234)	(23)	(6.037)	(1.065)	979	842
2018	13.563	19.663	109	(824)	(230)	(22)	(5.907)	(1.321)	1.215	992
2019	13.728	19.050	110	(85)	(226)	(22)	(6.222)	(1.337)	1.229	956
2020	13.654	18.590	109	-	(222)	(22)	(6.629)	(1.330)	1.223	907
2021	13.469	18.186	108	-	(217)	(22)	(7.044)	(1.312)	1.206	854
2022	12.594	18.229	101	-	(206)	(21)	(7.431)	(1.227)	1.128	757
2023	11.539	18.176	92	-	(193)	(20)	(7.784)	(1.124)	1.033	659
2024	10.661	17.995	85	-	(181)	(19)	(8.105)	(1.038)	955	580
2025	9.595	17.860	77	-	(165)	(17)	(8.397)	(935)	859	497
2026	6.464	17.860	52	-	(110)	(12)	(8.657)	(630)	579	319
2027	2.792	17.860	22	-	(49)	(5)	(8.873)	(272)	250	131
2028	280	17.860	2	-	(4)	(0)	(9.047)	(27)	25	12
2029	7.160	17.860	57	-	(66)	(8)	(9.213)	(697)	697	326
2030	7.935	17.860	63	-	(78)	(10)	(9.398)	(773)	773	345
2031	6.478	17.860	52	-	(68)	(9)	(9.557)	(631)	631	268
2032	5.662	17.860	45	-	(61)	(8)	(9.693)	(552)	552	222
2033	5.081	17.860	41	-	(56)	(7)	(9.816)	(495)	495	189
2034	4.649	17.860	37	-	(50)	(7)	(9.926)	(453)	453	164
2035	3.511	17.860	28	-	(36)	(5)	(10.023)	(342)	342	118
2036	2.537	17.860	20	-	(26)	(4)	(10.104)	(247)	247	81
2037	1.709	17.860	14	-	(16)	(2)	(10.172)	(166)	166	52
2038	1.077	17.860	9	-	(11)	(2)	(10.231)	(105)	105	31
2039	339	17.860	3	-	(4)	(1)	(10.280)	(33)	33	9
2040	94	11.907	1	-	(1)	(0)	(6.878)	(9)	9	2
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO III

ANEXO III - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS

Hipótese Utilizada	Cenários						
	Base	I	II	III	IV	V	VI
Tábua de Mortalidade	BR EMS	BR EMS +25%	BR EMS + 50%	BR EMS	BR EMS	BR EMS	BR EMS
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas +25%	Álvaro Vindas + 50%	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Desconto (%)	Curva SELIC	Curva SELIC	Curva SELIC	Curva SELIC +1pp	Curva SELIC - 1pp	Curva SELIC +2pp	Curva SELIC - 2pp
Inadimplência - PCS (%)	17,81	17,81	17,81	17,81	17,81	17,81	17,81
Inadimplência – PMCMV-E (%)	4,51	4,51	4,51	4,51	4,51	4,51	4,51
Frequência DFI – PCS (% a.a.)	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
Frequência DFI - (% a.a.)	Obra Concluída	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23
	Em Andamento	1,16	1,16	1,16	1,16	1,16	1,16
Severidade DFI - PCS (% a.a.)	18,41	18,41	18,41	18,41	18,41	18,41	18,41
Severidade DFI (% a.a.)	Obra Concluída	9,18	9,18	9,18	9,18	9,18	9,18
	Em Andamento	2,68	2,68	2,68	2,68	2,68	2,68
Frequência Ações Judiciais (% a.a.)	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Severidade Ações Judiciais (% a.a.)	51,63	51,63	51,63	51,63	51,63	51,63	51,63
Despesa Administrativa (%)	9,74	9,74	9,74	9,74	9,74	9,74	9,74
Atualização Monetária (%)	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80
Inflação (%)	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50

Hipótese Utilizada		Cenários					
		VII	VIII	IX	X	XI	XII
Tábua de Mortalidade		BR EMS					
Tábua de Entrada em Invalidez		Álvaro Vindas					
Taxa de Desconto (%)		Curva SELIC					
Inadimplência - PCS (%)		22,27	26,72	50,00	17,81	17,81	17,81
Inadimplência – PMCMV-E (%)		5,63	6,76	50,00	4,51	4,51	4,51
Frequência DFI – PCS (% a.a.)		0,12	0,12	0,12	0,15	0,17	0,19
Frequência DFI - (% a.a.)	Obra Concluída	0,23	0,23	0,23	0,28	0,32	0,37
	Em Andamento	1,16	1,16	1,16	1,39	1,63	1,86
Severidade DFI - PCS (% a.a.)		18,41	18,41	18,41	22,10	25,78	29,46
Severidade DFI	Obra Concluída	9,18	9,18	9,18	11,01	12,85	14,69
	Em Andamento	2,68	2,68	2,68	3,22	3,75	4,29
Frequência Ações Judiciais (% a.a.)		0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Severidade Ações Judiciais (% a.a.)		51,63	51,63	51,63	51,63	51,63	51,63
Despesa Administrativa (%)		9,74	9,74	9,74	9,74	9,74	9,74
Atualização Monetária (%)		0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80
Inflação (%)		6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50

ANEXO III

Hipótese Utilizada	Cenários					
	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII
Tábua de Mortalidade	BR EMS	BR EMS	BR EMS	BR EMS +25%	BR EMS +50%	BR EMS +50%
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas +25%	Álvaro Vindas +50%	Álvaro Vindas +50%
Taxa de Desconto (%)	Curva SELIC	Curva SELIC	Curva SELIC	Curva SELIC	Curva SELIC	Curva SELIC
Inadimplência - PCS (%)	17,81	17,81	17,81	22,26	26,72	50,00
Inadimplência – PMCMV-E (%)	4,51	4,51	4,51	5,63	6,76	50,00
Frequência DFI – PCS (% a.a.)	0,12	0,12	0,12	0,15	0,17	0,19
Frequência DFI - (% a.a.)	0,23	0,23	0,23	0,28	0,32	0,37
	1,16	1,16	1,16	1,39	1,63	1,86
Severidade DFI - PCS (% a.a.)	18,41	18,41	18,41	22,10	25,78	29,46
Severidade DFI	9,18	9,18	9,18	11,01	12,85	14,69
	2,68	2,68	2,68	3,22	3,75	4,29
Frequência Ações Judiciais (% a.a.)	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Severidade Ações Judiciais (% a.a.)	56,79	61,95	67,12	56,79	61,95	67,12
Despesa Administrativa (%)	9,74	9,74	9,74	9,74	9,74	9,74
Atualização Monetária (%)	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80
Inflação (%)	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50

* * * * *

ANEXO IV - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE (VALORES EM MILHARES DE REAIS)

CENÁRIO BASE

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	14.036	24.962	112	(82.309)	(853.040)	(368)	(61)	(13.941)	(1.367)	(911.975)	(885.517)
2016	18.738	26.615	150	(33.311)	(342.695)	(363)	(48)	(1.536)	(1.825)	(334.275)	(307.472)
2017	23.833	26.044	191	(16.368)	(50.467)	(358)	(38)	-	(2.321)	(19.484)	(17.205)
2018	27.240	25.438	218	(9.661)	(824)	(353)	(37)	-	(2.653)	39.368	32.127
2019	28.386	24.646	227	(2.716)	(85)	(348)	(37)	-	(2.765)	47.308	36.797
2020	28.613	24.050	229	(691)	-	(343)	(37)	(299)	(2.787)	48.735	36.137
2021	28.480	23.528	228	-	-	(337)	(37)	(1.002)	(2.774)	48.086	34.047
2022	27.493	23.583	220	-	-	(325)	(36)	(1.657)	(2.678)	46.600	31.269
2023	26.293	23.515	210	-	-	(311)	(34)	(2.258)	(2.561)	44.854	28.583
2024	25.268	23.281	202	-	-	(298)	(33)	(2.807)	(2.461)	43.151	26.215
2025	24.030	23.106	192	-	-	(280)	(32)	(3.310)	(2.340)	41.365	23.947
2026	20.505	23.106	164	-	-	(222)	(26)	(3.762)	(1.997)	37.767	20.766
2027	15.870	23.106	127	-	-	(154)	(19)	(4.146)	(1.546)	33.238	17.355
2028	12.193	23.106	98	-	-	(100)	(13)	(4.466)	(1.188)	29.629	14.682
2029	17.616	23.106	141	-	-	(152)	(20)	(4.766)	(1.716)	34.210	16.078
2030	16.793	23.106	134	-	-	(151)	(20)	(5.083)	(1.636)	33.143	14.808
2031	13.947	23.106	112	-	-	(131)	(17)	(5.361)	(1.358)	30.295	12.852
2032	12.275	23.106	98	-	-	(118)	(16)	(5.604)	(1.196)	28.544	11.494
2033	11.058	23.106	88	-	-	(109)	(15)	(5.824)	(1.077)	27.227	10.410
2034	10.186	23.106	81	-	-	(98)	(14)	(6.025)	(992)	26.245	9.528
2035	7.721	23.106	62	-	-	(70)	(10)	(6.204)	(752)	23.853	8.224
2036	5.561	23.106	44	-	-	(50)	(7)	(6.357)	(542)	21.755	7.120
2037	3.666	23.106	29	-	-	(32)	(5)	(6.490)	(357)	19.917	6.188
2038	2.324	23.106	19	-	-	(21)	(3)	(6.608)	(226)	18.589	5.485
2039	747	23.106	6	-	-	(7)	(1)	(6.711)	(73)	17.066	4.780
2040	202	15.404	2	-	-	(2)	(0)	(4.525)	(20)	11.060	2.966
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO IV

CENÁRIO I

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	13.924	24.962	111	(82.309)	(853.040)	(368)	(61)	(13.940)	(1.356)	(912.076)	(885.615)
2016	17.037	26.615	136	(33.311)	(342.695)	(363)	(48)	(1.530)	(1.659)	(335.818)	(308.875)
2017	21.205	26.044	170	(16.368)	(50.467)	(358)	(38)	-	(2.065)	(21.877)	(19.267)
2018	24.560	25.438	196	(9.661)	(824)	(353)	(37)	-	(2.392)	36.928	30.133
2019	25.705	24.646	206	(2.716)	(85)	(347)	(37)	-	(2.504)	44.867	34.897
2020	25.932	24.050	207	(691)	-	(342)	(37)	(164)	(2.526)	46.430	34.427
2021	25.800	23.528	206	-	-	(336)	(37)	(804)	(2.513)	45.845	32.461
2022	24.817	23.583	199	-	-	(324)	(36)	(1.429)	(2.417)	44.392	29.788
2023	23.620	23.515	189	-	-	(310)	(34)	(2.000)	(2.301)	42.679	27.197
2024	22.607	23.281	181	-	-	(297)	(33)	(2.523)	(2.202)	41.014	24.916
2025	21.461	23.106	172	-	-	(279)	(32)	(3.001)	(2.090)	39.337	22.772
2026	19.378	23.106	155	-	-	(220)	(26)	(3.436)	(1.887)	37.069	20.379
2027	15.582	23.106	125	-	-	(152)	(19)	(3.817)	(1.518)	33.307	17.390
2028	11.953	23.106	96	-	-	(98)	(13)	(4.137)	(1.164)	29.741	14.738
2029	10.251	23.106	82	-	-	(84)	(11)	(4.418)	(998)	27.928	13.141
2030	8.636	23.106	69	-	-	(72)	(10)	(4.667)	(841)	26.220	11.714
2031	7.263	23.106	58	-	-	(62)	(9)	(4.890)	(707)	24.758	10.501
2032	6.415	23.106	51	-	-	(56)	(8)	(5.091)	(625)	23.792	9.580
2033	5.782	23.106	46	-	-	(51)	(7)	(5.275)	(563)	23.037	8.807
2034	5.340	23.106	43	-	-	(46)	(7)	(5.446)	(520)	22.470	8.157
2035	4.046	23.106	32	-	-	(32)	(5)	(5.601)	(394)	21.152	7.291
2036	2.896	23.106	23	-	-	(23)	(4)	(5.740)	(282)	19.977	6.537
2037	1.868	23.106	15	-	-	(15)	(2)	(5.864)	(182)	18.925	5.879
2038	1.184	23.106	9	-	-	(10)	(2)	(5.977)	(115)	18.195	5.368
2039	384	23.106	3	-	-	(3)	(1)	(6.079)	(37)	17.372	4.865
2040	101	15.404	1	-	-	(1)	(0)	(4.106)	(10)	11.389	3.054
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CENÁRIO II

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	13.916	24.962	111	(82.309)	(853.040)	(367)	(61)	(13.940)	(1.355)	(912.084)	(885.622)
2016	17.007	26.615	136	(33.311)	(342.695)	(362)	(48)	(1.530)	(1.656)	(335.845)	(308.899)
2017	21.142	26.044	169	(16.368)	(50.467)	(357)	(38)	-	(2.059)	(21.933)	(19.315)
2018	24.458	25.438	196	(9.661)	(824)	(351)	(37)	-	(2.382)	36.837	30.059
2019	25.567	24.646	205	(2.716)	(85)	(346)	(37)	-	(2.490)	44.743	34.801
2020	25.759	24.050	206	(691)	-	(340)	(37)	(159)	(2.509)	46.279	34.316
2021	25.594	23.528	205	-	-	(334)	(37)	(795)	(2.493)	45.669	32.336
2022	24.585	23.583	197	-	-	(321)	(36)	(1.418)	(2.395)	44.196	29.656
2023	23.366	23.515	187	-	-	(306)	(34)	(1.987)	(2.276)	42.464	27.060
2024	22.329	23.281	179	-	-	(293)	(33)	(2.507)	(2.175)	40.780	24.775
2025	21.163	23.106	169	-	-	(275)	(32)	(2.981)	(2.061)	39.089	22.629
2026	19.077	23.106	153	-	-	(217)	(26)	(3.414)	(1.858)	36.820	20.243
2027	15.311	23.106	122	-	-	(149)	(19)	(3.792)	(1.491)	33.088	17.276
2028	11.721	23.106	94	-	-	(97)	(13)	(4.111)	(1.142)	29.558	14.647
2029	10.029	23.106	80	-	-	(82)	(11)	(4.389)	(977)	27.756	13.060
2030	8.428	23.106	67	-	-	(70)	(10)	(4.637)	(821)	26.063	11.643
2031	7.071	23.106	57	-	-	(60)	(9)	(4.859)	(689)	24.616	10.441
2032	6.232	23.106	50	-	-	(54)	(8)	(5.059)	(607)	23.660	9.527
2033	5.603	23.106	45	-	-	(49)	(7)	(5.242)	(546)	22.908	8.758
2034	5.161	23.106	41	-	-	(44)	(7)	(5.411)	(503)	22.343	8.111
2035	3.898	23.106	31	-	-	(31)	(5)	(5.566)	(380)	21.053	7.257
2036	2.782	23.106	22	-	-	(22)	(4)	(5.704)	(271)	19.909	6.515
2037	1.788	23.106	14	-	-	(14)	(2)	(5.828)	(174)	18.889	5.868
2038	1.129	23.106	9	-	-	(9)	(2)	(5.941)	(110)	18.182	5.364
2039	364	23.106	3	-	-	(3)	(1)	(6.043)	(35)	17.390	4.870
2040	95	15.404	1	-	-	(1)	(0)	(4.082)	(9)	11.408	3.059
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO IV

CENÁRIO III

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	14.036	29.166	112	(82.309)	(299.878)	(553.162)	(853.040)	(368)	(61)	(14.005)	(1.367)
2016	18.738	30.805	150	(33.311)	(131.001)	(211.693)	(342.695)	(363)	(48)	(1.691)	(1.825)
2017	23.833	30.239	191	(16.368)	(34.324)	(16.143)	(50.467)	(358)	(38)	-	(2.321)
2018	27.240	29.638	218	(9.661)	(824)	-	(824)	(353)	(37)	-	(2.653)
2019	28.386	28.853	227	(2.716)	(85)	-	(85)	(348)	(37)	(105)	(2.765)
2020	28.613	28.262	229	(691)	-	-	-	(343)	(37)	(773)	(2.787)
2021	28.480	27.745	228	-	-	-	-	(337)	(37)	(1.492)	(2.774)
2022	27.493	27.799	220	-	-	-	-	(325)	(36)	(2.154)	(2.678)
2023	26.293	27.732	210	-	-	-	-	(311)	(34)	(2.756)	(2.561)
2024	25.268	27.499	202	-	-	-	-	(298)	(33)	(3.304)	(2.461)
2025	24.030	27.326	192	-	-	-	-	(280)	(32)	(3.801)	(2.340)
2026	20.505	27.326	164	-	-	-	-	(222)	(26)	(4.247)	(1.997)
2027	15.870	27.326	127	-	-	-	-	(154)	(19)	(4.626)	(1.546)
2028	12.193	27.326	98	-	-	-	-	(100)	(13)	(4.942)	(1.188)
2029	10.487	27.326	84	-	-	-	-	(86)	(11)	(5.218)	(1.021)
2030	8.858	27.326	71	-	-	-	-	(74)	(10)	(5.464)	(863)
2031	7.469	27.326	60	-	-	-	-	(64)	(9)	(5.683)	(727)
2032	6.612	27.326	53	-	-	-	-	(57)	(8)	(5.879)	(644)
2033	5.977	27.326	48	-	-	-	-	(53)	(7)	(6.059)	(582)
2034	5.537	27.326	44	-	-	-	-	(47)	(7)	(6.224)	(539)
2035	4.210	27.326	34	-	-	-	-	(33)	(5)	(6.374)	(410)
2036	3.024	27.326	24	-	-	-	-	(24)	(4)	(6.507)	(295)
2037	1.957	27.326	16	-	-	-	-	(15)	(2)	(6.626)	(191)
2038	1.247	27.326	10	-	-	-	-	(10)	(2)	(6.735)	(121)
2039	408	27.326	3	-	-	-	-	(4)	(1)	(6.832)	(40)
2040	108	18.217	1	-	-	-	-	(1)	(0)	(4.605)	(11)
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CENÁRIO IV

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	14.036	20.721	112	(82.309)	(853.040)	(368)	(61)	(13.875)	(1.367)	(916.150)	(893.878)
2016	18.738	22.389	150	(33.311)	(342.695)	(363)	(48)	(1.400)	(1.825)	(338.365)	(315.346)
2017	23.833	21.813	191	(16.368)	(50.467)	(358)	(38)	-	(2.321)	(23.715)	(21.290)
2018	27.240	21.202	218	(9.661)	(824)	(353)	(37)	-	(2.653)	35.132	29.652
2019	28.386	20.402	227	(2.716)	(85)	(348)	(37)	-	(2.765)	43.065	34.974
2020	28.613	19.801	229	(691)	-	(343)	(37)	(14)	(2.787)	44.772	34.994
2021	28.480	19.275	228	-	-	(337)	(37)	(480)	(2.774)	44.354	33.424
2022	27.493	19.330	220	-	-	(325)	(36)	(1.126)	(2.678)	42.878	30.914
2023	26.293	19.262	210	-	-	(311)	(34)	(1.721)	(2.561)	41.137	28.436
2024	25.268	19.025	202	-	-	(298)	(33)	(2.270)	(2.461)	39.433	26.237
2025	24.030	18.849	192	-	-	(280)	(32)	(2.774)	(2.340)	37.644	24.097
2026	20.505	18.849	164	-	-	(222)	(26)	(3.229)	(1.997)	34.043	20.895
2027	15.870	18.849	127	-	-	(154)	(19)	(3.615)	(1.546)	29.512	17.366
2028	12.193	18.849	98	-	-	(100)	(13)	(3.934)	(1.188)	25.904	14.606
2029	10.487	18.849	84	-	-	(86)	(11)	(4.211)	(1.021)	24.089	13.021
2030	8.858	18.849	71	-	-	(74)	(10)	(4.458)	(863)	22.373	11.592
2031	7.469	18.849	60	-	-	(64)	(9)	(4.679)	(727)	20.898	10.379
2032	6.612	18.849	53	-	-	(57)	(8)	(4.877)	(644)	19.927	9.485
2033	5.977	18.849	48	-	-	(53)	(7)	(5.060)	(582)	19.171	8.747
2034	5.537	18.849	44	-	-	(47)	(7)	(5.230)	(539)	18.606	8.138
2035	4.210	18.849	34	-	-	(33)	(5)	(5.385)	(410)	17.259	7.237
2036	3.024	18.849	24	-	-	(24)	(4)	(5.522)	(295)	16.053	6.452
2037	1.957	18.849	16	-	-	(15)	(2)	(5.644)	(191)	14.969	5.766
2038	1.247	18.849	10	-	-	(10)	(2)	(5.755)	(121)	14.217	5.250
2039	408	18.849	3	-	-	(4)	(1)	(5.855)	(40)	13.361	4.729
2040	108	12.566	1	-	-	(1)	(0)	(3.954)	(11)	8.709	2.975
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO IV

CENÁRIO V

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	14.036	33.334	112	(82.309)	(853.040)	(368)	(61)	(14.069)	(1.367)	(903.731)	(869.216)
2016	18.738	34.959	150	(33.311)	(342.695)	(363)	(48)	(1.868)	(1.825)	(326.263)	(292.470)
2017	23.833	34.398	191	(16.368)	(50.467)	(358)	(38)	-	(2.321)	(11.130)	(9.669)
2018	27.240	33.802	218	(9.661)	(824)	(353)	(37)	(2)	(2.653)	47.730	36.451
2019	28.386	33.023	227	(2.716)	(85)	(348)	(37)	(453)	(2.765)	55.233	39.459
2020	28.613	32.438	229	(691)	-	(343)	(37)	(1.227)	(2.787)	56.196	37.555
2021	28.480	31.925	228	-	-	(337)	(37)	(1.954)	(2.774)	55.530	34.774
2022	27.493	31.979	220	-	-	(325)	(36)	(2.619)	(2.678)	54.034	31.470
2023	26.293	31.912	210	-	-	(311)	(34)	(3.220)	(2.561)	52.289	28.382
2024	25.268	31.682	202	-	-	(298)	(33)	(3.763)	(2.461)	50.597	25.693
2025	24.030	31.510	192	-	-	(280)	(32)	(4.252)	(2.340)	48.827	23.184
2026	20.505	31.510	164	-	-	(222)	(26)	(4.689)	(1.997)	45.245	20.025
2027	15.870	31.510	127	-	-	(154)	(19)	(5.060)	(1.546)	40.729	16.799
2028	12.193	31.510	98	-	-	(100)	(13)	(5.370)	(1.188)	37.129	14.263
2029	10.487	31.510	84	-	-	(86)	(11)	(5.640)	(1.021)	35.322	12.644
2030	8.858	31.510	71	-	-	(74)	(10)	(5.880)	(863)	33.613	11.211
2031	7.469	31.510	60	-	-	(64)	(9)	(6.093)	(727)	32.146	9.990
2032	6.612	31.510	53	-	-	(57)	(8)	(6.283)	(644)	31.182	9.028
2033	5.977	31.510	48	-	-	(53)	(7)	(6.456)	(582)	30.436	8.210
2034	5.537	31.510	44	-	-	(47)	(7)	(6.614)	(539)	29.883	7.512
2035	4.210	31.510	34	-	-	(33)	(5)	(6.757)	(410)	28.548	6.687
2036	3.024	31.510	24	-	-	(24)	(4)	(6.883)	(295)	27.352	5.969
2037	1.957	31.510	16	-	-	(15)	(2)	(6.997)	(191)	26.277	5.343
2038	1.247	31.510	10	-	-	(10)	(2)	(7.099)	(121)	25.534	4.838
2039	408	31.510	3	-	-	(4)	(1)	(7.191)	(40)	24.685	4.357
2040	108	21.006	1	-	-	(1)	(0)	(4.841)	(11)	16.263	2.706
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CENÁRIO VI

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	14.036	16.443	112	(82.309)	(853.040)	(368)	(61)	(13.808)	(1.367)	(920.361)	(902.386)
2016	18.738	18.126	150	(33.311)	(342.695)	(363)	(48)	(1.275)	(1.825)	(342.503)	(323.474)
2017	23.833	17.544	191	(16.368)	(60.993)	(358)	(40)	-	(2.321)	(38.511)	(35.046)
2018	27.240	16.928	218	(9.661)	(12.451)	(353)	(39)	-	(2.653)	19.228	16.752
2019	28.386	16.121	227	(2.716)	(3.411)	(348)	(37)	-	(2.765)	35.458	30.072
2020	28.613	15.515	229	(691)	(859)	(343)	(37)	-	(2.787)	39.640	32.673
2021	28.480	14.984	228	-	-	(337)	(37)	-	(2.774)	40.544	32.535
2022	27.493	15.040	220	-	-	(325)	(36)	(132)	(2.678)	39.582	30.683
2023	26.293	14.971	210	-	-	(311)	(34)	(688)	(2.561)	37.879	28.426
2024	25.268	14.732	202	-	-	(298)	(33)	(1.238)	(2.461)	36.172	26.381
2025	24.030	14.554	192	-	-	(280)	(32)	(1.746)	(2.340)	34.378	24.357
2026	20.505	14.554	164	-	-	(222)	(26)	(2.206)	(1.997)	30.772	21.106
2027	15.870	14.554	127	-	-	(154)	(19)	(2.595)	(1.546)	26.238	17.420
2028	12.193	14.554	98	-	-	(100)	(13)	(2.913)	(1.188)	22.630	14.537
2029	17.616	14.554	141	-	-	(152)	(20)	(3.217)	(1.716)	27.207	16.900
2030	16.793	14.554	134	-	-	(151)	(20)	(3.555)	(1.636)	26.120	15.719
2031	13.947	14.554	112	-	-	(131)	(17)	(3.849)	(1.358)	23.256	13.546
2032	12.275	14.554	98	-	-	(118)	(16)	(4.105)	(1.196)	21.492	12.113
2033	11.058	14.554	88	-	-	(109)	(15)	(4.337)	(1.077)	20.163	10.999
2034	10.186	14.554	81	-	-	(98)	(14)	(4.549)	(992)	19.169	10.121
2035	7.721	14.554	62	-	-	(70)	(10)	(4.738)	(752)	16.767	8.570
2036	5.561	14.554	44	-	-	(50)	(7)	(4.896)	(542)	14.664	7.253
2037	3.666	14.554	29	-	-	(32)	(5)	(5.030)	(357)	12.825	6.138
2038	2.324	14.554	19	-	-	(21)	(3)	(5.146)	(226)	11.499	5.328
2039	747	14.554	6	-	-	(7)	(1)	(5.244)	(73)	9.981	4.475
2040	202	9.703	2	-	-	(2)	(0)	(3.544)	(20)	6.340	2.766
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO IV

CENÁRIO VII

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	13.329	24.962	107	(82.309)	(853.040)	(368)	(61)	(13.935)	(1.298)	(912.613)	(886.135)
2016	16.360	26.615	131	(33.311)	(342.695)	(363)	(48)	(1.521)	(1.593)	(336.426)	(309.429)
2017	20.445	26.044	164	(16.368)	(50.467)	(358)	(38)	-	(1.991)	(22.569)	(19.864)
2018	23.746	25.438	190	(9.661)	(824)	(353)	(37)	-	(2.313)	36.186	29.528
2019	24.858	24.646	199	(2.716)	(85)	(348)	(37)	-	(2.421)	44.096	34.297
2020	25.092	24.050	201	(691)	-	(343)	(37)	(122)	(2.444)	45.706	33.890
2021	24.981	23.528	200	-	-	(337)	(37)	(731)	(2.433)	45.171	31.983
2022	24.034	23.583	192	-	-	(325)	(36)	(1.347)	(2.341)	43.761	29.364
2023	22.878	23.515	183	-	-	(311)	(34)	(1.911)	(2.228)	42.092	26.823
2024	21.906	23.281	175	-	-	(298)	(33)	(2.426)	(2.134)	40.470	24.586
2025	20.802	23.106	166	-	-	(280)	(32)	(2.897)	(2.026)	38.838	22.484
2026	18.778	23.106	150	-	-	(222)	(26)	(3.327)	(1.829)	36.630	20.138
2027	15.076	23.106	121	-	-	(154)	(19)	(3.704)	(1.468)	32.957	17.207
2028	11.541	23.106	92	-	-	(100)	(13)	(4.022)	(1.124)	29.480	14.608
2029	9.917	23.106	79	-	-	(86)	(11)	(4.300)	(966)	27.739	13.052
2030	8.375	23.106	67	-	-	(74)	(10)	(4.548)	(816)	26.100	11.660
2031	7.061	23.106	56	-	-	(64)	(9)	(4.770)	(688)	24.693	10.474
2032	6.250	23.106	50	-	-	(57)	(8)	(4.970)	(609)	23.762	9.568
2033	5.649	23.106	45	-	-	(53)	(7)	(5.154)	(550)	23.035	8.807
2034	5.232	23.106	42	-	-	(47)	(7)	(5.325)	(510)	22.491	8.164
2035	3.978	23.106	32	-	-	(33)	(5)	(5.481)	(387)	21.209	7.311
2036	2.857	23.106	23	-	-	(24)	(4)	(5.620)	(278)	20.060	6.565
2037	1.849	23.106	15	-	-	(15)	(2)	(5.744)	(180)	19.027	5.911
2038	1.178	23.106	9	-	-	(10)	(2)	(5.858)	(115)	18.308	5.401
2039	385	23.106	3	-	-	(4)	(1)	(5.961)	(37)	17.491	4.898
2040	102	15.404	1	-	-	(1)	(0)	(4.027)	(10)	11.469	3.076
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CENÁRIO VIII

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	12.728	24.962	102	(82.309)	(853.040)	(368)	(61)	(13.930)	(1.240)	(913.156)	(886.661)
2016	15.662	26.615	125	(33.311)	(342.695)	(363)	(48)	(1.512)	(1.526)	(337.051)	(309.999)
2017	19.647	26.044	157	(16.368)	(50.467)	(358)	(38)	-	(1.914)	(23.296)	(20.490)
2018	22.875	25.438	183	(9.661)	(824)	(353)	(37)	-	(2.228)	35.394	28.880
2019	23.933	24.646	191	(2.716)	(85)	(348)	(37)	-	(2.331)	43.253	33.642
2020	24.151	24.050	193	(691)	-	(343)	(37)	(84)	(2.352)	44.887	33.282
2021	24.038	23.528	192	-	-	(337)	(37)	(653)	(2.341)	44.390	31.431
2022	23.108	23.583	185	-	-	(325)	(36)	(1.258)	(2.251)	43.006	28.857
2023	21.972	23.515	176	-	-	(311)	(34)	(1.812)	(2.140)	41.365	26.360
2024	21.018	23.281	168	-	-	(298)	(33)	(2.319)	(2.047)	39.769	24.160
2025	19.934	23.106	159	-	-	(280)	(32)	(2.782)	(1.942)	38.164	22.093
2026	17.952	23.106	144	-	-	(222)	(26)	(3.204)	(1.749)	36.000	19.792
2027	14.335	23.106	115	-	-	(154)	(19)	(3.575)	(1.396)	32.411	16.922
2028	10.892	23.106	87	-	-	(100)	(13)	(3.887)	(1.061)	29.023	14.382
2029	9.350	23.106	75	-	-	(86)	(11)	(4.161)	(911)	27.361	12.874
2030	7.895	23.106	63	-	-	(74)	(10)	(4.406)	(769)	25.805	11.528
2031	6.656	23.106	53	-	-	(64)	(9)	(4.626)	(648)	24.468	10.378
2032	5.892	23.106	47	-	-	(57)	(8)	(4.825)	(574)	23.581	9.495
2033	5.326	23.106	43	-	-	(53)	(7)	(5.008)	(519)	22.887	8.750
2034	4.933	23.106	39	-	-	(47)	(7)	(5.177)	(480)	22.366	8.119
2035	3.750	23.106	30	-	-	(33)	(5)	(5.332)	(365)	21.150	7.290
2036	2.693	23.106	22	-	-	(24)	(4)	(5.471)	(262)	20.060	6.564
2037	1.743	23.106	14	-	-	(15)	(2)	(5.596)	(170)	19.079	5.927
2038	1.110	23.106	9	-	-	(10)	(2)	(5.710)	(108)	18.394	5.426
2039	363	23.106	3	-	-	(4)	(1)	(5.814)	(35)	17.618	4.934
2040	96	15.404	1	-	-	(1)	(0)	(3.929)	(9)	11.561	3.100
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO IV

CENÁRIO IX

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	8.168	24.962	65	(82.309)	(853.040)	(368)	(61)	(13.894)	(796)	(917.273)	(890.649)
2016	9.924	26.615	79	(33.311)	(342.695)	(363)	(48)	(1.446)	(967)	(342.211)	(314.700)
2017	12.217	26.044	98	(16.368)	(50.467)	(358)	(38)	-	(1.190)	(30.062)	(26.317)
2018	14.048	25.438	112	(9.661)	(824)	(353)	(37)	-	(1.368)	27.356	22.314
2019	14.743	24.646	118	(2.716)	(85)	(348)	(37)	-	(1.436)	34.885	27.132
2020	14.899	24.050	119	(691)	-	(343)	(37)	-	(1.451)	36.546	27.096
2021	14.846	23.528	119	-	-	(337)	(37)	(33)	(1.446)	36.640	25.942
2022	14.332	23.583	115	-	-	(325)	(36)	(428)	(1.396)	35.845	24.051
2023	13.704	23.515	110	-	-	(311)	(34)	(891)	(1.335)	34.757	22.148
2024	13.173	23.281	105	-	-	(298)	(33)	(1.318)	(1.283)	33.626	20.428
2025	12.570	23.106	101	-	-	(280)	(32)	(1.712)	(1.224)	32.528	18.830
2026	11.455	23.106	92	-	-	(222)	(26)	(2.074)	(1.116)	31.215	17.159
2027	9.390	23.106	75	-	-	(154)	(19)	(2.399)	(915)	29.084	15.183
2028	7.392	23.106	59	-	-	(100)	(13)	(2.685)	(720)	27.038	13.398
2029	6.375	23.106	51	-	-	(86)	(11)	(2.942)	(621)	25.872	12.173
2030	5.387	23.106	43	-	-	(74)	(10)	(3.175)	(525)	24.753	11.057
2031	4.542	23.106	36	-	-	(64)	(9)	(3.387)	(442)	23.782	10.087
2032	4.020	23.106	32	-	-	(57)	(8)	(3.581)	(392)	23.120	9.309
2033	3.634	23.106	29	-	-	(53)	(7)	(3.761)	(354)	22.594	8.637
2034	3.366	23.106	27	-	-	(47)	(7)	(3.928)	(328)	22.188	8.054
2035	2.559	23.106	20	-	-	(33)	(5)	(4.083)	(249)	21.314	7.346
2036	1.838	23.106	15	-	-	(24)	(4)	(4.224)	(179)	20.527	6.717
2037	1.189	23.106	10	-	-	(15)	(2)	(4.353)	(116)	19.818	6.157
2038	758	23.106	6	-	-	(10)	(2)	(4.472)	(74)	19.311	5.696
2039	248	23.106	2	-	-	(4)	(1)	(4.582)	(24)	18.745	5.250
2040	66	15.404	1	-	-	(1)	(0)	(3.111)	(6)	12.351	3.312
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CENÁRIO X

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	13.931	24.962	111	(82.309)	(853.040)	(529)	(61)	(13.938)	(1.357)	(912.231)	(885.764)
2016	17.057	26.615	136	(33.311)	(342.695)	(522)	(48)	(1.528)	(1.661)	(335.956)	(309.001)
2017	21.243	26.044	170	(16.368)	(50.467)	(514)	(38)	-	(2.069)	(21.999)	(19.372)
2018	24.616	25.438	197	(9.661)	(824)	(506)	(37)	-	(2.398)	36.826	30.050
2019	25.784	24.646	206	(2.716)	(85)	(498)	(37)	-	(2.511)	44.789	34.836
2020	26.033	24.050	208	(691)	-	(490)	(37)	(156)	(2.536)	46.381	34.391
2021	25.923	23.528	207	-	-	(482)	(37)	(792)	(2.525)	45.823	32.445
2022	24.960	23.583	200	-	-	(464)	(36)	(1.417)	(2.431)	44.395	29.789
2023	23.784	23.515	190	-	-	(442)	(34)	(1.989)	(2.317)	42.707	27.215
2024	22.794	23.281	182	-	-	(424)	(33)	(2.512)	(2.220)	41.067	24.949
2025	21.669	23.106	173	-	-	(398)	(32)	(2.990)	(2.111)	39.418	22.819
2026	19.605	23.106	157	-	-	(315)	(26)	(3.427)	(1.910)	37.190	20.446
2027	15.816	23.106	127	-	-	(219)	(19)	(3.809)	(1.541)	33.461	17.471
2028	12.189	23.106	98	-	-	(144)	(13)	(4.132)	(1.187)	29.917	14.825
2029	10.483	23.106	84	-	-	(123)	(11)	(4.414)	(1.021)	28.104	13.224
2030	8.855	23.106	71	-	-	(106)	(10)	(4.665)	(862)	26.388	11.789
2031	7.465	23.106	60	-	-	(91)	(9)	(4.889)	(727)	24.914	10.568
2032	6.608	23.106	53	-	-	(82)	(8)	(5.091)	(644)	23.942	9.640
2033	5.973	23.106	48	-	-	(76)	(7)	(5.277)	(582)	23.185	8.864
2034	5.532	23.106	44	-	-	(68)	(7)	(5.448)	(539)	22.620	8.211
2035	4.206	23.106	34	-	-	(48)	(5)	(5.605)	(410)	21.278	7.335
2036	3.021	23.106	24	-	-	(34)	(4)	(5.744)	(294)	20.074	6.569
2037	1.955	23.106	16	-	-	(22)	(2)	(5.869)	(190)	18.992	5.900
2038	1.245	23.106	10	-	-	(15)	(2)	(5.982)	(121)	18.241	5.381
2039	407	23.106	3	-	-	(5)	(1)	(6.085)	(40)	17.386	4.869
2040	108	15.404	1	-	-	(1)	(0)	(4.109)	(11)	11.391	3.055
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO IV

CENÁRIO XI

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
9	13.925	24.962	111	(82.309)	(853.040)	(720)	(61)	(13.937)	(1.356)	(912.424)	(885.952)
2016	17.041	26.615	136	(33.311)	(342.695)	(708)	(48)	(1.525)	(1.660)	(336.154)	(309.182)
2017	21.211	26.044	170	(16.368)	(60.993)	(696)	(40)	-	(2.066)	(32.738)	(28.513)
2018	24.568	25.438	197	(9.661)	(12.451)	(685)	(39)	-	(2.393)	24.974	20.323
2019	25.716	24.646	206	(2.716)	(3.411)	(673)	(37)	-	(2.505)	41.226	32.053
2020	25.946	24.050	208	(691)	(859)	(661)	(37)	-	(2.527)	45.429	33.676
2021	25.817	23.528	207	-	-	(648)	(37)	(339)	(2.515)	46.013	32.580
2022	24.836	23.583	199	-	-	(622)	(36)	(966)	(2.419)	44.574	29.910
2023	23.642	23.515	189	-	-	(593)	(34)	(1.540)	(2.303)	42.876	27.323
2024	22.633	23.281	181	-	-	(567)	(33)	(2.066)	(2.204)	41.225	25.045
2025	21.489	23.106	172	-	-	(530)	(32)	(2.546)	(2.093)	39.566	22.905
2026	19.408	23.106	155	-	-	(420)	(26)	(2.984)	(1.890)	37.349	20.533
2027	15.612	23.106	125	-	-	(291)	(19)	(3.368)	(1.521)	33.643	17.566
2028	11.982	23.106	96	-	-	(192)	(13)	(3.692)	(1.167)	30.119	14.925
2029	16.996	23.106	136	-	-	(287)	(20)	(3.996)	(1.655)	34.280	16.112
2030	16.055	23.106	128	-	-	(285)	(20)	(4.313)	(1.564)	33.107	14.792
2031	13.229	23.106	106	-	-	(246)	(17)	(4.591)	(1.289)	30.298	12.853
2032	11.573	23.106	93	-	-	(220)	(16)	(4.834)	(1.127)	28.573	11.506
2033	10.366	23.106	83	-	-	(202)	(15)	(5.054)	(1.010)	27.275	10.428
2034	9.520	23.106	76	-	-	(181)	(14)	(5.255)	(927)	26.325	9.557
2035	7.289	23.106	58	-	-	(127)	(10)	(5.435)	(710)	24.171	8.333
2036	5.335	23.106	43	-	-	(91)	(7)	(5.592)	(520)	22.274	7.290
2037	3.589	23.106	29	-	-	(58)	(5)	(5.729)	(350)	20.583	6.395
2038	2.269	23.106	18	-	-	(39)	(3)	(5.851)	(221)	19.279	5.689
2039	726	23.106	6	-	-	(13)	(1)	(5.957)	(71)	17.795	4.984
2040	196	15.404	2	-	-	(3)	(0)	(4.025)	(19)	11.553	3.098
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CENÁRIO XII

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	13.931	24.962	111	(82.309)	(853.040)	(940)	(61)	(13.935)	(1.357)	(912.637)	(886.159)
2016	17.057	26.615	136	(33.311)	(342.695)	(923)	(48)	(1.521)	(1.661)	(336.351)	(309.361)
2017	21.243	26.044	170	(16.368)	(50.467)	(907)	(38)	-	(2.069)	(22.392)	(19.711)
2018	24.616	25.438	197	(9.661)	(824)	(891)	(37)	-	(2.398)	36.441	29.735
2019	25.784	24.646	206	(2.716)	(85)	(875)	(37)	-	(2.511)	44.412	34.543
2020	26.033	24.050	208	(691)	-	(858)	(37)	(131)	(2.536)	46.038	34.136
2021	25.923	23.528	207	-	-	(841)	(37)	(751)	(2.525)	45.505	32.220
2022	24.960	23.583	200	-	-	(807)	(36)	(1.372)	(2.431)	44.097	29.589
2023	23.784	23.515	190	-	-	(768)	(34)	(1.940)	(2.317)	42.431	27.039
2024	22.794	23.281	182	-	-	(734)	(33)	(2.460)	(2.220)	40.810	24.793
2025	21.669	23.106	173	-	-	(686)	(32)	(2.935)	(2.111)	39.185	22.685
2026	19.605	23.106	157	-	-	(545)	(26)	(3.369)	(1.910)	37.018	20.351
2027	15.816	23.106	127	-	-	(381)	(19)	(3.750)	(1.541)	33.359	17.417
2028	12.189	23.106	98	-	-	(254)	(13)	(4.072)	(1.187)	29.867	14.800
2029	17.200	23.106	138	-	-	(375)	(20)	(4.372)	(1.675)	34.001	15.981
2030	16.246	23.106	130	-	-	(371)	(20)	(4.687)	(1.582)	32.822	14.665
2031	13.407	23.106	107	-	-	(320)	(17)	(4.962)	(1.306)	30.014	12.733
2032	11.743	23.106	94	-	-	(287)	(16)	(5.203)	(1.144)	28.293	11.393
2033	10.535	23.106	84	-	-	(262)	(15)	(5.421)	(1.026)	27.001	10.323
2034	9.688	23.106	78	-	-	(234)	(14)	(5.620)	(944)	26.060	9.461
2035	7.430	23.106	59	-	-	(164)	(10)	(5.798)	(724)	23.899	8.239
2036	5.444	23.106	44	-	-	(117)	(7)	(5.953)	(530)	21.986	7.195
2037	3.663	23.106	29	-	-	(75)	(5)	(6.088)	(357)	20.274	6.299
2038	2.322	23.106	19	-	-	(50)	(3)	(6.208)	(226)	18.959	5.594
2039	746	23.106	6	-	-	(17)	(1)	(6.313)	(73)	17.454	4.888
2040	202	15.404	2	-	-	(4)	(0)	(4.261)	(20)	11.322	3.036
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO IV

CENÁRIO XIII

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	13.931	24.962	111	(82.309)	(853.040)	(368)	(74)	(13.940)	(1.357)	(912.083)	(885.621)
2016	17.057	26.615	136	(33.311)	(342.695)	(363)	(59)	(1.530)	(1.661)	(335.810)	(308.867)
2017	21.243	26.044	170	(16.368)	(50.467)	(358)	(46)	-	(2.069)	(21.851)	(19.245)
2018	24.616	25.438	197	(9.661)	(824)	(353)	(44)	-	(2.398)	36.971	30.168
2019	25.784	24.646	206	(2.716)	(85)	(348)	(44)	-	(2.511)	44.931	34.947
2020	26.033	24.050	208	(691)	-	(343)	(44)	(165)	(2.536)	46.512	34.488
2021	25.923	23.528	207	-	-	(337)	(44)	(808)	(2.525)	45.944	32.531
2022	24.960	23.583	200	-	-	(325)	(43)	(1.434)	(2.431)	44.509	29.866
2023	23.784	23.515	190	-	-	(311)	(42)	(2.007)	(2.317)	42.813	27.282
2024	22.794	23.281	182	-	-	(298)	(40)	(2.532)	(2.220)	41.166	25.009
2025	21.669	23.106	173	-	-	(280)	(38)	(3.011)	(2.111)	39.508	22.871
2026	19.605	23.106	157	-	-	(222)	(31)	(3.448)	(1.910)	37.256	20.482
2027	15.816	23.106	127	-	-	(154)	(23)	(3.832)	(1.541)	33.500	17.491
2028	12.189	23.106	98	-	-	(100)	(16)	(4.154)	(1.187)	29.935	14.834
2029	16.926	23.106	135	-	-	(149)	(24)	(4.455)	(1.649)	33.891	15.929
2030	16.274	23.106	130	-	-	(148)	(24)	(4.770)	(1.585)	32.983	14.736
2031	13.720	23.106	110	-	-	(127)	(21)	(5.047)	(1.336)	30.403	12.898
2032	12.145	23.106	97	-	-	(115)	(19)	(5.292)	(1.183)	28.740	11.573
2033	10.978	23.106	88	-	-	(105)	(18)	(5.513)	(1.069)	27.466	10.501
2034	10.168	23.106	81	-	-	(95)	(16)	(5.715)	(990)	26.538	9.634
2035	7.730	23.106	62	-	-	(67)	(12)	(5.897)	(753)	24.169	8.333
2036	5.552	23.106	44	-	-	(48)	(9)	(6.053)	(541)	22.052	7.217
2037	3.592	23.106	29	-	-	(31)	(6)	(6.187)	(350)	20.153	6.261
2038	2.289	23.106	18	-	-	(21)	(4)	(6.307)	(223)	18.858	5.564
2039	748	23.106	6	-	-	(7)	(1)	(6.411)	(73)	17.367	4.864
2040	199	15.404	2	-	-	(2)	(0)	(4.326)	(19)	11.256	3.019
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CENÁRIO XIV

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	13.931	24.962	111	(82.309)	(853.040)	(368)	(88)	(13.939)	(1.357)	(912.097)	(885.635)
2016	17.057	26.615	136	(33.311)	(342.695)	(363)	(70)	(1.530)	(1.661)	(335.820)	(308.877)
2017	21.243	26.044	170	(16.368)	(50.467)	(358)	(55)	-	(2.069)	(21.860)	(19.252)
2018	24.616	25.438	197	(9.661)	(824)	(353)	(53)	-	(2.398)	36.963	30.162
2019	25.784	24.646	206	(2.716)	(85)	(348)	(53)	-	(2.511)	44.922	34.940
2020	26.033	24.050	208	(691)	-	(343)	(53)	(165)	(2.536)	46.504	34.482
2021	25.923	23.528	207	-	-	(337)	(53)	(807)	(2.525)	45.937	32.526
2022	24.960	23.583	200	-	-	(325)	(51)	(1.433)	(2.431)	44.502	29.861
2023	23.784	23.515	190	-	-	(311)	(50)	(2.006)	(2.317)	42.806	27.278
2024	22.794	23.281	182	-	-	(298)	(48)	(2.531)	(2.220)	41.160	25.005
2025	21.669	23.106	173	-	-	(280)	(46)	(3.010)	(2.111)	39.502	22.868
2026	19.605	23.106	157	-	-	(222)	(37)	(3.447)	(1.910)	37.251	20.480
2027	15.816	23.106	127	-	-	(154)	(27)	(3.830)	(1.541)	33.497	17.490
2028	12.189	23.106	98	-	-	(100)	(19)	(4.153)	(1.187)	29.933	14.833
2029	17.200	23.106	138	-	-	(152)	(28)	(4.454)	(1.675)	34.134	16.043
2030	16.246	23.106	130	-	-	(151)	(29)	(4.770)	(1.582)	32.949	14.722
2031	13.407	23.106	107	-	-	(131)	(25)	(5.047)	(1.306)	30.111	12.774
2032	11.743	23.106	94	-	-	(118)	(23)	(5.288)	(1.144)	28.370	11.424
2033	10.535	23.106	84	-	-	(109)	(21)	(5.507)	(1.026)	27.062	10.346
2034	9.688	23.106	78	-	-	(98)	(20)	(5.706)	(944)	26.104	9.477
2035	7.430	23.106	59	-	-	(70)	(14)	(5.885)	(724)	23.904	8.241
2036	5.444	23.106	44	-	-	(50)	(10)	(6.039)	(530)	21.964	7.188
2037	3.663	23.106	29	-	-	(32)	(7)	(6.174)	(357)	20.229	6.285
2038	2.322	23.106	19	-	-	(21)	(5)	(6.294)	(226)	18.900	5.577
2039	746	23.106	6	-	-	(7)	(2)	(6.398)	(73)	17.378	4.867
2040	202	15.404	2	-	-	(2)	(0)	(4.318)	(20)	11.268	3.022
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO IV

CENÁRIO XV

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	13.931	24.962	111	(82.309)	(853.040)	(368)	(103)	(13.939)	(1.357)	(912.112)	(885.650)
2016	17.057	26.615	136	(33.311)	(342.695)	(363)	(82)	(1.530)	(1.661)	(335.832)	(308.888)
2017	21.243	26.044	170	(16.368)	(50.467)	(358)	(64)	-	(2.069)	(21.869)	(19.261)
2018	24.616	25.438	197	(9.661)	(824)	(353)	(62)	-	(2.398)	36.953	30.154
2019	25.784	24.646	206	(2.716)	(85)	(348)	(62)	-	(2.511)	44.913	34.933
2020	26.033	24.050	208	(691)	-	(343)	(62)	(164)	(2.536)	46.495	34.476
2021	25.923	23.528	207	-	-	(337)	(62)	(806)	(2.525)	45.929	32.520
2022	24.960	23.583	200	-	-	(325)	(60)	(1.432)	(2.431)	44.494	29.856
2023	23.784	23.515	190	-	-	(311)	(58)	(2.005)	(2.317)	42.799	27.274
2024	22.794	23.281	182	-	-	(298)	(56)	(2.529)	(2.220)	41.153	25.001
2025	21.669	23.106	173	-	-	(280)	(54)	(3.008)	(2.111)	39.495	22.864
2026	19.605	23.106	157	-	-	(222)	(44)	(3.445)	(1.910)	37.246	20.477
2027	15.816	23.106	127	-	-	(154)	(32)	(3.829)	(1.541)	33.494	17.488
2028	12.189	23.106	98	-	-	(100)	(22)	(4.151)	(1.187)	29.932	14.832
2029	18.173	23.106	145	-	-	(149)	(33)	(4.455)	(1.770)	35.016	16.455
2030	17.709	23.106	142	-	-	(148)	(33)	(4.782)	(1.725)	34.268	15.311
2031	14.930	23.106	119	-	-	(127)	(29)	(5.070)	(1.454)	31.474	13.352
2032	13.217	23.106	106	-	-	(115)	(27)	(5.323)	(1.287)	29.676	11.950
2033	11.946	23.106	96	-	-	(105)	(25)	(5.552)	(1.164)	28.302	10.821
2034	11.064	23.106	89	-	-	(95)	(23)	(5.760)	(1.078)	27.303	9.912
2035	8.412	23.106	67	-	-	(67)	(17)	(5.946)	(819)	24.736	8.529
2036	6.041	23.106	48	-	-	(48)	(12)	(6.105)	(588)	22.441	7.345
2037	3.909	23.106	31	-	-	(31)	(8)	(6.242)	(381)	20.385	6.333
2038	2.491	23.106	20	-	-	(21)	(6)	(6.362)	(243)	18.984	5.602
2039	814	23.106	7	-	-	(7)	(2)	(6.467)	(79)	17.370	4.865
2040	216	15.404	2	-	-	(2)	(1)	(4.364)	(21)	11.235	3.013
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CENÁRIO XVI

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	13.323	24.962	107	(82.309)	(853.040)	(529)	(74)	(13.933)	(1.298)	(912.791)	(886.308)
2016	16.341	26.615	131	(33.311)	(342.695)	(521)	(59)	(1.518)	(1.592)	(336.609)	(309.596)
2017	20.409	26.044	163	(16.368)	(50.467)	(513)	(46)	-	(1.988)	(22.765)	(20.033)
2018	23.692	25.438	190	(9.661)	(824)	(505)	(44)	-	(2.308)	35.978	29.357
2019	24.783	24.646	198	(2.716)	(85)	(497)	(44)	-	(2.414)	43.870	34.122
2020	24.996	24.050	200	(691)	-	(489)	(44)	(111)	(2.435)	45.476	33.719
2021	24.864	23.528	199	-	-	(480)	(44)	(709)	(2.422)	44.936	31.817
2022	23.898	23.583	191	-	-	(462)	(43)	(1.321)	(2.328)	43.518	29.201
2023	22.723	23.515	182	-	-	(441)	(42)	(1.882)	(2.213)	41.842	26.664
2024	21.729	23.281	174	-	-	(422)	(40)	(2.394)	(2.116)	40.211	24.429
2025	20.605	23.106	165	-	-	(395)	(38)	(2.863)	(2.007)	38.572	22.330
2026	18.563	23.106	149	-	-	(313)	(31)	(3.289)	(1.808)	36.376	19.998
2027	14.854	23.106	119	-	-	(216)	(23)	(3.664)	(1.447)	32.729	17.088
2028	11.317	23.106	91	-	-	(141)	(16)	(3.979)	(1.102)	29.275	14.507
2029	9.697	23.106	78	-	-	(120)	(14)	(4.255)	(945)	27.547	12.961
2030	8.168	23.106	65	-	-	(103)	(12)	(4.501)	(796)	25.927	11.582
2031	6.869	23.106	55	-	-	(89)	(11)	(4.722)	(669)	24.539	10.408
2032	6.067	23.106	49	-	-	(80)	(10)	(4.921)	(591)	23.620	9.511
2033	5.469	23.106	44	-	-	(73)	(9)	(5.104)	(533)	22.899	8.754
2034	5.051	23.106	40	-	-	(66)	(8)	(5.274)	(492)	22.357	8.116
2035	3.827	23.106	31	-	-	(46)	(6)	(5.429)	(373)	21.110	7.277
2036	2.739	23.106	22	-	-	(33)	(4)	(5.567)	(267)	19.996	6.543
2037	1.767	23.106	14	-	-	(21)	(3)	(5.692)	(172)	18.999	5.902
2038	1.120	23.106	9	-	-	(14)	(2)	(5.805)	(109)	18.304	5.400
2039	364	23.106	3	-	-	(5)	(1)	(5.909)	(35)	17.523	4.907
2040	96	15.404	1	-	-	(1)	(0)	(3.992)	(9)	11.497	3.083
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO IV

CENÁRIO XVII

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	12.714	24.962	102	(82.309)	(853.040)	(719)	(88)	(13.927)	(1.238)	(913.543)	(887.036)
2016	15.616	26.615	125	(33.311)	(342.695)	(707)	(70)	(1.506)	(1.521)	(337.452)	(310.365)
2017	19.556	26.044	156	(16.368)	(50.467)	(694)	(55)	-	(1.905)	(23.732)	(20.866)
2018	22.731	25.438	182	(9.661)	(824)	(682)	(53)	-	(2.214)	34.918	28.491
2019	23.734	24.646	190	(2.716)	(85)	(669)	(53)	-	(2.312)	42.735	33.239
2020	23.900	24.050	191	(691)	-	(656)	(53)	(63)	(2.328)	44.350	32.884
2021	23.738	23.528	190	-	-	(642)	(53)	(604)	(2.312)	43.845	31.045
2022	22.766	23.583	182	-	-	(616)	(51)	(1.201)	(2.217)	42.445	28.481
2023	21.591	23.515	173	-	-	(586)	(50)	(1.748)	(2.103)	40.793	25.995
2024	20.595	23.281	165	-	-	(559)	(48)	(2.247)	(2.006)	39.180	23.803
2025	19.475	23.106	156	-	-	(523)	(46)	(2.703)	(1.897)	37.568	21.748
2026	17.474	23.106	140	-	-	(413)	(37)	(3.119)	(1.702)	35.448	19.488
2027	13.881	23.106	111	-	-	(286)	(27)	(3.484)	(1.352)	31.949	16.681
2028	10.474	23.106	84	-	-	(187)	(19)	(3.792)	(1.020)	28.645	14.195
2029	8.945	23.106	72	-	-	(160)	(16)	(4.062)	(871)	27.013	12.710
2030	7.515	23.106	60	-	-	(136)	(14)	(4.304)	(732)	25.493	11.389
2031	6.305	23.106	50	-	-	(117)	(13)	(4.521)	(614)	24.195	10.262
2032	5.557	23.106	44	-	-	(105)	(11)	(4.718)	(541)	23.331	9.394
2033	4.995	23.106	40	-	-	(96)	(11)	(4.899)	(487)	22.649	8.659
2034	4.602	23.106	37	-	-	(86)	(10)	(5.067)	(448)	22.134	8.034
2035	3.476	23.106	28	-	-	(60)	(7)	(5.220)	(339)	20.983	7.233
2036	2.480	23.106	20	-	-	(43)	(5)	(5.358)	(242)	19.958	6.531
2037	1.594	23.106	13	-	-	(27)	(3)	(5.483)	(155)	19.044	5.916
2038	1.007	23.106	8	-	-	(18)	(2)	(5.597)	(98)	18.405	5.429
2039	325	23.106	3	-	-	(6)	(1)	(5.701)	(32)	17.693	4.955
2040	85	15.404	1	-	-	(2)	(0)	(3.854)	(8)	11.625	3.117
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CENÁRIO XVIII

Ano	Retorno prestação	Retorno Financeiro	Atualização monetária	Desembolso Obras - PCS	Desb. Obr /Proj – PMCMV-E	Despesa DFI	Ação Judicial	Rem. Agente Operador	Despesas Adm. - FDS	Fluxo de caixa	Valor Pres. Flx. de Caixa
2015	12.526	24.962	100	(82.309)	(635.472)	(643)	(91)	(15.727)	(1.220)	(697.873)	(678.341)
2016	14.195	26.615	114	(33.311)	(245.004)	(638)	(70)	(6.410)	(1.383)	(245.892)	(226.396)
2017	15.612	26.044	125	(16.368)	(32.510)	(632)	(52)	(4.500)	(1.521)	(13.801)	(12.126)
2018	16.507	25.438	132	(9.661)	(9.661)	(625)	(50)	(4.544)	(1.608)	15.929	12.945
2019	17.646	24.646	141	(2.716)	(2.716)	(618)	(50)	(4.916)	(1.719)	29.699	23.089
2020	17.960	24.050	144	(691)	(691)	(611)	(50)	(5.394)	(1.749)	32.967	24.438
2021	17.970	23.528	144	-	-	(604)	(50)	(5.880)	(1.750)	33.358	23.619
2022	17.784	23.583	142	-	-	(596)	(50)	(6.337)	(1.732)	32.794	22.003
2023	17.556	23.515	140	-	-	(588)	(50)	(6.763)	(1.710)	32.102	20.455
2024	17.325	23.281	139	-	-	(579)	(49)	(7.158)	(1.687)	31.271	18.996
2025	17.060	23.106	136	-	-	(569)	(49)	(7.525)	(1.662)	30.497	17.655
2026	16.537	23.106	132	-	-	(551)	(48)	(7.867)	(1.611)	29.697	16.324
2027	15.345	23.106	123	-	-	(511)	(46)	(8.179)	(1.495)	28.342	14.793
2028	13.926	23.106	111	-	-	(467)	(42)	(8.461)	(1.356)	26.816	13.289
2029	12.167	23.106	97	-	-	(413)	(38)	(8.713)	(1.185)	25.020	11.773
2030	10.255	23.106	82	-	-	(355)	(33)	(8.935)	(999)	23.120	10.329
2031	8.604	23.106	69	-	-	(305)	(29)	(9.130)	(838)	21.475	9.110
2032	7.583	23.106	61	-	-	(273)	(27)	(9.304)	(739)	20.407	8.217
2033	6.817	23.106	55	-	-	(249)	(25)	(9.461)	(664)	19.578	7.485
2034	6.280	23.106	50	-	-	(223)	(23)	(9.605)	(612)	18.973	6.887
2035	4.743	23.106	38	-	-	(156)	(17)	(9.736)	(462)	17.517	6.039
2036	3.385	23.106	27	-	-	(111)	(12)	(9.849)	(330)	16.215	5.307
2037	2.176	23.106	17	-	-	(71)	(8)	(9.949)	(212)	15.058	4.678
2038	1.374	23.106	11	-	-	(48)	(6)	(10.039)	(134)	14.264	4.208
2039	443	23.106	4	-	-	(16)	(2)	(10.118)	(43)	13.372	3.745
2040	116	15.404	1	-	-	(4)	(1)	(6.786)	(11)	8.718	2.338
2041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* * * * *

ANEXO V

ANEXO V - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (VALORES EM MILHARES DE REAIS)

Data	Cenários						
	Base	I	II	III	IV	V	VI
dez/15	253.877	253.779	253.772	262.097	245.516	270.177	237.008
dez/16	-53.595	-55.096	-55.127	-37.752	-69.830	-22.293	-86.466
dez/17	-70.800	-74.363	-74.442	-51.087	-91.120	-31.962	-121.512
dez/18	-38.672	-44.229	-44.383	-16.698	-61.468	4.490	-104.760
dez/19	-1.875	-9.332	-9.582	21.617	-26.494	43.948	-74.688
dez/20	34.262	25.095	24.734	58.546	8.500	81.504	-42.015
dez/21	68.309	57.555	57.070	93.037	41.924	116.278	-9.481
dez/22	99.578	87.343	86.726	124.483	72.838	147.747	21.202
dez/23	128.161	114.540	113.786	153.039	101.274	176.130	49.628
dez/24	154.376	139.457	138.561	179.062	127.511	201.823	76.009
dez/25	178.322	162.229	161.190	202.694	151.608	225.007	100.366
dez/26	199.088	182.608	181.433	223.157	172.503	245.032	121.472
dez/27	216.443	199.999	198.709	240.308	189.870	261.831	138.892
dez/28	231.125	214.737	213.356	254.860	204.476	276.095	153.429
dez/29	247.203	227.877	226.416	267.804	217.497	288.738	170.329
dez/30	262.011	239.591	238.059	279.317	229.088	299.949	186.048
dez/31	274.864	250.092	248.500	289.610	239.467	309.939	199.594
dez/32	286.358	259.673	258.027	298.959	248.952	318.967	211.707
dez/33	296.767	268.480	266.785	307.510	257.699	327.178	222.705
dez/34	306.295	276.636	274.896	315.384	265.837	334.689	232.826
dez/35	314.519	283.928	282.153	322.410	273.074	341.377	241.396
dez/36	321.640	290.465	288.668	328.696	279.526	347.346	248.649
dez/37	327.827	296.345	294.536	334.336	285.292	352.689	254.787
dez/38	333.312	301.712	299.900	339.464	290.542	357.527	260.115
dez/39	338.092	306.577	304.770	344.097	295.270	361.884	264.590
ago/40	341.058	309.632	307.829	346.990	298.245	364.590	267.356

ANEXO V

Data	Cenários					
	VII	VIII	IX	X	XI	XII
dez/15	253.259	252.733	248.745	253.630	253.442	253.235
dez/16	-56.170	-57.266	-65.955	-55.371	-55.740	-56.126
dez/17	-76.034	-77.756	-92.273	-74.743	-84.253	-75.837
dez/18	-46.506	-48.876	-69.959	-44.693	-63.929	-46.102
dez/19	-12.209	-15.234	-42.827	-9.857	-31.876	-11.559
dez/20	21.681	18.048	-15.731	24.534	1.800	22.578
dez/21	53.664	49.479	10.211	56.979	34.380	54.797
dez/22	83.028	78.336	34.262	86.769	64.290	84.387
dez/23	109.851	104.696	56.410	113.984	91.612	111.426
dez/24	134.437	128.856	76.838	138.933	116.657	136.219
dez/25	156.921	150.949	95.669	161.752	139.562	158.903
dez/26	177.059	170.741	112.828	182.198	160.095	179.254
dez/27	194.266	187.663	128.011	199.668	177.661	196.672
dez/28	208.875	202.045	141.409	214.493	192.586	211.472
dez/29	221.927	214.919	153.581	227.717	208.698	227.453
dez/30	233.586	226.447	164.638	239.506	223.490	242.118
dez/31	244.060	236.825	174.725	250.073	236.344	254.851
dez/32	253.628	246.320	184.034	259.714	247.850	266.244
dez/33	262.434	255.070	192.671	268.578	258.277	276.567
dez/34	270.599	263.189	200.725	276.789	267.834	286.028
dez/35	277.910	270.479	208.071	284.123	276.167	294.267
dez/36	284.474	277.044	214.788	290.693	283.457	301.462
dez/37	290.385	282.971	220.945	296.593	289.852	307.761
dez/38	295.786	288.397	226.641	301.974	295.540	313.355
dez/39	300.684	293.331	231.891	306.843	300.524	318.244
ago/40	303.760	296.431	235.203	309.898	303.622	321.280

ANEXO V

Data	Cenários					
	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII
dez/15	253.772	253.759	253.744	253.086	252.358	461.053
dez/16	-55.095	-55.118	-55.144	-56.509	-58.007	234.657
dez/17	-74.340	-74.371	-74.404	-76.542	-78.873	222.531
dez/18	-44.171	-44.209	-44.250	-47.185	-50.382	235.477
dez/19	-9.224	-9.269	-9.317	-13.063	-17.143	258.566
dez/20	25.264	25.213	25.159	20.657	15.742	283.004
dez/21	57.794	57.739	57.679	52.474	46.787	306.623
dez/22	87.660	87.600	87.535	81.675	75.267	328.626
dez/23	114.943	114.878	114.808	108.339	101.262	349.081
dez/24	139.952	139.883	139.809	132.767	125.065	368.077
dez/25	162.823	162.751	162.673	155.097	146.813	385.733
dez/26	183.305	183.231	183.150	175.095	166.302	402.057
dez/27	200.796	200.720	200.638	192.184	182.982	416.850
dez/28	215.630	215.554	215.471	206.690	197.177	430.139
dez/29	231.560	231.597	231.926	219.652	209.887	441.912
dez/30	246.296	246.319	247.237	231.234	221.276	452.241
dez/31	259.194	259.093	260.589	241.643	231.538	461.351
dez/32	270.766	270.517	272.539	251.153	240.933	469.568
dez/33	281.267	280.863	283.359	259.907	249.591	477.053
dez/34	290.901	290.340	293.271	268.023	257.626	483.941
dez/35	299.234	298.581	301.800	275.300	264.858	489.980
dez/36	306.451	305.769	309.145	281.843	271.389	495.286
dez/37	312.713	312.054	315.478	287.745	277.306	499.965
dez/38	318.277	317.631	321.080	293.145	282.735	504.173
dez/39	323.141	322.498	325.945	298.052	287.690	507.918
ago/40	326.160	325.520	328.958	301.136	290.807	510.256

* * * * *